Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br TERÇA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2020 Nº 24.651 Preço banca: R$ 3,50

Mercado financeiro projeta queda de 3,34% na economia este ano

A previsão de queda da economia este ano está cada vez maior, devido aos efeitos de medidas de isolamento social necessárias para o enfrentamento da pandemia de covid-19. Pela 11ª semana seguida, as instituições financeiras revisaram a projeção de queda do Produto Interno Bruto (PIB), soma dos bens e serviços produzidos no país. Desta vez, a estimativa de queda passou de 2,96% para 3,34%.

A informação consta do boletim Focus, com projeções de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos, divulgado às segundas-feiras pelo Banco Central (BC).

A previsão do mercado financeiro para o PIB de 2021 é de crescimento de 3%. A previsão anterior era 3,10%. Para 2022 e 2023, a previsão de crescimento continua em 2,50%.

Dólar

A previsão para cotação do dólar é R$ 4,80, no final de 2020, a mesma estimativa da semana passada. E para o fim do próximo ano, a expectativa é R$ 4,55, ante R$ 4,50 da previsão anterior. Página 3

Embraer abre arbitragem após Boeing rescindir contrato de parceria

Página 3

São Paulo chega a 1700 mortes pelo novo coronavírus

Página 2

Índices acionários da China fecham em alta na segunda-feira

Os índices acionários da China fecharam em alta na segunda-feira (26) depois de o país informar queda nos novos casos de coronavírus em meio a esperanças de mais estímulo para conter as consequências econômicas da pandemia.

O índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, subiu 0,68%, enquanto o índice de Xangai teve alta de 0,25%, com os investidores também aguardando a remarcação da reunião anual do parlamento.

O subíndice do setor financeiro ganhou 1,12%, o de consumo subiu 1,1%, o imobiliário avançou 1,03% e o de saúde teve alta de 1,97%. Página 3

UE aprova quase 296 mil pedidos de asilo em 2019

A União Europeia (UE) aprovou, em 2019, 295.785 pedidos de asilo, dos quais 141.055 pessoas conseguiram o estatuto de refugiado, e recebeu 21.245 reinstalados de campos de refugiados em países terceiros, segundo o Eurostat.

De acordo com o gabinete estatístico europeu, em relação a 2018, o número de aprovações de pedidos de asilo recuou 6%.

O número total de requerentes de asilo a quem foi concedida proteção na UE em 2019 incluiu 141.055 concessões do estatuto de refugiado (48% de todas as decisões positivas), 82.070 concessões de proteção subsidiária (28%) e 72.660 concessões de proteção humanitária (25%). Página 3

Previsão do Tempo

Terça: Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens.

27º C
14º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,69
Venda: 5,69

Turismo
Compra: 5,47
Venda: 5,92

EURO
Compra: 6,16
Venda: 6,17

Paulo Guedes diz que governo vai manter teto de gastos

Foto/Marcelo Casal JR/ABr

Ministro *da Economia, Paulo Guedes*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na segunda-feira (27) que não será necessário suspender o teto de gastos pois os recursos para a saúde estão garantidos, para os gastos extras em função da pandemia do novo coronavírus. "Para que falar em derrubar o teto se é o teto que nos protege contra tempestade?", argumentou ao lado do presidente Jair Bolsonaro, ao sair de uma reunião no Palácio da Alvorada.

Guedes explicou que o governo está usando outros instrumentos para garantir os recursos. Com o reconhecimento do estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional, o Executivo ficou dispensado de cumprir a meta de superávit. "Pela regra de ouro você não pode se endividar para pagar gasto corrente. Mas como é gasto emergencial, é gasto de saúde, então pode endividar. Se faltasse dinheiro para saúde, poderíamos romper o teto, mas não é o caso", disse.

Em vigor desde 2017, o teto de gastos limita o aumento das despesas federais ao aumento da inflação do ano anterior. A medida vale por 20 anos.

De acordo com Guedes, deve ser aprovado esta semana no Senado Federal mais um programa de envio de recursos aos estados e municípios. Em contrapartida, o governo negocia com o Congresso uma proposta de suspensão de reajuste de salário dos servidores públicos por um ano e meio. Página 3

Dólar fecha com pequena queda depois de intervenção do Banco Central

Depois de uma atuação de última hora do Banco Central (BC), o dólar comercial fechou com pequena queda em uma sessão marcada pela volatilidade. A moeda americana encerrou a segunda-feira (27) vendida a R$ 5,663, com queda de apenas R$ 0,005 (-0,07%). Na sexta-feira (24), a cotação tinha fechado em R$ 5,668, no maior valor nominal – sem considerar a inflação – desde a criação do real.

A queda do dólar não se refletiu em outras moedas. O euro comercial foi vendido a R$ 6,127, com alta de 1,24%. A libra esterlina comercial fechou a R$ 7,02, superando a barreira de R$ 7 pela primeira vez na história. Página 10

Saque de auxílio emergencial começou a ser liberado

Página 3

Educação retoma ano letivo com ensino remoto e distribuição de material pedagógico

Página 2

Esporte

Kartismo: Pandemia decide 1º turno da F4 Akasp 2020

Os resultados no esporte a motor normalmente são consequência de performance e sorte, sempre em percentuais diferentes a cada prova, justamente pela sua essência de prática conjunta de homem e máquina. Agora, podemos acrescentar também o inusitado. E foi desta maneira que o kartista Alberto Otazú Otazú (Pailler Racing/Bianchi Automóveis/Cardoso Funilaria e Pintura/No Fire Services/Speed Truck/Rolley Ball/AVSP) foi declarado campeão e vice-campeão do primeiro turno da F-4 da Associação de Kart Amador de São Paulo (Akasp).

"Fiquei surpreso, mas muito contente com meu primeiro título com um kart F4 neste ano. Não foi da maneira que eu gostaria, mas acho que tanto eu, como meus companheiros de equipe, merecemos e fizemos um ótimo trabalho nas primeiras etapas, garantindo o título e o vice no primeiro turno", comentou Otazú, que participa do campeonato fazendo dupla com Hélio Bianchi no kart de numeral 88, e com Rogério Cebola, no kart de numeral 50. "Agora temos que nos preparar para voltar mais saudáveis e fortes do que nunca e tentar brigar pelo título dos próximos turnos e da Final", completou o piloto que foi vice-campeão em 2019 ao lado de Bianchi.

Em virtude do distanciamento social provocado pela pandemia do Covid-19, os certames de automobilismo, da Fórmula 1 até o kartismo amador tiveram um pit stop obrigatório, e sem prazo definido para retorno. Por consequência, os campeonatos em andamento estão cumprindo os seus regulamentos, ao mesmo tempo que aguardam o momento para prosseguir com suas corridas pré-agendadas.

Foto/ Pedro Bocanera

Alberto *Otazú (E) e Hélio Bianchi (D) foram campeões do 1º turno da F-4 Akasp*

A Akasp realizou três das oito etapas de seu primeiro turno, que foi encerrado no último dia 22 de abril, com a não realização da oitava rodada, já que não haverá possibilidade de reposição das provas. Com isto, prevaleceu a somatória até a terceira etapa.

Na abertura do campeonato Alberto Otazú venceu com o kart de Rogério Cebola, enquanto que Hélio Bianchi terminou em quinto. Na prova seguinte Otazú voltou a vencer, com volta mais rápida, desta vez com o kart de Bianchi, ao mesmo tempo em que Cebola terminava em quinto. Por fim, na terceira etapa Otazú terminou em segundo com o Mega/Honda de Bianchi, em vitória de Bruno Biondo, e Cebola recebeu a bandeirada em uma excelente terceira posição.

O campeonato da Akasp é composto por cinco turnos, com oito etapas cada, totalizando 40 corridas na temporada. A decisão do certame sempre fica para o turno final, que começa com a pontuação recalculada depois das bonificações ao fim das 32 primeiras etapas. O certame de F-4 é disputado com karts Mega dos próprios pilotos, mas acertos de chassi fixos, equipados com motor Honda GX 390, de 18 hp, equalizados e sorteados pela MFS Racing. A novidade desta temporada é a utilização dos pneus Lecont.

Reveja a primeira etapa da F-4 Akasp no canal do youtube Kart Amador SP: https://www.youtube.com/watch?v=CKkawacin7U

Reveja a terceira etapa da F-4 Akasp no canal do youtube do Kart Amador SP: https://youtu.be/vgkg3XLnof0

Visite www.akasp.com.br

Victor Alves é o primeiro vencedor do Ultimate Drift Games

As batalhas do primeiro evento da história do Ultimate Drift Games corresponderam à alta expectativa criada nas classificatórias de sábado. Depois de disputas sensacionais prevaleceu o talento de Victor Alves, brasiliense estudante de computação e veterano de eventos internacionais de drift virtual.

O cabeça de chave número 1 havia cravado 99 pontos em 100 possíveis no sábado e, no domingo, não deu chance para a concorrência e levou o primeiro título da primeira série virtual do novo Campeonato Brasileiro de Drift.

As batalhas foram intensas desde a manhã, com a realização da repescagem que colocou Rodrigo Tavares e Andrey Damasco na final. Eles se juntaram aos 30 melhores pré-classificados.

Logo na primeira batalha da tarde, Victor Alves mostrou que os 99 pontos da véspera não foram por acaso. Sua volta como líder foi precisa, mas a passagem como perseguidor mostrou um formidável controle do carro para acompanhar o oponente a milímetros de distância.

Os favoritos foram avançando até as oitava-de-final, quando começaram as surpresas. João Rodhe, cabeça-de-chave número 2, foi batido por Victor Luis. José Ramazotti, que avançara com a 19ª pontuação entre os 30 na véspera, superou o terceiro pré-classificado, Leonardo Cardoso. Do lado esquerdo da chave, Caio Cavalcante fez valer o histórico de quarto cabeça-de-chave e parou apenas ante Victor Alves na semifinal. Mais uma vez o campeão foi magnífico em sua volta como perseguidor, tão próximo do carro de Caio que um dos comentaristas oficiais do Ultimate Drift Games observou que parecia que ele havia "grudado com superbonder seu carro no outro". A semifinal do lado direito da chave opôs Mairon Voss com seu estável e veloz Camaro ao Nissan 370Z de José Ramazotti. Depois de passagens emocionantes, Ramazotti avançou para a decisão.

Victor Alves fez uma volta muito precisa e fluida como líder. Ramazotti bem que tentou acompanhar, mas cometeu alguns errinhos e a pressão ficou em seu lado para a volta final.

Na passagem derradeira, buscando o limite do limite da pista, Ramazotti acabou escorregando para fora. Victor Alves apenas completou a volta e garantiu o primeiro título do Ultimate Drift Games.

Esta foi a primeira de cinco etapas do Ultimate Drift Games. O campeonato virtual vai premiar seu vencedor com um dia de drift acelerando um Nissan 370Z biturbo.

Todos os competidores inscritos no campeonato virtual terão direito a ingressos para todos os eventos do Ultimate Drift em 2020.

São Paulo chega a 1700 mortes pelo novo coronavírus

O Estado de São Paulo registrou no domingo (26) 1.700 mortes pelo novo coronavírus. O interior, litoral e cidades da Grande São Paulo já respondem por mais de 1/3 desse total.

Entre os casos verifica-se a mesma proporção. Dos 20.715 confirmados hoje, 34% também aconteceram nessas regiões, fora da capital.

Houve pelo menos uma vítima fatal da doença em 128 cidades, incluindo São Paulo. Já o número de municípios com no mínimo um caso salta para 284, ou 44% do território estadual. A capital concentra hoje 65% do total de casos e mortes de SP.

Neste domingo, há também 7,5 mil pacientes suspeitos e confirmados internados em hospitais de SP – 2.908 em UTI e 4.619 em enfermaria.

A taxa de ocupação dos leitos para atendimentos COVID em UTI no Estado mantém-se em 58,9%, assim como na Grande São Paulo, com 77,3%.

Perfil da mortalidade

Entre as vítimas fatais, estão 994 homens e 706 mulheres. Os óbitos continuam concentrados em pacientes com 60 anos ou mais, totalizando 75% das mortes.

Observando faixas etárias subdividas a cada dez anos, nota-se que a mortalidade é maior entre 70 e 79 anos (431 do total), seguida por 60-69 anos (379) e 80-89 (333). Também faleceram 132 pessoas com mais de 90 anos. Fora desse grupo de idosos, há também alta mortalidade entre pessoas de 50 a 59 anos (218 do total), seguida pelas faixas de 40 a 49 (126), 30 a 39 (61), 20 a 29 (15) e 10 a 19 (4), e um com menos de dez anos – bebê de sete meses, com comorbidades, na Capital, conforme divulgado ontem (25).

Os principais fatores de risco associados à mortalidade são cardiopatia (59,9% dos óbitos), diabetes mellitus (43,3%), pneumopatia (12,2%), doença renal (12,2%) e doença neurológica (11,2%). Outros fatores identificados são imunodepressão, obesidade, asma e doenças hematológica e hepática. Esses fatores de risco foram identificados em 1.413 pessoas que faleceram por COVID-19 (83,1% do total).

A relação de casos e óbitos confirmados por cidade pode ser consultada em: https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

Jornalista desde 1990, **Cesar Neto** tem sua coluna (diária) de política publicada - desde 1993 - na imprensa de São Paulo (SP). Foi se tornando referência também na Internet, via www.cesarneto.com ; no Twitter, via **@CesarNetoReal ;** Email **cesar@cesarneto.com**

.

CÂMARA (SP)

Vereador-presidente Tuma (PSDB) tá ouvindo as lideranças pra votar possível retardamento (talvez 4 meses) pra que o cidadão-contribuinte possa se programar pra poder pagar impostos e taxas. A falta de dinheiro é um dos efeitos colaterais da pandemia Covid-19

.

PREFEITURA (SP)

Dizendo que o não isolamento social (pelo menos 50%) necessário pode obrigá-lo a medidas até de lacração e cassação dos alvarás do comércio, Bruno Covas (PSDB) comemorou a abertura do hospital MBoi Mirim como maior da América Latina no combate ao Covid-19

.

ASSEMBLEIA (SP)

MBL do deputado Arthur 'Mamãe Falei', expulso do DEM, hoje no PATRIOTA (ex-PEN) e candidato à prefeitura paulistana, conta com o advogado Rubinho Nunes, candidato a vereador em São Paulo, pra usar o pedido do Nunes (Impedimento do Bolsonaro) na campanha

.

GOVERNO (SP)

Doria (líder do novo PSDB) tá alertando que ou volta a ser no mínimo 50% o isolamento social, ou não terá como liberar os 'antigos normais' das atividades a partir de 11 maio. O médico David Uip, que pegou e curou-se da Covid-19, comentou que é assim que funciona

.

CONGRESSO (BR)

Deputado-presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia (DEM ex-PFL) não vai pautar nenhum dos quase 30 pedidos de Impedimento pro Bolsonaro. A possível trégua entre o Presidente e o 'centrão' pode 'repactuar convivências e alianças' daqui até as eleições Presidenciais 2022

.

PRESIDÊNCIA

Não bastasse o agora ex-ministro (Justiça) Moro, agora é o ex-ministro (Saúde) Mandetta que deixa dizerem poder ser candidato à Presidência. Entre os ainda fiéis, a ficada do ministro Guedes (Economia) marcou um ponto na comunidade financeira internacional ...

.

(REPÚBLICA)

... Só pra dar um tempo sobre comentar as acusações de Moro contra o capitão (reformado) e hoje Presidente Bolsonaro, vale lembrar que o Exército brasileiro completou 372 anos e que não há generais que querem a queda do Bolsonaro pro vice (general Mourão) assumir

.

PARTIDOS (BR)

No PT, o ex-Presidente Lula - ainda dono - acabou ficando pequeno perto de tantos pedidos de Impedimento do Presidente Bolsonaro em relação aos demais partidos e instituições do Brasil. Ficou assistindo de camarote, até que percebeu que o jogo já tava no 2º tempo

.

HISTÓRIAS (BR)

Assim como o Lula (PT), que ele derrotou por 2 vezes e que depois o sucedeu na Presidência, o tucano Fernando Henrique Cardoso segue 'fora das casinhas'. Dias antes dele pedir que Bolsonaro renuncie (tipo Jânio em 1961), FHC dizia que 'precisava ter paciência' com o Presidente

Email:**cesar@cesarneto.com**

Isolamento social em São Paulo é de 58%, aponta Sistema de Monitoramento

O Sistema de Monitoramento Inteligente (SIMI-SP) do Governo de São Paulo mostra que o percentual de isolamento social no Estado foi de 58% neste domingo (26).

A central de inteligência analisa os dados de telefonia móvel para indicar tendências de deslocamento e apontar a eficácia das medidas de isolamento social. Com isso, é possível apontar em quais regiões a adesão à quarentena é maior e em quais as campanhas de conscientização precisam ser intensificadas, inclusive com apoio das prefeituras.

No momento, há acesso a dados referentes a 104 cidades maiores de 70 mil habitantes, que podem ser consultados e estão também disponibilizados em gráficos no site https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/isolamento. O sistema é atualizado diariamente para incluir informações de municípios.

O SIMI-SP é viabilizado por meio de acordo com as operadoras de telefonia Vivo, Claro, Oi e TIM para que o Governo de São Paulo possa consultar informações agregadas sobre deslocamento no Estado.

As informações são aglutinadas e anonimizadas sem desrespeitar a privacidade de cada usuário. Os dados de georreferenciamento servem para aprimorar as medidas de isolamento social para enfrentamento ao coronavírus.

Em parceria com iniciativa privada, SP amplia leitos de UTI no Hospital das Clínicas

O Governador João Doria anunciou na segunda-feira (27) uma parceria com a iniciativa privada para ampliar de 200 para 300 o total de leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do Hospital das Clínicas, na capital, para atendimento exclusivo a pacientes com COVID-19. A iniciativa no complexo da Faculdade de Medicina da USP é a maior operação hospitalar do Brasil no enfrentamento ao coronavírus.

"O Hospital das Clínicas é o maior centro de tratamento do coronavírus do país. Um complexo hospitalar público que tem o apoio imprescindível do setor privado. Graças a doações de hospitais particulares e instituições privadas, temos conseguido dar o apoio necessário para que o HC continue realizando seu trabalho exemplar e, mais do que nunca, ajudando a salvar vidas", afirmou o Governador. "Em nome da população de São Paulo, quero agradecer a todos pelas doações, pela generosidade e responsabilidade de compreenderem que é com união que poderemos salvar vidas", acrescentou Doria.

Com recursos financeiros, equipamentos e profissionais, instituições como BTG, a Rede D'Or, Hospital Sírio-Libanês, Hospital Israelita Albert Einstein, HCor e Beneficência Portuguesa já se juntaram à rede de apoio ao lado de dezenas de empresas e pessoas. O Hospital das Clínicas já arrecadou mais de R$ 24 milhões em doações, que podem ser feitas diretamente pelo site viralcure.org/hc.

A iniciativa privada vai "adotar" novas alas com dez leitos de UTI cada uma. As instituições vão contribuir com equipamentos e equipes de profissionais de saúde.

Os apoiadores são Rede D'or, Hospital Sírio-Libanês, HCor e Beneficência Portuguesa, Grupo Takaoka e o Grupo de Resgate e Atenção às Urgências e Emergências do Governo do Estado, que oferecerá uma equipe médica e equipamentos. O BTG liderou um grupo que oferecerá 1.050 plantões por mês ao hospital durante três meses.

A abertura será gradual, com os 40 primeiros novos leitos ativados na primeira quinzena de maio. Atualmente, o Hospital das Clínicas possui 400 pacientes internados com COVID-19, sendo 191 em UTI.

O hospital iniciou o processo para o enfrentamento da pandemia com 84 leitos de UTI ativos no Instituto Central, ainda em março. Desde então, a capacidade mais que dobrou para atingir os atuais 200 leitos de UTI.

"Este processo contínuo de abertura de dezenas e dezenas de novos leitos de UTI em tempo recorde, no meio de uma pandemia, é algo inédito e só é possível graças ao planejamento e ao trabalho incansável da nossa equipe. Mas é preciso mais, e o apoio da Secretaria de Estado da Saúde e da iniciativa privada será fundamental nesse processo", declarou Eloisa Bonfá, diretora clínica do Hospital das Clínicas.

O Hospital das Clínicas reservou todo o Instituto Central para o atendimento da doença, com mais 700 leitos de enfermaria em ocupação gradativa. A transformação parcial permitirá o aumento dos leitos de UTI. Um fluxo de cerca de 10% de entradas e saídas de pacientes que permite que novas internações sejam feitas diariamente, mesmo com uma ocupação acima de 90%.

Educação retoma ano letivo com ensino remoto e distribuição de material pedagógico

A partir de segunda-feira (27), o ano letivo de 2020 será retomado para os 3,5 milhões de alunos da rede estadual de São Paulo com ensino remoto por meio dos aplicativos Centro de Mídias SP (CMSP) e dos canais digitais 2.2 – TV Univesp e 2.3 – TV Educação.

Haverá programações em ambas as plataformas por hora de acordo com a série/ano do estudante, a partir das 7h30 (veja grade abaixo). Há o CMSP específico para os anos finais dos ensinos Fundamental e Médio e o conteúdo direcionado à Educação Infantil e anos iniciais. Os aplicativos estão disponíveis para os sistemas Android e IOS.

Às 12h, o desenhista Mauricio de Sousa fará uma participação para contar sobre a criação da Turma da Mônica, com transmissão simultânea em todas as plataformas. A Secretaria Estadual da Educação (Seduc) patrocina os planos móveis de internet para que alunos e professores tenham acesso aos conteúdos via telefone celular sem custo.

Por meio dos aplicativos, será possível contabilizar horas letivas. Além disso, os professores poderão utilizá-los, combinados a outras tecnologias, para aplicar avaliações.

Materiais pedagógicos

Para apoiar a aprendizagem dos estudantes durante a quarentena, a Seduc também começa a distribuir a partir desta segunda kits com materiais pedagógicos. São apostilas de matemática e língua portuguesa, gibis da Turma da Mônica, livros paradidáticos e manual de orientações às famílias e sobre o Centro de Mídias SP que vão servir de subsídio aos estudos.

A distribuição dos materiais será feita majoritariamente pelas escolas nas próximas semanas. As equipes gestoras deverão comunicar alunos e responsáveis sobre o cronograma de entrega para que não haja aglomerações por conta do perigo de transmissão do coronavírus.

A pasta orienta as unidades escolares para que façam a entrega em salas distantes umas das outras, ou em pavimentos separados, quando o imóvel permitir. Deve estar sinalizado de forma ampla e clara na entrada das unidades e nas áreas comuns onde estão ocorrendo as entregas dos materiais de cada ano.

Outra recomendação é fazer marcações no chão com fita adesiva ou giz com espaçamento de 1,5 metro entre uma pessoa e outra na entrada das salas. A sinalização deve ser respeitada quando houver a necessidade de formação de filas.

Cada sala deve ter no máximo dois funcionários da escola, devidamente protegidos por máscaras, para organizar a distribuição. O subsecretário de articulação regional da Seduc, Henrique Pimentel, reforça que as equipes gestoras das escolas também ficarão atentas a possíveis aglomerações que podem surgir na saída da retirada dos materiais.

"Temos de tomar cuidado para que o estudante que vai retirar o material logo na sequência volte para sua casa. A escola precisa evitar que esse momento de retirada vire uma aglomeração", diz Pimentel.

Logística

A distribuição para cerca de 10% dos alunos da rede que estão localizados em áreas rurais e mais afastadas será feita por meio do transporte escolar. A Polícia Militar e as Guardas Municipais também darão apoio à logística de distribuição dos materiais.

Além dos estudantes das escolas estaduais, alunos de mais de 470 redes municipais do estado também serão contemplados com o manual de orientação aos pais. "O objetivo é ajudar famílias e alunos durante este período, para que sigam aprendendo mesmo em casa e se mantenham motivados a estudar", destaca o secretário Estadual da Educação, Rossieli Soares.

Cada aluno dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio receberá um kit com quatro apostilas: de língua portuguesa, de matemática, com orientações gerais e sobre a utilização do Centro de Mídias SP. Serão impressos 13 milhões de materiais.

Já os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental receberão kit com quatro apostilas, além de um livro, um gibi da Turma da Mônica e uma ficha de leitura cada. Ao todo, são 1,2 milhão de unidades de livros e gibis.

Além dos materiais produzidos pela Seduc, os alunos poderão retirar ainda livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e as apostilas Faz Escola e Ler Escrever.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Mercado financeiro projeta queda de 3,34% na economia este ano

A previsão de queda da economia este ano está cada vez maior, devido aos efeitos de medidas de isolamento social necessárias para o enfrentamento da pandemia de covid-19. Pela 11ª semana seguida, as instituições financeiras revisaram a projeção de queda do Produto Interno Bruto (PIB), soma dos bens e serviços produzidos no país. Desta vez, a estimativa de queda passou de 2,96% para 3,34%.

A informação consta do boletim Focus, com projeções de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos, divulgado às segundas-feiras pelo Banco Central (BC).

A previsão do mercado financeiro para o PIB de 2021 é de crescimento de 3%. A previsão anterior era 3,10%. Para 2022 e 2023, a previsão de crescimento continua em 2,50%.

Dólar

A previsão para cotação do dólar é R$ 4,80, no final de 2020, a mesma estimativa da semana passada. E para o fim do próximo ano, a expectativa é R$ 4,55, ante R$ 4,50 da previsão anterior.

Inflação

As instituições financeiras consultadas pelo BC reduziram a previsão de inflação de 2020, pela sétima vez seguida. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu de 2,23% para 2,20%.

Para 2021, a estimativa de inflação também foi mantida em 3,40%. A previsão para 2022 e 2023, não teve alterações e permanece em 3,50%.

A projeção para 2020 está abaixo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%.

Para 2021, a meta é 3,75% e para 2022, 3,50%, também com intervalo de 1,5 ponto percentual em cada ano.

Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 3,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Segundo o BC, para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic cai para 3,25% ao ano, em maio, e para 3% ao ano, em junho, e termine 2020 nesse patamar.

Para o fim de 2021, a expectativa é que a taxa básica chegue a 4,25% ao ano. A previsão anterior era de 4,50% ao ano. Para o fim de 2022, a previsão está em 5,88% ao ano, ante 6% ao ano, na semana passada. Ao final de 2023, as instituições mantiveram a previsão em 6% ao ano.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. (Agencia Brasil)

Paulo Guedes diz que governo vai manter teto de gastos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na segunda-feira (27) que não será necessário suspender o teto de gastos pois os recursos para a saúde estão garantidos, para os gastos extras em função da pandemia do novo coronavírus. "Para que falar em derrubar o teto se é o teto que nos protege contra tempestade?", argumentou ao lado do presidente Jair Bolsonaro, ao sair de uma reunião no Palácio da Alvorada.

Guedes explicou que o governo está usando outros instrumentos para garantir os recursos. Com o reconhecimento do estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional, o Executivo ficou dispensado de cumprir a meta de superávit. "Pela regra de ouro você não pode se endividar para pagar gasto corrente. Mas como é gasto emergencial, é gasto de saúde, então pode endividar. Se faltasse dinheiro para saúde, poderíamos romper o teto, mas não é o caso", disse.

Em vigor desde 2017, o teto de gastos limita o aumento das despesas federais ao aumento da inflação do ano anterior. A medida vale por 20 anos.

De acordo com Guedes, deve ser aprovado esta semana no Senado Federal mais um programa de envio de recursos aos estados e municípios. Em contrapartida, o governo negocia com o Congresso uma proposta de suspensão de reajuste de salário dos servidores públicos por um ano e meio.

"Precisamos também que o funcionalismo público mostre que está com o Brasil, que vai fazer um sacrifício pelo Brasil, não vai ficar em casa trancado com geladeira cheia, assistindo a crise enquanto milhões de brasileiros estão perdendo emprego. Eles [servidores públicos] vão colaborar, eles vão ficar sem pedir aumento por algum tempo", disse Guedes, garantindo que nenhum direito existente será retirado.

Reformas e investimentos

Para o ministro Paulo Guedes, o Congresso é reformista e apoia a pauta de reformas do presidente Jair Bolsonaro. Segundo ele, nesse momento, por causa da pandemia de covid-19, o governo fez uma reversão na política, de reformas estruturantes para medida emergenciais, mas os investimentos deverão ser retomados em breve, em setores como saneamento, petróleo e gás, infraestrutura, setor elétrico e logística.

"Isso vai ser feito dentro do programa de recuperação e estabilidade fiscal. Estamos no caminho da prosperidade, não no caminho do desespero. Vamos aumentar os salários com aumento de produtividade, estamos privatizando, abrindo a economia, aumentando os investimentos", disse.

Na semana passada, o ministro-chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto, apresentou o programa Pró-Brasil, um conjunto de ações de investimentos, ainda em estudo, para gerar emprego e recuperar a infraestrutura do país, em resposta aos impactos trazidos pela pandemia do novo coronavírus.

De acordo com Guedes, as projeções apontavam que a economia do país já estava crescendo acima de 2%. "O Brasil já estava decolando quando bateu a crise do coronavírus, isso cria esse impacto inicial, a segunda onda, mas sabemos que vamos sair disso. Queremos reafirmar a todos que acreditam na política econômica que ela segue, é a mesma política econômica, vamos prosseguir com as reformas estruturantes, vamos trazer bilhões em investimento", previu o ministro.

Os ministros da Agricultura, Tereza Cristina, da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, e do Banco Central, Roberto Campos Neto, também participaram da reunião com o presidente Jair Bolsonaro na manhã desta segunda-feira.

Freitas contou que, em breve, o governo vai lançar novos editais de concessões de portos, e outros de concessões de rodovias e ferrovias já estão em análise pelo Tribunal de Contas da União. Segundo ele, os juros continuam caindo pelo mundo, há liquidez no mercado e os investidores estão esperando pelas melhores oportunidades.

"Temos excelentes ativos de infraestrutura. Estamos falando com os investidores e eles estão dizendo: pode publicar editais que vamos estar presentes, confiamos no Brasil e na infraestrutura e estamos enxergando que esses ativos são muito bons. Nosso programa [de venda e concessão de ativos] continua andando e no segundo semestre vamos os leilões para chegar nos R$ 250 bilhões de investimento privado [até 2022] que é nossa meta", disse o ministro da Infraestrutura. (Agencia Brasil)

Saque de auxílio emergencial começou a ser liberado

A Caixa Econômica Federal começa a liberar na segunda-feira (27) o saque do auxílio emergencial, de forma escalonada, conforme o mês de nascimento do beneficiário. O objetivo da liberação aos poucos é reduzir o número de pessoas nas agências e lotéricas e, assim, evitar aglomerações.

Os recursos creditados na poupança digital já podiam ser utilizados por meio do aplicativo Caixa Tem para pagamentos e transferências, entre outros serviços. Quem indicou conta bancária anterior ou recebeu os R$ 600 em substituição ao Bolsa Família não tem restrição para saque.

Balanço

Até às 21h desse domingo (26), a Caixa havia creditado R$ 26,2 bilhões para 37,2 milhões de pessoas, grupo formado por beneficiários do Bolsa Família, aqueles que fizeram inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e no aplicativo ou site do auxílio.

Pelo calendário da Caixa, foi iniciado o pagamento da segunda parcela no último dia 23, para os beneficiários nascidos em janeiro e fevereiro. Segunda-feira foi a vez dos nascidos em julho e agosto, nesta terça-feiara (28), a segunda parcela será paga aos nascidos em setembro e outubro e na quarta-feira (29), aos nascidos em novembro e dezembro.

O banco também segue fazendo pagamento para beneficiário do Bolsa Família, conforme calendário normal do programa. Na segunda-feira, foi feito o pagamento para 921.061 pessoas, com Número de Identificação Social (NIS) final 7.

Nesta terça-feira, será creditado o benefício para 917.991 pessoas, com NIS final 8. Na quarta-feira, será feito o pagamento para 920.953 pessoas com NIS final 9, e na quinta-feira (30), será a vez de 918.047 pessoas, com NIS final 0. (Agencia Brasil)

Embraer abre arbitragem após Boeing rescindir contrato de parceria

A Embraer informou na segunda-feira (27) que iniciou procedimentos de abertura de arbitragem em relação à rescisão contratual por parte da Boeing no acordo que previa formação de uma joint venture com 80% de participação da empresa estadunidense e 20% da brasileira. A informação foi publicada pela Embraer, como fato relevante, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

"A Embraer S.A. (EMBR3 e ERJ) informa a seus acionistas e ao mercado que procedimentos arbitrais foram iniciados acerca da rescisão do Acordo Global da Operação (Master Transaction Agreement - MTA) celebrado com a The Boeing Company", diz o texto publicado.

A arbitragem é uma forma alternativa ao Poder Judiciário para resolver controvérsias entre empresas. Ela é estabelecida, normalmente, em contrato pelas partes, que escolhem antecipadamente quem fará o juízo arbitral de um eventual caso. A Embraer não disse, até o momento, se irá processar a Boeing também judicialmente.

No último sábado (25), a Boeing informou que desistiu da parceria com a Embraer, anunciada em 2018. Segundo a empresa estadunidense, a Embraer não cumpriu algumas obrigações contratuais previstas para concretizar o negócio. A Embraer disse, em contrapartida, que a Boeing rescindiu indevidamente o contrato de parceria. Em nota, a empresa brasileira disse que a Boeing fabricou "falsas alegações" para evitar cumprir a transação e pagar à Embraer o preço de compra de US$ 4,2 bilhões. (Agencia Brasil)

Covid-19: Brasil passa dos 66 mil casos confirmados

O Brasil chegou a 66.501 casos confirmados de coronavírus, de acordo com atualização do Ministério da Saúde, divulgada na segunda-feira (27). Nas últimas 24 horas foram adicionadas às estatísticas mais 4.613 pessoas infectadas, aumento de 7,5% em relação a domingo (26), quando foram registrados 61.888 mil casos confirmados.

Foi o segundo maior número de casos de contaminação em um dia, perdendo apenas para o sábado (24), quando foram acrescidos 5.514 casos ao balanço.

Já o número de mortes subiu para 4.543, com 338 novos óbitos de domingo (26) para segunda-feira (27), um incremento de 8%. O número de novos óbitos em 24 horas ficou abaixo da quinta-feira (22), quando foram contabilizados 407. A taxa de letalidade ficou em 6,8%.

São Paulo se mantém como epicentro da pandemia no país, concentrando o maior número de mortes (1.825). O estado é seguido pelo Rio de Janeiro (677), Pernambuco (450), Ceará (284) e Amazonas (320).

Também foram registradas mortes no Maranhão (125), Pará (114), Paraná (75), Bahia (76), Minas Gerais (62), Paraíba (50), Espírito Santo (57), Santa Catarina (43), Rio Grande do Norte (45), Rio Grande do Sul (42), Alagoas (34), Distrito Federal (26), Goiás (26), Amapá (26), Piauí (20), Acre (14), Sergipe (10), Mato Grosso (10), Mato Grosso do Sul (9), Rondônia (10), Roraima (4) e Tocantins (2). (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Índices acionários da China fecham em alta na segunda-feira

Os índices acionários da China fecharam em alta na segunda-feira (26) depois de o país informar queda nos novos casos de coronavírus em meio a esperanças de mais estímulo para conter as consequências econômicas da pandemia.

O índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, subiu 0,68%, enquanto o índice de Xangai teve alta de 0,25%, com os investidores também aguardando a remarcação da reunião anual do parlamento.

O subíndice do setor financeiro ganhou 1,12%, o de consumo subiu 1,1%, o imobiliário avançou 1,03% e o de saúde teve alta de 1,97%.

O principal órgão do Parlamento da China iniciou sua reunião bimestral de quatro dias em Pequim no domingo. O China Daily noticiou que o Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo deve decidir a data da reunião anual do Parlamento este ano na quarta-feira.

A China informou três novos casos confirmados de coronavírus em 26 de abril, contra 11 um dia antes, sem nenhuma nova morte, informou nesta segunda-feira a autoridade de saúde do país. (Agencia Brasil)

UE aprova quase 296 mil pedidos de asilo em 2019

A União Europeia (UE) aprovou, em 2019, 295.785 pedidos de asilo, dos quais 141.055 pessoas conseguiram o estatuto de refugiado, e recebeu 21.245 reinstalados de campos de refugiados em países terceiros, segundo o Eurostat.

De acordo com o gabinete estatístico europeu, em relação a 2018, o número de aprovações de pedidos de asilo recuou 6%.

O número total de requerentes de asilo a quem foi concedida proteção na UE em 2019 incluiu 141.055 concessões do estatuto de refugiado (48% de todas as decisões positivas), 82.070 concessões de proteção subsidiária (28%) e 72.660 concessões de proteção humanitária (25%).

O maior grupo de beneficiários de proteção continuou a ser o de pessoas procedentes da Síria (78.575, 27% do total), seguindo-se o Afeganistão (40.030, 14%) e a Venezuela (37.490, 13%).

A Alemanha (116.230) foi o país que maior número de pedidos de asilo aprovou, em 2019, seguida pela França (42.120) e a Espanha (38.525), tendo a Síria, o Afeganistão e a Venezuela sido, respetivamente, as principais nacionalidades dos requerentes.

No ano passado, Portugal deu parecer positivo a 170 pedidos de asilo e recebeu 375 refugiados ao abrigo do programa de reinstalação.

A Síria (85, 50% do total) foi o principal país de origem, seguindo-se a Ucrânia (15, 8%) e a Eritreia (15, 8%). (Agencia Brasil)

MP dispensa documentos para empresas pedirem crédito a bancos públicos

Até o fim de setembro, as empresas afetadas pela pandemia de coronavírus que pedirem crédito em bancos públicos estão dispensadas de apresentar uma série de documentos. A redução de exigências consta da Medida Provisória 958, publicada na segunda-feira (27) no Diário Oficial da União.

Segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, a medida foi necessária porque diversas empresas estavam com dificuldades burocráticas para terem acesso a linhas de crédito oferecidas pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social durante a pandemia de covid-19.

Até 30 de setembro, as empresas estão dispensadas de apresentarem os seguintes documentos ao pedirem crédito a bancos públicos: certificado de regularidade da entrega da Relação Anual de Informações Sociais (Rais); certificado de regularidade com obrigações eleitorais; certidão negativa de débitos (CND) da dívida ativa, desde que esteja em dia com a Previdência Social.

Também estão dispensados até o fim de setembro o certificado de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); a CND de tributos para empréstimos com recursos dos fundos constitucionais, do FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE), e o certificado de regularidade no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

Para as operações de crédito rural, a MP suspende até 30 de setembro a apresentação do certificado de regularidade do Imposto sobre Territórios Rurais (ITR), o registro de cédula de crédito rural em cartório e o seguro dos bens dados em garantia.

Foram permanentemente revogadas a apresentação de registro em cartório da cédula de crédito à exportação e a obrigatoriedade do seguro de veículos penhorados em garantia de operações de crédito.

Segundo o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec), Carlos da Costa, a medida provisória foi necessária para permitir que as normas de facilitação do crédito tomadas nos últimos meses cheguem à ponta, principalmente às empresas de menor porte. "Quando observamos os impactos da crise sobre a economia, o mundo inteiro se ressente do impacto da falta de crédito. Não adianta aumentarmos a liquidez do sistema financeiro, se o crédito não chega à ponta", declarou. (Agencia Brasil)

Cedasa Indústria e Comércio de Pisos Ltda.

CNPJ/MF nº 64.700.735/0001-00

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Ativo	Nota	2019	2018
Ativo Circulante		**357.647**	**317.695**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	164.553	164.620
Contas a Receber de Clientes	6	108.709	115.860
Estoques	7	70.520	31.920
Tributos a Recuperar	8	12.808	4.811
Adiantamentos		830	247
Outras Contas a Receber		227	237
Ativo Não Circulante		**215.204**	**228.939**
Realizável a Longo Prazo		**8.090**	**10.079**
Tributos a Recuperar	8	7.937	9.944
Depósitos Judiciais		122	104
Outras Contas a Receber		31	31
Imobilizado	10	207.023	218.820
Intangível	11	90	40
Total do Ativo		**572.851**	**546.634**

Passivo	Nota	2019	2018
Passivo Circulante		**42.187**	**43.868**
Empréstimos e Financiamentos	12	-	1.080
Fornecedores	13	13.375	16.219
Tributos a Pagar	14	10.208	8.523
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	7.629	7.888
Comissões a Pagar		5.292	5.585
Outros Valores a Pagar		5.683	4.573
Passivo Não Circulante		**120.995**	**90.076**
Tributos a Pagar	14	279	279
Tributos sobre o lucro diferidos	9	56.444	60.341
Lucros e Juros a Pagar		64.272	29.456
Total do Passivo		**163.182**	**133.943**
Patrimônio Líquido		**409.669**	**412.691**
Capital Social	17	1.800	1.800
Reservas de Lucros		309.601	306.504
Ajustes de Avaliação Patrimonial		98.268	104.387
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**572.851**	**546.634**

Demonstração do Resultado

	Nota	2019	2018
Receita Líquida de Vendas	18	287.606	281.397
Custo dos Produtos Vendidos		(210.794)	(207.415)
Lucro Bruto		**76.811**	**73.982**
Despesas com Vendas		(25.993)	(27.207)
Despesas Gerais e Administrativas		(9.133)	(9.027)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		2.882	1.266
		(32.244)	**(34.969)**
Lucro operacional		**44.568**	**39.013**
Receitas Financeiras		10.917	12.114
Despesas Financeiras		(1.246)	(1.034)
Variação Cambial Líquida		195	1.193
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	19	**9.866**	**12.273**
Lucro antes do Imposto de Renda e da CS		**54.434**	**51.287**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(16.062)	(14.860)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	3.897	4.585
Lucro Líquido do Exercício		**42.269**	**41.011**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Em 31/dezembro/2017	**1.800**	**312.100**	**110.125**	**424.025**
Lucro (prejuízo) do Período	-	41.011	-	41.011
Divididendos Distribuídos / Juros sobre o Capital Próprio	-	(52.345)	-	(52.345)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	8.694	(8.694)	-
Reversão do IRPJ e CSLL Diferidos - AAP	-	(2.956)	2.956	-
Em 31/dezembro/2018	**1.800**	**306.504**	**104.387**	**412.691**
Lucro (prejuízo) do Período	-	42.269	-	42.269
Dividendos Distribuídos / Juros s/ o Capital Próprio	-	(45.290)	-	(45.290)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	9.271	(9.271)	-
Reversão do IRPJ e CSLL Diferidos - AAP	-	(3.152)	3.152	-
Em 31/dezembro/2019	**1.800**	**309.601**	**98.268**	**409.669**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2019	2018
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**54.434**	**51.287**
Ajustes do Lucro (prejuízo) líquido		
Provisão para Liquidação Duvidosa	379	436
Provisão Comissões a Pagar	(318)	708
Depreciação e Amortização	17.481	16.704
Juros Incorridos	26	75
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado	(74)	(129)
Lucro (prejuízo) Líquido Ajustado	**71.928**	**69.079**
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber de Clientes	6.772	(14.442)
Estoques	(38.600)	9.630
Tributos a Recuperar	(5.257)	(1.250)
Adiantamentos a Fornecedores	(583)	66
Outras Contas a Receber	10	73
Depósitos Judiciais	(19)	(30)
Fornecedores	(2.844)	4.694
Tributos a Pagar	(903)	(805)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(259)	657
Comissões a Pagar	26	(74)
Outros Valores a Pagar	1.110	248
Caixa gerado nas operações	**31.380**	**67.848**
IRPJ e CSLL Pagos	(14.207)	(17.903)
Juros Pagos	(26)	(75)
Caixa Líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**17.147**	**49.870**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra de Ativo Imobilizado e Intangível	(5.837)	(5.849)
Receita na alienação de Imobilizado e Intangível	177	2.292
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(5.660)**	**(3.557)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos Liquidados	(1.080)	(1.080)
Lucros Distribuídos e Juros s/ Capital Próprio Pagos	(10.474)	(59.178)
Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamento	**(11.554)**	**(60.258)**
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa, Líquidos	**(67)**	**(13.945)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	164.620	178.564
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	164.553	164.620

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018 - Em milhares de reais

1 Informações Gerais: A Cedasa Indústria e Comércio de Pisos Ltda., também referida nessa demonstração como "Empresa", é uma sociedade limitada, está estabelecida na Rodovia Washington Luiz, Km 169, na cidade de Santa Gertrudes, Estado de São Paulo e tem como principal objetivo a produção e comercialização de produtos cerâmicos. A empresa possui uma filial, localizada também no estado de São Paulo, na cidade de Santa Gertrudes, denominada "Majopar" e, como a matriz, produz e comercializa produtos cerâmicos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Empresa, em 25 de março de 2020. **2 Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentas em Real foram arredondadas para o milha mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "variação cambial líquida" (Nota 19 – Receitas (despesas) financeiras). **2.3 Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **2.4 Ativo financeiro: 2.4.1 Classificação:** A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda mensurados ao valor justo quando existentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **a) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida do "resultado financeiro". **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tiverem vencido ou sido transferidos neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. ***2.4.3 Impairment* de ativos financeiros: a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Empresa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados a taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida. **2.5 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.6 Estoques:** O custo do produto acabado é mensurado levando em consideração todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos, em conformidade com as previsões da NBC TG 16 - Estoques. No custo de aquisição foram considerados o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao Fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição. Os custos de transformação de estoques incluíram os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção. Também incluíram a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que foram incorridos para transformar os materiais em produtos acabados. **2.7 Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens (nota 10). A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas operacionais" na determinação do resultado. **2.8 Ativos Intangíveis:** Os Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. ***2.9 Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos com vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis, que podem ser UGC's ou segmentos operacionais. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. **2.10 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são presentadas como passivo não circulante. São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e, quando cabível, acrescidos das variações monetárias ou cambiais. **2.11 Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. **2.12 Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros para os sócios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. **2.13 Provisões:** As provisões para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Empresa (Nota 16). As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como "resultado financeiro". **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A Empresa reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas informações contábeis intermediárias e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. Os valores dos impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. **2.15 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa fabrica e vende uma variedade de produtos, conforme mencionado na Nota 1. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma Empresa efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. O reconhecimento não ocorre até que: i. Os produtos tenham sido enviados para o local especificado; ii. Os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; iii. O cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e iv. As disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **2.16 Receita financeira:** As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.17 Efeitos da Adoção das Novas Normas: (a) Normas de Contabilidade – IFRS 16:** A IFRS 16 / CPC 06 que trata sobre contratos de Arrendamento, introduziu um modelo único de contabilização para este tipo de operação no balanço patrimonial da arrendatária (tanto para contratos de natureza operacional, quanto financeira). Estas alterações estão em vigor desde 1º de janeiro de 2019. A Empresa avaliou as operações que possui com esta natureza e não identificou impactos da Norma que alterem a forma como elaborou suas Demonstrações Financeiras. **3 Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. A Empresa avalia continuamente as estimativas e premissas contábeis e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. **4 Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** A gestão dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela tesouraria e aprovados pela Administração da entidade. A Empresa está exposta a diversos riscos, incluindo risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de mercado, risco de liquidez e risco cambial, como definido abaixo: **(a) Risco cambial:** A Empresa está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais, bem como ativos e passivos reconhecidos na data da transação. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Caso clientes sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **(d) Gestão de capital:** Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardas a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5 Caixa e equivalentes de caixa	2019	2018
Caixa	375	407
Bancos	473	270
Aplicações Financeiras	163.704	163.943
	164.553	**164.620**

6 Contas a receber de clientes	2019	2018
Contas a Receber - Mercado Interno	103.104	105.467
Contas a Receber - Mercado Externo	7.697	12.105
Provisão p/Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.092)	(1.713)
	108.709	**115.860**
Circulante	108.709	115.860

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	2019	2018
A vencer	105.395	108.325
Vencidos:		
< 30 dias	1.663	4.205
30 - 60 dias	925	1.623
60 - 90 dias	562	846
90 - 120 dias	12	474
> 120 dias	2.244	2.100
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(2.092)	(1.713)
	108.709	**115.860**

A movimentação das provisões para perdas em créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	2019	2018
Saldo inicial	(1.713)	(1.277)
Adições	(380)	(489)
Baixas	2	53
Saldo final	**(2.092)**	**(1.713)**

7 Estoques	2019	2018
Almoxarifado	543	552
Embalagens	1.010	879
Insumos	1.281	831
Matérias-primas	7.765	5.746
Produtos em andamento	805	757
Produtos acabados	59.116	23.155
	70.520	**31.920**

8 Tributos a recuperar	2019	2018
IPI a Compensar/Recuperar	11.751	11.562
PIS a Compensar/Recuperar	141	122
COFINS a Compensar/Recuperar	650	565
CSLL a Compensar/Recuperar	1.834	1.034
ICMS a Recuperar	2.613	1.472
Outros Impostos a Compensar	3.756	-
	20.745	**14.755**
Circulante	12.808	4.811
Não circulante	7.937	9.944

(i) Desde o Decreto nº 6.890/2009, que reduziu para 0% a alíquota do IPI sobre os produtos cerâmicos, foram gerados créditos acumulados do IPI. Por este motivo a administração ingressou com o pedido de ressarcimento perante o Fisco no valor de R$ 7.072, os mesmos se encontram em processo de homologação.

9 Tributos diferidos	2019	2018
Diferenças Temporárias Ativas		
Provisão para Comissões	1.790	1.898
Provisão p/ Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	711	582
Variações Cambiais pelo Regime de Caixa	34	-
	2.535	**2.481**

Diferenças Temporárias Passivas	2019	2018
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(50.623)	(53.775)
Variações Cambiais pelo Regime de Caixa	-	(49)
Diferença de Taxa de Depreciação (Societária *versus* Fiscal)	(8.356)	(8.998)
	(58.979)	**(62.821)**
Imposto de renda e CS diferidos, líquido	**(56.444)**	**(60.341)**

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2019 e 2018 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	2019	2018
Depreciação Societária	618	697
Depreciação Valor Justo	3.175	3.489
Provisão Variação Cambial Exterior	83	10
Provisão para Comissão	(108)	241
Provisão Liquidação Duvidosa	129	148
Receita(despesa)de imposto de renda e CS diferidos	**3.897**	**4.585**

10 Imobilizado: Abaixo são apresentados os ativos imobilizados:

Imobilizado	Benfeitorias	Máq. e Equiptos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizações em andamento	Edificações e Instalações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.075**	**63.921**	**10.862**	**933**	**-**	**155.034**	**231.825**
Aquisições	150	1.609	2.541	160	1.387	-	5.847
Baixas	-	(33)	(2.130)	-	-	-	(2.163)
Transferências	-	708	-	-	(708)	-	-
Depreciações	(67)	(8.442)	(2.022)	(156)	-	(6.002)	(16.689)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1.158**	**57.763**	**9.251**	**937**	**680**	**149.033**	**218.820**
Aquisições	5	1.133	137	92	4.410	-	5.778
Baixas	(5)	(15)	(83)	-	-	-	(103)
Transferências	-	3.418	-	-	(3.457)	39	-
Depreciações	(70)	(9.534)	(1.738)	(165)	-	(5.965)	(17.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.088**	**52.764**	**7.568**	**864**	**1.633**	**143.107**	**207.023**
Taxa Anual de Depreciação	3% a 4%	20%	7% a 25%	10%	0%	3% a 4%	

11 Intangível: O saldo deste grupo é composto preponderantemente por Marcas e Patentes licenciadas para utilização da companhia, registradas ao seu custo de aquisição e líquido da amortização correspondente.

12 Empréstimos e Financiamentos

	Valor 2019	Valor 2018	Moeda	Vencimento	Taxa Média/ Encargos	Garantias
FINAME	-	1.080	Real	Até dezembro 2019	4,5% a.a.	Não há
Total	-	**1.080**				
Circulante	-	1.080				

13 Fornecedores: Os saldos de fornecedores a pagar em 31 de dezembro de 2019 correspondem um total de R$ 13.375, sendo todos devido em mercado nacional.

14 Tributos a pagar	2019	2018
ICMS a Recolher	2.547	3.178
CSLL a Recolher	643	341
IRPJ a Recolher	3.606	1.319
PIS a Recolher	133	153
COFINS a Recolher	630	717
IRRF a Recolher	2.869	3.039
ISS Retido a Recolher	11	10
Outros a Recolher	48	44
	10.487	**8.802**
Circulante	10.208	8.523
Não circulante	279	279

15 Obrigações sociais e trabalhistas	2019	2018
Salários a Pagar	1.424	1.197
Pró-Labore	8	8
INSS a Recolher	974	912
FGTS a Recolher	300	276
Retenção INSS Terceiros	27	27
Provisões Sociais e Trabalhistas	4.757	5.316
Outros	137	153
	7.629	**7.888**

16 Provisões: (a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A empresa tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis com base na avaliação de seus assessores legais na ordem de R$ 1.490, para as quais não há provisão constituída. **17 Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 1.800 (R$ 1.800 em 31 de dezembro de 2018), representado por 1.800.000 quotas, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

18 Receita líquida	2019	2018
Receita Bruta		
Vendas Mercado Interno	320.943	304.975
Exportações Diretas	24.286	29.326
Exportações Indiretas	5.113	6.786
Vendas de Sucatas	-	-
	350.342	**341.087**
Deduções de Vendas		
(-) Impostos sobre Venda	(62.483)	(59.521)
(-) Devoluções	(253)	(169)
	(62.737)	**(59.690)**
Receita Líquida	**287.606**	**281.397**

19 Receitas (Despesas) Financeiras	2019	2018
Receitas Financeiras:		
Juros com Aplicações Financeiras	9.078	9.899
Ganhos com Variações Monetárias	66	53
Descontos Financeiros Obtidos	33	34
Outras Receitas Financeiras	1.740	2.129
	10.917	**12.114**
Despesas Financeiras		
Encargos Financeiros	(78)	(126)
Outras Despesas Financeiras	(1.167)	(908)
	(1.246)	**(1.034)**
Variação cambial líquida		
Clientes	195	1.193
	195	**1.193**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**9.866**	**12.273**

20 Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2019 a administração considera que todos os ativos e compromissos de valores relevantes de alto nível de risco estão cobertos pelo seguro, por meio de políticas locais e corporativas. **21 Eventos Subsequentes:** Em atendimento a NBC TG 24, ante a atual pandemia decorrente da propagação do Coronavírus, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e que afeta a economia do nosso país e do mundo, a Companhia informa que segue as medidas determinadas pelo Ministério da Saúde e que está atenta a toda e qualquer informação a respeito do COVID-19. Na data destas demonstrações financeiras não é possível mensurar os efeitos ou outros riscos que possam surgir ou estimar seus efeitos no resultado do exercício de 2020.

Edvaldo José Pascon - Administrador Sócio | **Maria José Paraluppi Pascon** - Administrador Sócio | **Valmir Pedro Baiocco** - Contador CRC 1SP 142.129/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Ao **Cedasa Indústria e Comércio de Pisos Ltda.** A/C: Administradores e Quotistas. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Cedasa Indústria e Comércio de Pisos Ltda. (Cedasa) que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cedasa Indústria e Comércio de Pisos Ltda. (Empresa), em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Campinas 25 de março de 2020.

Atenciosamente, **Marcos Francisco Rodrigues Sousa**

Contador CRC 1SP167515/O-0

Consulcamp Auditoria - CRC 2SP024818/O-5

Pacer Logística S.A.

CNPJ nº 12.621.274/0001-87

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas

Ficam convocados os Titulares das debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos da **Pacer Logística S.A.** ("Escritura de Emissão", "Debênture", Emissora, respectivamente), a se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), nos termos da Cláusula IX da Escritura de Emissão, datado de 30 de março de 2017, conforme aditado, que será transmitida e realizada, em primeira convocação, no dia 08 de maio de 2020, às 11:00 horas, nos termos do inciso I, §1, artigo 1 da Instrução Normativa DREI nº 70 de 14 de abril de 2020 ("IN 79/2020"), sendo que as informações para participação e voto poderão ser consultadas no site da Emissora (www.pacer.com.br) ou do Agente Fiduciario (www.fiduciario.com.br), nos termos da Medida Provisória n. 931 de 30 de março de 2020 e da IN 70/2020 supracitada ("AGD"), para deliberar e apreciar acerca das seguintes matérias: (i) prorrogação das parcelas de Amortização do Valor Nominal Unitário e Remuneração com vencimento previsto para o dia 13/05/2020, nos termos das cláusulas IV.7 e IV.8.3.1, da Escritura de Emissão, respectivamente, para 13/07/2020; e (ii) autorização para que o Agente Fiduciário adote todos e quaisquer procedimentos necessários para a efetivação das matérias descritas no item anterior. **Informações Gerais:** Os Debenturistas que se fizerem representar por procuradores, deverão entregar o respectivo instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na AGD, na sede social do Agente Fiduciário ou via e-mail, fiduciario@planner.com.br, nos termos do Decreto nº 10.278 de 18 de março de 2020, em até 00:30 (trinta) minutas antes da realização da AGD.

32ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-SP – FORO CENTRAL

Edital de Citação. Prazo de 20 dias. Processo nº 1037680-66.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juíz(a) de Direito da 32ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Gabriela Fragoso Calasso Costa, na forma da Lei etc... ***FAZ SABER*** a(o) **FÁBIO FANTIN**, CPF 299.080.578-80, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CABESP**, objetivando a cobrança da quantia de **R$ 5.675,56 (março/2018)**, relativa ao inadimplemento das mensalidades do plano de saúde Cabesp-família a partir de setembro/2013. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de março de 2020.

10ª VARA CÍVEL - FORO CENTRAL - COMARCA DE SÃO PAULO/SP - Praça João Mendes s/nº - 7º andar - salas nº 712/718 - 719/721 - Centro - CEP 01501-900 - Fone: 217.16111 - São Paulo-SP - E-mail:sp10cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **INTIMAÇÃO**. Prazo: **20 dias**. Proc. nº **1042962-22.2017.8.26.0100**. A Dra. **ANDREA DE ABREU E BRAGA**, MMª Juíza de Direito da 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de SãoPaulo, Capital, na forma da lei. **FAZ SABER** aos **EVENTUAIS HERDEIROS** ou **SUCESSORES** de **WILSON HIDEKI SHIROMA**, que nos autos da ação de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL- DESPESAS CONDOMINIAIS** movida pelo **CONDOMINIO COMENDADOR ELIAS ASSI** em face do **ESPÓLIO** de **HARUKO UNO SHIROMA**, aos 28 de agosto de 2019, o imóvel consistente do apartamento nº 34 do 3º andar do Edifício Pelotas, blocoA, do Condomínio Comendador Elias Assi, situado na Rua Bagé, nº 230, esquina com a rua Projetada, no 9º Subdistrito - Vila Mariana, e uma vaga indeterminada na garagem coletiva do mesmo edifício (contribuintes: 037.090.0567-1 e 037.090.1.215-5; matrículas 39.266 e 39.267 do 1º R.I. desta Capital), foi **ARREMATADO** por Boulous Adm. de Bens Próprios - Eireli pelo valor de R$432.571,00, em leilão regularmente realizado pela SP Leilões (Guisheft Gestão e Intermediação de Ativos Ltda.). Nestas condições, tendo sido noticiado o possível falecimento do sr. Wilson Hideki Shiroma (herdeiro de Haruko Uno Shiroma e proprietário de 1/4 dos imóveis supra), foi determinada a **INTIMAÇÃO** de **SEUS EVENTUAIS HERDEIROS** ou **SUCESSORES** para que se **MANIFESTEM SOBRE A ARREMATAÇÃO** alegando que for a bem de seus direitos, sob pena de prosseguimento do feito nos seus ulteriores termos, em virtude do que, expede-se o presente, com o prazo de 20 dias, o qual será afixado e publicado na forma da lei. SãoPaulo, 16/ 03/ 2020. Eu, Escrevente, digitei. Eu, Escrivã(o) Diretor(a), subscarevi.

17 e 18/04

www.jornalodiasp.com.br

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

29º SUBDISTRITO SANTO AMARO

OFICIAL - MARCO ANTONIO CORREA MONTEIRO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

EUDES GOMES DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MOTORISTA, NASCIDO EM ALMADINA, BA NO DIA (19/08/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MANOEL DA HORAGOMES E DE MARIA JOSÉ BISPO DOS SANTOS. **CLECIA PEREIRA ALVES,** ESTADO CIVILDIVORCIADA, PROFISSÃOAUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SPNO DIA (30/08/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHADE CLAUDIONOR PEREIRAALVES E DE MARIA HELENA DE SOUZA.

ANDERSON FIRMINO DE GOES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUDITOR DE QUALIDADE, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (04/10/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE LUIZ DIAS DE GOES E DE IVONETE FIRMINO DE LUCENA. **LARISSA KETHELEEN LISBOA LIMA,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO AUTÔNOMA, NASCIDA EM DIADEMA, SP NO DIA(08/09/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA DIADEMA, SP, FILHADE EDSON DOS SANTOS LIMAE DE ADRIANA PAIVA LISBOA.

MATHEUS FREITAS SANTANNA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VISTORIADOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(04/06/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DEADAO PEDRO SANT ANNAE DE ISILDA DE FREITAS SANTANNA. **ALINE QUINTELA DE LAURENTIS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO BANCÁRIA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SPNO DIA (04/06/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHADE MAURICIO DE LAURENTIS E DE SELMA REGINA QUINTELA DE LAURENTIS.

GERALDO FELIX DOS SANTOS JUNIOR, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO SUPERVISOR OPERACIONAL, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (04/12/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRIT O, SÃO PAULO, SP, FILHO DE GERALDO FELIX DOS SANTOS E DE LEONOR DE ALMEIDA FELIX DOS SANTOS.**VANESSADOS REIS TEIXEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PROFESSORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (09/03/1982), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHADE VALDENOR FERNANDESTEIXEIRA E DE TEREZA DOS REIS TEIXEIRA.

FRANCISCO FERREIRA DE SOUSA,ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO COZINHEIRO, NASCIDO EM MANAÍRA, PB NO DIA (14/06/1968), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE LUIZ FERREIRA DE SOUSAE DE ESPEDITA MARIA DACONCEIÇÃO. **EDILENE MARTINS DE SOUZA MAGALHÃES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PROFESSORA, NASCIDA EM SERRA TALHADA, PE NO DIA (01/01/1980), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE RUFINO PEREIRA DE SOUZA E DE MARIA DA DÔRES MARTINS DE SOUZA.

JOSÉ CASSIO DE ARRUDA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO COMERCIANTE, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (22/02/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ NIVALDO DEARRUDA E DE MARIAIZAAURELIANO. **BEATRIZ DA SILVA CARVALHO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO OPERADORA DE TELE ATENDIMENTO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (23/07/1999), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHADE VALTER GERLACH CARVALHO E DE ANAGEISADA SILVA.

MARCELINO RIBEIRO BESSA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃOAUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NASCIDO EM JOÃO PESSOA, PB NO DIA (29/04/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRIT O, SÃO PAULO, SP, FILHO DE FERNANDO RIBEIRO BESSAE DE MARIADO SOCORRO DA CONCEIÇÃO BESSA. **ROZEMEIRE RODRIGUES DE FREITAS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE LIMPEZA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA (04/02/1982), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHADE LUIZ RUFINO DE SOUSA FREITAS E DE MARIA MARLENE RODRIGUES.

MURILO SANTOS DE JESUS, ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO PINTOR, NASCIDO EM ITAGIBÁ, BANO DIA(01/10/1998), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOVELINO SANTOS DE JESUS E DE MARIA BRITO SANTOS. **AMANDADA SILVA ROSA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃOAUXILIAR GERAL, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(25/08/1998), RESIDENTE E DOMICILIADANESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DEADENILSON ROSA E DE ELIANE DA SILVA.

JORGE LUIZ DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PSICOPEDAGOGO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(12/07/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE LEVI DA SILVAE DE MARIA LUCIA DA SILVA.**EDSON NERIS BEGO,** ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃOAUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (12/01/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JUVENCIO ROCHA BEGO E DE ELISA PEREIRA NERIS ROCHA BEGO.

ANDRÉ LUÍS LAZARO DA SILVA, ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO INSTALADOR, NASCIDO EM MACEIÓ, AL NO DIA (10/02/1979), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MARIADO SOCORRO LAZARO DA SILVA. **LIGIAAPARECIDADIAS NEVES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO MONIT ORAESCOLAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SPNO DIA (19/08/1988), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHADE JOSEMAR DOS SANTOS NEVES E DE ROSELI JANE DIAS.

BRENDO MORAES GOMES, ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO BARBEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(14/12/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRIT O, SÃO PAULO, SP, FILHO DE WILLIAM CARLOS GOMES E DE MARIZELIAALVES DE MORAES. **BEATRIZ FERNANDA JESUS DE FRANÇA,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO RECEPCIONISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (04/03/1998), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE FERNANDOAPARECIDO DE FRANÇA E DE JUSILEIDE DE JESUS.

WINIKY JOSE SIQUEIRA MORAIS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO POR TEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (16/10/1999), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE RAIMUNDO JOSE PINTO MORAIS E DE MARIADAS GRAÇAS SIQUEIRA. **LILIANE DE MELO PEREIRA FILHA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDAEM PILAR, AL NO DIA(02/06/2001), RESIDENTE E DOMICILIADANESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE LILIANE DE MELO PEREIRA.

ANDERSON DASILVA DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PORTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (27/01/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRAE DE MARLI DA SILVA.**ROSANE SANTOS DE JESUS,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO BABÁ, NASCIDAEM IBICARAI, BA NO DIA (22/12/1992), RESIDENTE E DOMICILIADANESTE SUBDISTRIT O, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MANOEL MESSIAS SOARES DE JESUS E DE EUNICE LOPES SANTOS.

LOURINALDOANTONIO DOS SANTOS, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO OPERADOR DE MÁQUINA INJETORA, NASCIDO EM TRIUNFO, PE NO DIA (05/06/1973), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DEANTONIO JONAS DOS SANTOS E DE MARIA RISELDA VIANADOS SANTOS. **IONE DOS SANTOS CAETANO,** ESTADO CIVILVIÚVA, PROFISSÃO DIARISTA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SPNO DIA (15/12/1976), RESIDENTE E DOMICILIADANESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MOYSES DOS SANTOS E DE MARIA DE LOURDES SANTOS.

ROBSON GOMES DA MOTA,ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO CHAPEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(05/01/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRIT O, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO CARLOS GOMES DA MOTAE DE VERA LÚCIA GOMES DASILVAMOTA. **ILCE QUEIROZ DEARAUJO,** ESTADO CIVILDIVORCIADA, PROFISSÃO ZELADORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/07/1971), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DEANTONIO BASILIO DE ARAUJO E DEANA QUEIROZ DE ARAUJO.

JEFFERSON DOS SANTOS PORTO, ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO GARÇOM, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (01/01/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE PAULO DOS SANTOS PORTO E DE MARIA GORETE SOARES DOS SANTOS. **JOICE APARECIDA VITORIASA DASILVA,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃOAUXILIAR DE METRO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(18/12/1998), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHADE JOSENILTON BONFIM DA SILVA E DE RITA MARIASA DA SILVA.

MARCOS RAFAEL WENCESLAU, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PORTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (18/04/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE BENEDITO WENCESLAU E DE NAUZA FIRMINO WENCESLAU. **CARLA DOS SANTOS CONCEIÇÃO,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO PROFESSORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (06/02/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE CARLOS CONCEIÇÃO E DE MARINADOS SANT OS.

DIEGO AUGUSTO PEIXOTO TEIXEIRA DE FREITAS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA (06/06/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ HENRIQUE BRANDÃO TEIXEIRADE FREITAS E DE ROSE MARY PEIXOTO TEIXEIRA DE FREITAS. **RENATA CRISTINA MUNNO RODRIGUES,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO PSICANALISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/12/1976), RESIDENTE E DOMICILIADANESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHADE JOÃO CARLOS PENTERICHE RODRIGUES E DETANIAREGINA MUNNO RODRIGUES.

RENATO BRISOLA RODRIGUES HIDALGO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MÉDICO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/08/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ADAUTO RODRIGUES HIDALGO E DE BERENICE BRISOLA HIDALGO. **PRISCYLLAGRIEBELER,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃOARQUITETA, NASCIDA EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP NO DIA (01/07/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE PAULO DE MOURA GRIEBELER E DE MARIA LUISA GRIEBELER.

JOSÉ PAULO FERREIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO OPERADOR DE LOJA, NASCIDO EM FERRAZ DE VASCONCELOS, SP NO DIA (08/08/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE CUSTODIO ANACLETO FERREIRA E DE MARIA AUXILIADORA DE SIRQUEIRA. **PATRICIA DA SILVA DIAS,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM BASTOS, SP NO DIA (17/02/1979), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHADEANTONIO JOSÉ DIAS E DE ESTER DA SILVADIAS.

MAURINO JOSÉ BARBOSA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ADVOGADO, NASCIDO EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA (20/07/1963), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ FIRMO BARBOSA E DE DOMINGA GOMES BARBOSA. **AGATHA HERMANN SEPAROVIC,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADVOGADA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/12/1976), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DEARISTODEMO BURCINA SEPAROVIC E DE DENIZE HERMANN SEPAROVIC.

LUIZ HENRIQUE SALOMÃO, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO COMPRADOR PLENO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (10/05/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ ALFREDO SALOMÃO E DE LUZIAEDNASCARANELO SALOMÃO. **DÉBORA NASCIMENTO VARJÃO,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO ENFERMEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(30/08/1985), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHADE VALDEMAR CARDOSO VARJÃO E DE TERESA NASCIMENTO VARJÃO.

ISAIAS JUSTINO ALEIXO,ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ELETRICISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(14/04/1970), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRIT O, SÃO PAULO, SP, FILHO DE RAIMUNDO ALEIXO E DE MARIA JUZAM DA SILVA ALEIXO.**ELIANA SILVA COUTO**, ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO CUIDADORA, NASCIDAEM SERRAPRETA, BANO DIA(17/09/1965), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOAQUIM GONÇALVES COUTO E DE MARIA SILVA COUTO.

ERICK SOUSA LIMA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO OPERADOR DE CALL CENTER, NASCIDO EM BELÉM, PANO DIA (22/01/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE REGINALDO FERNANDES LIMAE DE ROSANA NAZARE SOUZA. **PALOMA BARROS EUFRASIO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ASSISTENTE DEATENDIMENTO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (25/07/1996), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DEANTONIO EUFRASIO NETO E DE MARIAAPARECIDA BARROS EUFRASIO.

DAVIDYOSHIGI NUKUI,ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO PROFESSOR, NASCIDO EM BAURU, SP NO DIA(27/11/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO BARUERI, SP, FILHO DE KATSUZO NUKUI E DE SUKIE IKEDANUKUI.**JULIANA NEIDE AMATO,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO DENTISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (12/04/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DEANGELO RAFAEL AMATO E DE DELFINA GIANNELLA AMATO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

SGA - Sistemas de Gestão Ambiental S.A.

CNPJ nº 30.157.101/0001-31

Mensagem da Administração

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade em 25/03/2020. Constituída como 'Sociedade Anônima de Capital Fechado', domiciliada no Brasil, a sede social da empresa está localizada na Rua Salete, nº 200 - 13º andar - conjunto 133 - Santana - CEP 02016-001 - São Paulo/SP. As demonstrações financeiras completas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, encontram-se disponíveis na sede da Companhia. Conselho de Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.491	1.327	3.654	1.328
Contas a receber	-	-	1.783	1.800
Valores a receber pela venda de controlada	-	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-
Dividendos a receber	11.685	12.960	1.927	1.414
Tributos a recuperar	-	-	-	-
Créditos diversos	343	768	567	1.004
Despesas do exercício seguinte	-	-	-	-
Total do ativo circulante	15.519	15.055	7.931	5.546
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
Créditos diversos	350	-	350	-
Depósitos judiciais	-	-	121	98
Contas a receber	-	-	9.450	9.450
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-
Investimentos	18.083	13.912	10.184	8.543
Imobilizado	-	-	846	780
Intangível	2	38	9.414	10.349
	18.085	13.950	20.444	19.672
Total do ativo não circulante	18.435	13.950	30.365	29.220
Total do ativo	33.954	29.005	38.296	34.766

Passivo	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.390
Fornecedores	13	-	103	210
Obrigações trabalhistas	-	-	-	-
Obrigações tributárias	-	-	1.159	1.224
Contas a pagar para partes relacionadas	-	-	226	209
Outras contas a pagar	20	20	40	35
Dividendos a pagar	4.730	3.558	4.730	3.558
Dividendos a pagar a acionistas não controladores	-	-	1.739	2.057
Total do passivo circulante	4.763	3.578	7.997	8.683
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	-	-	-	-
Patrimônio líquido				
Capital social	13.400	13.400	13.400	13.400
Reserva de capital	14	14	14	14
Reserva legal	1.588	1.342	1.588	1.342
Reserva retenção de lucros	14.189	10.671	14.189	10.671
Total do patrimônio líquido do controlador	29.191	25.427	29.191	25.427
Participações de não controladores	-	-	1.108	656
Patrimônio líquido total	29.191	25.427	30.299	26.083
Total do passivo e patrimônio líquido	33.954	29.005	38.296	34.766

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de Reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	-	-	18.864	21.376
Custos dos serviços prestados	(165)	(134)	(11.976)	(12.336)
Lucro bruto	(165)	(134)	6.888	9.040
Receitas/(Despesas) operacionais:				
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(54)	(454)	(2.727)	(2.471)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	377	100
	(54)	(454)	(2.350)	(2.371)
Lucro/(Prejuízo) operacional antes das participações societárias	(219)	(588)	4.538	6.669
Resultado de equivalência patrimonial	5.528	7.625	2.154	2.267
Resultado na baixa de investimentos	-	-	-	-
Lucro operacional antes das receitas/(Despesas) financeiras	5.309	7.037	6.692	8.936
Despesas financeiras	(420)	(426)	(521)	(677)
Receitas financeiras	47	26	49	26
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	4.936	6.637	6.220	8.285
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - corrente	-	-	(683)	(693)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - diferido	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	4.936	6.637	5.537	7.592
Lucro líquido do exercício destinado aos não controladores	-	-	601	955
Lucro líquido do exercício destinado ao controlador	4.936	6.637	4.936	6.637

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido do controlador	Participações de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13.400	14	1.009	5.943	-	20.366	743	21.109
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.637	6.637	955	7.592
Constituição da reserva legal	-	-	332	-	(333)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.576)	(1.576)	(1.042)	(2.618)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção dos lucros	-	-	-	4.728	(4.728)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.400	14	1.341	10.672	-	25.427	656	26.083
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.936	4.936	601	5.537
Constituição da reserva legal	-	-	247	-	(247)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.172)	(1.172)	(149)	(1.321)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção dos lucros	-	-	-	3.517	(3.517)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.400	14	1.588	14.189	-	29.191	1.108	30.299

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Milhares de Reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Atividades operacionais				
Lucro antes da provisão para o IR e a CSLL	4.936	6.637	6.220	8.285
Depreciações	-	-	128	88
Amortizações	36	36	935	935
Custo líquido na alienação de ativos	-	-	-	-
Ganho (Prejuízo) auferido na alienação de investimento	-	-	1	-
Resultado de equivalência patrimonial	(5.528)	(7.625)	(2.154)	(2.267)
Reversão de provisão para contingência	-	-	-	-
Reversão de provisão de IR/CS - revisão de cálculo	-	-	-	-
Juros incidentes sobre parcelas a receber pela alienação de investimento	-	-	-	-
Valor recebido pela venda de controlada	-	-	-	-
Juros incidentes sobre empréstimo	-	-	27	273
Juros incidentes sobre contas a receber	-	-	-	-
	-	-		
(Aumento)/Redução de ativos				
Contas a receber de clientes			17	(2.786)
Outros créditos	75	393	87	552
Depósitos judiciais	-	-	(23)	(3)
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-
Aumento/(Redução) de passivos				
Fornecedores	13		(107)	140
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	(55)	(210)
Contas a pagar para partes relacionadas	-	-	17	(9)
Imposto de renda e a contribuição social pagos	-	-	(693)	(598)
Outras contas a pagar	-	1	5	870
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	(468)	(558)	4.405	5.270
Atividades de investimento				
Aquisições de investimentos	-	-	-	-
Aquisições de imobilizado	-	-	(195)	(580)
Aquisições de intangível	-	-	-	-
Contas a receber pela alienação de investimento	-	-	-	-
Dividendos recebidos de controladas	2.632	976	-	(2)
Fluxo de caixa líquido aplicado em (originado das) atividades de investimento	2.632	976	(195)	(582)
Atividades de financiamento				
Ingressos de empréstimos	-	-	-	-
Pagamentos de empréstimos	-	-	(1.417)	(3.232)
Distribuição de lucros	-	1	(467)	(1.042)
Distribuição de lucros a acionistas não controladores	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	1	(1.884)	(4.274)
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.164	419	2.326	414
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	908	1.328	914
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2.164	1.327	3.654	1.328

Diretoria:
Pedro Miguel Cardoso Alves
Diretor Administrativo-Financeiro - CPF 227.710.148-66
Contador:
Joel Vieira de Oliveira - CRC 1SP187298/O-4 - CPF 083.733.788-71

Pollarix S.A.

CNPJ/MF nº 04.755.710/0001-82 - NIRE 35.300.187.733

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22 de Abril de 2020

1. Data, Hora e Local - Realizada no dia 22 de abril de 2020, às 08:00 horas, na sede social da **Pollarix S.A.**, localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 2º andar, sala 6, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Companhia”). **2. Convocação e Presenças -** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no artigo 124, § 4ª da Lei nº 6.404/76, e alterações posteriores (“Lei das S.A.”), tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa -** Raul Almeida Cadena, Presidente; Marcos José Mazutti, Secretário. **4. Ordem do Dia -** Deliberar sobre a redução do capital social e a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações -** Após o exame e discussão da matéria constante da Ordem do Dia e dos respectivos documentos, as acionistas presentes, por unanimidade, deliberaram, sem qualquer restrição ou ressalva, o quanto segue: **5.1.** A redução do capital social da Companhia no montante de R$110.000.000,10 (cento e dez milhões de reais e dez centavos), por considerá-lo excessivo, passando **dos atuais** R$290.153.918,37 (duzentos e noventa milhões, cento e cinquenta e três mil, novecentos e dezoito reais e trinta e sete centavos), **para** R$180.153.918,27 (cento e oitenta milhões, cento e cinquenta e três mil, novecentos e dezoito reais e vinte e sete centavos) mediante o cancelamento de 103.773.585 (cento e três milhões, setecentas e setenta e três mil, quinhentas e oitenta e cinco) ações, sendo 34.591.195 (trinta e quatro milhões, quinhentas e noventa e uma mil, cento e noventa e cinco) ordinárias e 69.182.390 (sessenta e nove milhões, cento e oitenta duas mil, trezentas e noventa) preferenciais. **5.1.1.** A redução do capital social da Companhia somente se efetivará mediante: **(i)** inexistência de oposição de credores quirografários durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da presente ata; ou **(ii)** pagamento do crédito ou depósito judicial da importância reclamada por eventuais credores que se opuseram à redução durante o prazo acima mencionado. **5.1.2.** Uma vez efetivada a redução do capital social ora aprovada, a devolução do valor sem juros ou correção monetária será feita às acionistas da Companhia de forma proporcional a sua participação no capital social. **5.2.** Em virtude da deliberação do item 5.1. acima, as acionistas aprovam a nova redação do caput do artigo 5º do Estatuto Social que passará a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 5º. O capital social da Companhia é representado por ações ordinárias, ações preferenciais de classe A e ações preferencias de classe B. O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 180.153.918,27 (cento e oitenta milhões, cento e cinquenta e três mil, novecentos e dezoito reais e vinte e sete centavos) dividido em 251.254.748 (duzentas e cinquenta e uma milhões, duzentas e cinquenta e quatro mil, setecentas e quarenta e oito) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 83.751.583 (oitenta e três milhões, setecentas e cinquenta e uma mil, quinhentas e oitenta e três) ações ordinárias e 167.503.165 (cento e sessenta e sete milhões, quinhentas e três mil, cento e sessenta e cinco) ações preferenciais de classe A e 2 (duas) ações preferenciais de classe B.” **6. Encerramento -** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes, a saber: **Presidente:** Raul Almeida Cadena, **Secretário:** Marcos José Mazutti, **Acionistas: Votorantim Geração de Energia S.A.**, representada por seus Diretores, Cesar Augusto Conservani e Raul Almeida Cadena; e **Nexa Recursos Minerais S.A.,** representada por seus Diretores, Rodrigo Nazareth Menck e Sr. Jones Aparecido Belther. São Paulo, 22 de abril de 2020. A presente ata é cópia fiel da lavrada no livro próprio. Mesa: **Raul Almeida Cadena -** Presidente, **Marcos José Mazutti -** Secretário.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1064792-81.2016.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a).ANDERSON CORTEZ MENDES, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Carlos José de Azevedo de Cruz e Sousa, RG 3374621, CPF 425.142.827-72, e Soraya Savini Orsini, RG 530047366, CPF 073.907.668-08, que lhes foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda., objetivando a cobrança de R$ 27.565,19 (novembro/2016), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados nos anos letivos de 2012 e 2013. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponham embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de janeiro de 2020. 25 e 28.04

Novaporcelanato Indústria e Comércio de Porcelanato Ltda.

CNPJ/MF nº 21.227.734/0001-88

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Ativo	Nota	2019	2018
Ativo Circulante		132.779	106.815
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	13.354	7.990
Contas a Receber de Clientes	6	47.137	30.353
Estoques	7	64.628	58.351
Tributos a Recuperar	8	6.927	10.069
Adiantamentos		707	27
Outras Contas a Receber		26	25
Ativo Não Circulante		185.401	198.380
Realizável a Longo Prazo		5.178	6.761
Depósitos Judiciais	9	925	161
Tributos a Recuperar	8	4.254	6.599
Imobilizado	11	180.104	191.526
Intangível	12	118	93
Total do Ativo		318.180	305.195

Passivo	Nota	2019	2018
Passivo Circulante		44.446	43.991
Empréstimos e Financiamentos	13	18.443	24.354
Fornecedores	14	14.067	9.642
Tributos a Pagar	15	4.797	4.526
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	2.851	2.539
Comissões a Pagar		1.762	1.094
Outros Valores a Pagar		2.526	1.837
Passivo Não Circulante		250.316	255.276
Empréstimos e Financiamentos	13	27.439	41.692
Tributos a Pagar	15	866	1.584
Tributos sobre o lucro diferidos	10	11	1
Mútuos com Partes Relacionadas		222.000	212.000
Total do Passivo		294.762	299.268
Patrimônio Líquido		23.417	5.927
Capital Social	17	16.500	16.500
Reservas de Lucros		6.917	(10.573)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		318.180	305.195

Demonstração do Resultado

	Nota	2019	2018
Receita Líquida de Vendas	19	168.646	61.454
Custo dos Produtos Vendidos		(130.871)	(52.268)
Lucro Bruto		37.774	9.186
Despesas com Vendas		(8.864)	(4.132)
Despesas Gerais e Administrativas		(1.811)	(1.137)
Outras receitas(despesas)operacionais, líquidas		(16)	-
		(10.691)	(5.269)
Lucro operacional		27.083	3.917
Receitas Financeiras		414	483
Despesas Financeiras		(3.379)	(3.090)
Variação Cambial Líquida		(468)	(10.879)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	20	(3.433)	(13.486)
Lucro antes do Imposto de Renda e da CS		23.651	(9.570)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(6.150)	(2.383)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10	(10)	(1)
Lucro Líquido do Exercício		17.490	(11.953)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de Lucros	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2017	16.500	1.380	17.880
Lucro (prejuízo) do Período	-	(11.953)	(11.953)
Em 31 de dezembro de 2018	16.500	(10.573)	5.927
Lucro (prejuízo) do Período	-	17.490	17.490
Em 31 de dezembro de 2019	16.500	6.917	23.417

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Nota	2019	2018
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		23.651	(9.570)
Ajustes do Lucro (prejuízo) líquido			
Depreciação e Amortização		22.516	18.726
Juros Incorridos		3.027	2.875
Variação Cambial Incorrida		468	7.454
Lucro (prejuízo) Líquido Ajustado		49.662	19.485
Contas a Receber de Clientes		(16.779)	(30.353)
Estoques		(6.278)	(44.686)
Tributos a Recuperar		5.488	(3.009)
Adiantamentos a Fornecedores		(680)	(26)
Outras Contas a Receber		(1)	(20)
Depósitos Judiciais		(763)	(161)
Fornecedores		4.319	8.536
Tributos a Pagar		(1.026)	(964)
Obrigações Sociais e Trabalhistas		313	2.519
Comissões a Pagar		668	1.094
Outros Valores a Pagar		689	1.837
Caixa gerado nas operações		35.611	(45.748)
IRPJ e CSLL Pagos		(5.570)	(1.362)
Juros Pagos		(1.495)	(3.501)
Caixa Líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		28.546	(50.611)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Compra de Ativo Imobilizado	11	(6.747)	(6.467)
Compra de Ativo Intangível		(40)	(56)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(6.787)	(6.523)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Empréstimos e Financiamentos Liquidados	11	(26.395)	(21.184)
Mútuos entre Partes Relacionadas		10.000	85.000
Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamento		(16.395)	63.816
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		5.364	6.681
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		7.990	1.309
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		13.354	7.990
Transações que não Afetam Caixa	11	4.333	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018 - Em milhares de reais

1. Informações Gerais: A Novaporcelanato Indústria e Comércio de Porcelanato Ltda., também referida nessa demonstração como “Empresa”, é uma sociedade limitada, está estabelecida à Estrada Municipal José Horácio Pascon – SGT 020, S/N, na cidade de Santa Gertrudes, Estado de São Paulo e tem como principal objetivo a produção e comercialização de porcelanatos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Empresa, em 25/03/2020. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como “variação cambial líquida” (Nota 20 – Receitas (despesas) financeiras). **2.3 Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **2.4 Ativo financeiro: 2.4.1 Classificação:** A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda mensurados ao valor justo quando existentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **a) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida do “resultado financeiro”. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. ***2.4.3 Impairment* de ativos financeiros: a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Empresa avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment.* O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por i*mpairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida. **2.5 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.6 Estoques:** O custo do produto acabado é mensurado levando em consideração todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos, em conformidade com as previsões da NBC TG 16 - Estoques. No custo de aquisição foram considerados o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao Fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição. Os custos de transformação de estoques incluíram os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção. Também incluíram a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que foram incorridos para transformar os materiais em produtos acabados. **2.7 Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens (nota 11). A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado. **2.8 Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. ***2.9 Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos com vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis, que podem ser UGCs ou segmentos operacionais. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. **2.10 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e, quando cabível, acrescidas das variações monetárias ou cambiais. **2.11 Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. **2.12 Provisões:** As provisões para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Empresa (Nota 18). As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser suficientes para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como “resultado financeiro”. **2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A Empresa reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentados nas informações contábeis intermediárias e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. Os valores dos impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. **2.14 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa fabrica e vende uma variedade de produtos, conforme mencionado na nota 1. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Empresa efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. O reconhecimento não ocorre até que: **i.** Os produtos tenham sido enviados para o local especificado e/ou tenham sido retirados pelo cliente; **ii.** Os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; **iii.** O cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e **iv.** As disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **2.15 Receita financeira:** As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.16 Efeitos da Adoção das Novas Normas: (a) Normas de Contabilidade – IFRS 16:** A IFRS 16 / CPC 06 que trata sobre contratos de Arrendamento, introduziu um modelo único de contabilização para este tipo de operação no balanço patrimonial da arrendatária (tanto para contratos de natureza operacional, quanto financeira). Estas alterações estão em vigor desde 1º de janeiro de 2019. A Empresa avaliou as operações que possui com esta natureza e não identificou impactos da Norma que alterem a forma como elaborou suas Demonstrações Financeiras. **3. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. A Empresa avalia, continuamente, as estimativas e premissas contábeis e baseia-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** A gestão dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela tesouraria e aprovados pela Administração da Empresa. A Empresa está exposta a diversos riscos, incluindo risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de mercado, risco de liquidez e risco cambial, como definido abaixo: **(a) Risco cambial:** A Empresa está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais, bem como ativos e passivos reconhecidos na data da transação. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Caso clientes sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **(d) Gestão de capital:** Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	330	137
Bancos	120	93
Aplicações Financeiras	12.904	7.760
	13.354	7.990

6. Contas a receber de clientes

	2019	2018
Contas a receber - mercado interno	46.678	29.942
Contas a receber - mercado externo	481	412
Provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(22)	-
	47.137	30.353
Circulante	47.137	30.353

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	2019	2018
A vencer	46.732	29.266
Vencidos:		
< 30 dias	338	921
30 - 60 dias	2	35
60 - 90 dias	7	103
90 - 120 dias	4	-
> 120 dias	76	9
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(22)	-
	47.137	30.353

7. Estoques

	2019	2018
Almoxarifado	574	128
Embalagens	2.316	1.750
Outros Estoques	4.378	-
Insumos	8.183	6.255
Produtos Intermediários	2.170	3.181
Produtos em elaboração	682	1.265
Produtos acabados	46.324	45.772
	64.628	58.351

8. Tributos a recuperar

	2019	2018
IPI a Compensar/Recuperar	2.736	1.459
ICMS a Recuperar	8.445	15.210
	11.181	16.669
Circulante	6.927	10.069
Não circulante	4.254	6.599

(i) Desde o Decreto nº 7.394/2010, que manteve em 0% a alíquota do IPI sobre os produtos cerâmicos, foram gerados créditos acumulados do IPI. Por essa razão, em 31 de dezembro de 2019, a companhia acumulava R$ 2,736 mi em créditos fiscais desta natureza que serão objeto de ressarcimento perante o Fisco. **9. Depósitos Judiciais:** A Empresa ingressou com ação judicial pleiteando a exclusão do ICMS das bases de cálculo das contribuições sociais ao PIS e à COFINS, em virtude do julgamento, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário nº 574.706, pelo Superior Tribunal Federal. Os valores discutidos são, mensalmente, depositados em juízo, para fins de aplicação da suspensão de exigibilidade de que trata o Código Tributário Nacional (CTN). **10. Tributos diferidos:** A rubrica de tributos diferidos é composta por uma diferença temporária sobre a tributação de receitas financeiras relativa aos depósitos judiciais de natureza tributária, em conformidade com a Lei 9.703/1998.

11. Imobilizado: Abaixo são apresentados os saldos dos ativos imobilizados:

Imobilizado	Benfeitorias	Máq. e Equiptos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizações em andamento	Edificações e Instalações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	28	10.182	-	596	192.102	-	202.908
Aquisições	35	1.376	1.718	178	4.007	20	7.334
Transferências	-	148.490	-	156	(161.137)	12.490	-
Depreciações	(1)	(17.410)	(121)	(105)	-	(1.078)	(18.716)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	61	142.639	1.597	824	34.972	11.432	191.526
Aquisições	-	1.461	-	126	9.493	-	11.080
Transferências	28	8.584	-	9	(43.168)	34.547	-
Depreciações	(3)	(20.830)	(247)	(128)	-	(1.293)	(22.501)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	87	131.854	1.350	831	1.297	44.686	180.104
Taxa anual de depreciação	3% a 4%	20%	7% a 25%	10%	0%	3% a 4%	

Ao longo do período de 2019, a Empresa adquiriu R$ 11.080 em novos imobilizados. Deste montante, R$ 4.333 foram adquiridos mediante captação de FINIMP e/ou FINAME, cujos pagamentos são feitos diretamente ao fornecedor de tais bens e não transitam pelo Caixa.**12. Intangível:** O saldo deste grupo é composto preponderantemente por Marcas e Patentes licenciadas para utilização da companhia, registradas ao seu custo de aquisição e líquido da amortização correspondente, além de licenças de software adquiridas.

13. Empréstimos e Financiamentos

	Valor 2019	Valor 2018	Moeda	Vencimento	Garantias
FINAME	21.537	26.280	Real	Janeiro de 2025	(*)
FINIMP	24.346	39.765	Euro	Fevereiro de 2024	(*)
Total	45.882	66.046			
Circulante	18.443	24.354			
Não Circulante	27.439	41.692			

(*) As garantias dos empréstimos supracitados são os próprios bens que foram objeto de financiamento no período.

14. Fornecedores

	2019	2018
Nacionais	8.472	8.375
Estrangeiros	5.595	1.266
	14.067	9.642

15. Tributos a pagar

	2019	2018
ICMS a Recolher	3.450	4.654
CSLL a Recolher	575	370
IRPJ a Recolher	1.051	677
PIS a Recolher	82	56
COFINS a Recolher	380	260
IRRF a Recolher	108	76
ISS Retido a Recolher	2	2
Outros a Recolher	14	15
	5.663	6.110
Circulante	4.797	4.526
Não circulante	866	1.584

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	2019	2018
Salários a Pagar	548	536
Pró-Labore	2	2
INSS a Recolher	369	328
FGTS a Recolher	107	95
Retenção INSS Terceiros	6	6
Provisões Sociais e Trabalhistas	1.788	1.548
Outros	32	25
	2.851	2.539

17. Capital Social: Em 31 de dezembro de 2019 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 500.000 quotas no valor de R$ 1,00 (um Real) cada uma, assim distribuídas:

Sócios	Quotas em R$	% capital
Edvaldo José Pascon	500	0,10%
Maria José Paraluppi Pascon	499.500	99,90%
Total	500.000	100,00%

a) Adiantamento para futuro aumento de capital: Em 31 de dezembro de 2019, o montante dos adiantamentos efetuados pelos sócios para futuro aumento de capital, está assim distribuído:

Sócios	Em milhares R$
Edvaldo José Pascon	16
Maria José Paraluppi Pascon	15.984
Total	16.000

18. Provisões: Em 31 de dezembro de 2019, a empresa possui processos na esfera cível, a respeito de reclamatórias de clientes, cuja perda é considerada possível e somam o montante de R$ 13,3 mil.

19. Receita líquida	2019	2018
Receita Bruta		
Vendas mercado interno	193.872	70.504
Exportações diretas	1.590	678
Exportações indiretas	341	203
	195.803	71.385
Deduções de Vendas		
(-) Impostos sobre venda	(26.914)	(9.755)
(-) Devoluções	(244)	(175)
	(27.158)	(9.931)
Receita Líquida	168.646	61.454

20. Receitas (Despesas) Financeiras	2019	2018
Receitas Financeiras:		
Juros com Aplicações Financeiras	263	447
Ganhos com Variações Monetárias	31	2
Descontos Financeiros Obtidos	5	1
Outras Receitas Financeiras	115	32
	414	483
Despesas Financeiras		
Encargos Financeiros	(3.059)	(2.931)
Perda com Variações Monetárias	-	(70)
Outras Despesas Financeiras	(319)	(88)
	(3.379)	(3.090)
Variação cambial líquida		
Clientes	5	5
Fornecedores	(106)	(368)
Empréstimos e financiamentos	(366)	(10.517)
	(468)	(10.879)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(3.433)	(13.486)

21. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2019 a administração considerou que todos os ativos e compromissos de valores relevantes de alto nível de risco estavam cobertos pelo seguro, por meio de políticas locais e corporativas. **22. Eventos Subsequentes:** Em atendimento a NBC TG 24 – Evento Subsequente, ante a atual pandemia decorrente da propagação do Coronavírus, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e que afeta a economia do nosso país e do mundo, a Companhia informa que segue as medidas determinadas pelo Ministério da Saúde e que está atenta a toda e qualquer informação a respeito do COVID-19. Na data destas demonstrações financeiras não é possível mensurar os efeitos ou outros riscos que possam surgir ou estimar seus efeitos no resultado do exercício de 2020.

Edvaldo José Pascon - Administrador Sócio **Maria José Paraluppi Pascon -** Administrador Sócio **Valmir Pedro Baiocco -** Contador CRC 1SP 142.129/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À **Novaporcelanato Indústria e Comércio de Porcelanato Ltda.** A/C: Administradores e às demais partes interessadas e Conselho de Administração. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Novaporcelanato Indústria e Comércio de Porcelanato Ltda que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novaporcelanato Indústria e Comércio de Porcelanato Ltda. (Empresa), em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, onde assim planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, dentre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Campinas, 25 de março de 2020.
Atenciosamente, **Marcos Francisco Rodrigues Sousa**
Contador – CRC 1SP167515/O-0
Consulcamp Auditoria - CRC 2SP024818/O-5

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1036779-41.2017.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) ANTONIA ADRIANA VIEIRA, RG 28.127.748, CPF 185.419.248-58, que Marina Akemi Kamogawa ajuizou ação despejo por falta de pagamento do imóvel situado na Av. Imirim 2810, Imirim, São Paulo/SP., e para cobrança de R$ 14.391,24 (dez/17), atualizado e acrescido das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se edital para que em 15 dias a fluir do prazo supra, conteste a ação ou ainda em igual prazo purgue a mora efetuando depósito judicial do débito reclamado na inicial, com as inclusões legais, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. **[28,29]**

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº**0022775-45.2019.8.26.0001**.O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível,do Foro Regional I-Santana,Estado de São Paulo,Dr(a). Ariane de Fátima Alves Dias Paukoski Simoni, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) COMERCIAL TRES NAÇÕES DE ROUPA LTDA,CNPJ 57.366.460/0001-55,que por este Juízo,tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença,movida por Manoel Santana Paulo,CPF-912.723.358-87,Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 25.461,17, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2020. **[28,29]**

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS Tipo de Processo\<\< nº 1002666-26.2020.8.26.0011 Classe: Assunto: Alteração de Regime de Bens - Regime de Bens Entre os Cônjuges EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 30 DIAS, expedido nos autos da Alteração de Regime de Bens - Regime de Bens Entre os Cônjuges, PROC. Nº 1002666-26.2020.8.26.0011. A MMA. Juiza de Direito da 1ª Vara da Familia e Sucessões, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Tatiana Federighi Saba, na forma da Lei, etc. Faz saber que nos autos da Ação de Alteração de Regime de Bens do Casamento, André Scala Pandolfi e Gisele Santos Pandolfi objetivam alterar o regime de bens do casamento de comunhão parcial de bens para o de separação total de bens. Nestas condições, expede-se edital para conhecimento de terceiros interessados, para que em 10 dias, a fluir do prazo supra, se manifestem nos autos, sob pena de serem aceitos os fatos narrados na inicial. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de abril de 2020. **[28,29]**

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
9º SUBDISTRITO VILA MARIANA
OFICIAL - BEL JOÃO BAPTISTA MARTELLETTO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

GLAUCO DOMINGUES DA COSTA FILHO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO DESIGNER GRÁFICO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (03/06/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE GLAUCO DOMINGUES DA COSTA E DE EDNA BARBOSA SUES DOMINGUES DA COSTA. **LARISSA SERPA SOARES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO JORNALISTA, NASCIDA EM JUNDIAÍ, SP NO DIA (17/01/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE CARLOS FERNANDO SOARES E DE LEILA CARDOSO SERPA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
30º SUBDISTRITO IBIRAPUERA
OFICIAL - RODRIGO DINAMARCO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

LEONARDO DE ALMEIDA DUARTE PESSÔA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VETERINÁRIO, NASCIDO EM CARAPICUÍBA, SP NO DIA (25/04/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO RICARDO DE ALMEIDA PESSÔA E DE LEONOR DE ALMEIDA DUARTE. **AMANDA LOPEZ EXPOSITO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO FISIOTERAPEUTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/04/1980), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE LUIZ EXPOSITO CALLE E DE MARIA AMPARO ISABEL LOPEZ EXPOSITO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
São Paulo / SP

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(s) o(s) mutuario(s) abaixo, para ciência de que estamos autorizados na forma dos artigos 19 e 21 da Lei nº 8004 de 14/03/1990 e do Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que oneram os imóveis descritos a seguir.

Ficam cientificados, outrossim, de que tem o prazo de 20(vinte) dias, contados de **28/04/2020** , para, querendo, purgar(em) o debito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo:

SED:B50876 - CONTRATO: 8026300290249 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA -0263 - PEDROSO DE MORAES
ENDERECO DO IMÓVEL: Avenida Pablo Casals, 90, APARTAMENTO 01, TERREO, Vila Dalva, São Paulo - SP, CEP: 05386-130
EDNEI LUIZ FERNANDES, BRASILEIRO, SOLTEIRO, ENCARREGADO DE OBRAS, CPF: 107.888.108-12, CI: 223726199 SSP

FIDUCIAL DIST. TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA
Endereço de Cobrança:
AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL ONDE PAGAVA AS PRESTACOES

28 - 29 - 30/04/2020

Memorial Parque da Paz S/A

CNPJ: 17.164.225/0001-86 - NIRE: 3530044676-3, Rod. Presidente Tancredo de Almeida Neves S/n- KM 54 - Jd Santa Gertrudes - Jundiaí - SP

Demonstrações Contábeis Consolidadas 31/12/2019 - Valores expressos em Reais

Balanço Patrimonial	31/12/19	31/12/18
Ativo Circulante	21.823.550,13	33.963.254,99
Disponível	3.158.435,73	4.635.846,07
Clientes	17.136.744,59	28.178.305,15
Estoques	7,18	3.539,99
Adiantamento a Empregados	5.249,82	–
Adiantamento a Terceiros	269.151,36	1.038.648,53
Impostos à Recuperar	–	106.915,25
Reserva para Liquidação de Distrato	1.253.961,45	–
Não Circulante	84.144.210,28	94.964.315,36
Depósitos Judiciais	4.817.655,94	3.718.263,70
Despesa Antecipada	44.569,82	1.364.274,44
Investimento Infraestrutura	341.902,51	13.190.448,78
Investimento Construção Civil	896.739,62	15.790.684,28
Clientes	40.370.432,48	49.146.563,91
Bens em Comodato	–	(3.305,46)
Imobilizado	37.672.909,91	11.750.774,79
Terrenos	10.500.000,00	10.500.000,00
Maquinas e Equipamentos	174.999,72	197.713,57
Estátua	240.000,00	240.000,00
Moveis e utensílios	352.955,39	299.600,72
Equipamentos Telefonicos	18.794,75	11.311,00
Equipamentos de informatica	199.633,19	97.303,10
Gerador	115.000,00	115.000,00
Veiculos	147.378,00	103.818,00
Equipamentos de Segurança	187.646,34	166.028,40
Licenciamento de Marca	–	20.000,00
Sistemas	4.194,52	–
Obras de Arte	22.524,00	–
Infraestrutura Geral Fase 1	12.990.545,94	–
Construção Civil Geral Fase 1	15.492.450,54	–
(-) Depreciação Acumulada	**(2.773.212,48)**	–
Depreciação Acumulada	(2.773.163,99)	–
Amortização Acumulada	(48,49)	–
Total do Ativo	105.967.760,41	128.927.570,35

Balanço Patrimonial	31/12/19	31/12/18
Passivo Circulante	27.033.203,02	42.842.582,76
Fornecedores e Contas a Pagar	430.168,11	108.292,77
Emprestimos/Financiamentos	7.528.458,90	15.042.777,49
Impostos e contribs a pagar	644.628,71	538.295,40
Salarios à Pagar e Provisões	363.967,72	286.718,21
Reserva para Liquidação de Contrato	1.253.961,45	–
Receita Futura à Realizar	16.634.899,08	28.177.182,29
(-) Custo Incorrido à Realizar	(394.449,45)	(1.852.719,16)
Adiantamento Lanchonete	–	9.948.95
Participação de Terceiros	571.568,50	532.086,81
Não Circulante	43.610.677,32	50.982.029,37
Dividendos à pagar	4.197.515,14	–
Emprestimos/Financiamentos	–	1.831.037,14
Bens em Comodato	–	3.305,46
Receita Futura à Realizar	40.370.432,48	49.147.686,77
(-) Custo Incorrido à Realizar	(957.270,30)	–
Patrimônio Líquido	35.323.880,07	35.102.958,22
Capital Social Integralizado	16.860.000,00	16.860.000,00
Reserva Legal	1.495.378,94	1.274.457,09
Ajuste de Exercicios Anteriores	(1.540.422,92)	(235.523,59)
Lucros a Disposição	12.550.064,14	8.965.753,36
Lucros/Prejuízos Exercicio	5.958.859,91	8.238.271,36
Total do Passivo	105.967.760,41	128.927.570,35

Demonstração do Fluxo de Caixa: Das Atividades Operacionais	
(+) Recebimento de Clientes e Outros	23.961.312,91
(-) Pagamento a Fornecedores	(8.331.001,13)
(-) Pagamento a Funcionários	(1.741.616,31)
(-) Recolhimentos ao Governo	(4.727.161,18)
(-) Outros pagamentos liquidos	(59.434,36)
(=) Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais	9.102.099,93
Das Atividades Investimentos	
(+) Recebimento de Juros	128.363,03
(=) Disponibilidades Geradas pelas Atividades Investimentos	128.363,03
Das Atividades Financiamentos	
(-) Pagamentos de Empréstimos	(10.707.873,30)
(=) Disponibilidades Geradas pelas Atividades Financiamentos	(10.707.873,30)
Aumento / Diminuição Nas disponibilidades	**(1.477.410,34)**
DISPONIBILIDADES - Inicio do período	4.635.846,07
DISPONIBILIDADES - Final do período	3.158.435,73

Demonstração do Resultado	31/12/19	31/12/18
Receita Operacional Bruta		
(+) Venda de Jazigos	12.917.527,02	18.977.100,79
(+) Serviços de Cemitério	4.488.612,34	3.551.707,03
(+) Cafeteria	13.520,85	106.113,25
(+) Cessão de Direitos de Jazigos	6.434.780,98	–
= Receita Operacional Bruta	23.854.441,19	22.634.921,07
(-) Impostos sobre Vendas	(999.258,70)	(941.761,21)
(-) Distratos	(59.434,36)	(199.432,93)
= Receita Operacional Líquida	22.795.748,13	21.493.726,93
(-) Custo dos Produtos Vendidos	–	(1.034.991,47)
= Lucro Bruto Operacional	22.795.748,13	20.458.735,46
Despesas Operacionais	(12.386.122,93)	(7.843.075,10)
(-) CC. Marketing	(722.428,03)	(517.086,06)
(-) C.C. Vendas	(1.023.263,61)	(3.359.888,80)
(-) Despesas Administrativas	(4.183.319,16)	(1.819.891,55)
(-) C.C. Cemitério	(4.035.256,62)	(1.995.543,04)
(-) C.C. Demais Serviços	(3.508,06)	(150.665,65)
(-) C.C. Obras	(2.418.347,45)	–
= Lucro Líquido Operacional	10.409.625,20	12.615.660,36
Outras Receitas Financeiras	2.074.223,95	1.040.365,81
Outras Despesas Financeiras	(4.195.848,69)	(3.965.922,30)
Outras Despesas Gerais	(68.844,90)	(1.322,00)
= Lucro Antes das Provisões	8.219.155,56	9.688.781,87
(-) CSLL	(638.859,99)	(435.134,44)
(-) IRPJ	(1.621.435,66)	(1.015.376,07)
= Lucro Líquido do Exercício	5.958.859,91	8.238.271,36

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Histórico	Capital Social	Reserva Legal	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio liquido
Saldo de Balanço	16.860.000,00	1.274.457,09	16.968.501,13	35.102.958,22
Aumento de Capital	-	-	-	-
Reserva Legal (Nota 1)	-	220.921,85	(220.921,85)	-
Resultado do Exercício	-	-	5.958.859,91	5.958.859,91
Ajuste de Exercicios Anteriores	-	-	(1.540.422,92)	(1.540.422,92)
(=) Lucro Liquido Ajustado	-	-	4.197.515,14	4.197.515,14
Dividendos à pagar (Nota 2)	-	-	(4.197.515,14)	(4.197.515,14)
Saldo atual	16.860.000,00	1.495.378,94	16.968.501,13	35.323.880,07

Nota Explicativa: 1. Contexto operacional - Memorial Parque da Paz S/A sociedade anônima fechada, com sede e foro na cidade de Jundiaí, desde 2012, atua na gestão e manutenção de cemitérios. 2. Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 3. Práticas Contábeis – 3.1 Companhia enquadrada no regime de tributação sobre Lucro Presumido e apura impostos pelo regime de caixa. 3.2 Caixa e Equivalentes de Caixa compreendem o total de disponibilidades. 3.3 O Cliente é registrado e contabilizado em Receitas Futuras à Realizar, conforme o contrato de venda. 3.4 Adiantamento a Terceiros é referente a pagamentos antecipados a fornecedores. 3.5 O valor classificação na Doação de Exercício Seguinte foi lançado em despesas, conforme escritura de doação de 27/12/2019. 3.6 Montamos equipe cobrança inadimplência. 3.7 Constituímos provisão para liquidação de Distratos no importe de R$ 1.253.961,45. 3.9 Investimentos em Infraestrutura são expansões da sede. 3.10 Depreciações foram calculadas neste exercício, e lançadas parte em Ajuste de Exercícios Anteriores. 3.11 Aumento do Imobilizado pela incorporação de obras e equipamentos. 3.12 Depósitos Judiciais são referente processo tributário em discussão da base de cálculo utilizada. 3.13 Financiamentos Bancários tem saldo do valor líquido na data fechamento balanço, tendo seus custos reconhecidos no resultado. 3.14 Impostos sobre Vendas 3% Cofins, 0,65% Pis. Sobre os serviços incide ainda 5% de ISS. As provisões de IRPJ e CSLL são apuradas pelas alíquotas de 8% e 12% sobre as vendas, respectivamente e os demais serviços são 32% tanto IRPJ e CSLL. 3.15 Sobre Lucro Líquido Ajustado, destinado Reserva Legal de 5% e restante para distribuição de dividendos. 3.16 Ajustes de exercícios anteriores compreendem Depreciação e outras despesas que constavam em adiantamento a fornecedores. **Diretoria: Willian Munarolo** – Sócio-Diretor CPF 257.948.658-57. **EFE Contabilidade e Auditoria Ltda,** CRCSP2SP030837/O-6, **Fabricio Scaliante Ruffato,** CRCSP1SP264989/O-5

Eccox Software S.A.

CNPJ.: 67.609.248/0001-25 - NIRE nº 353.003.167-38

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2019 a 31 de Dezembro de 2018 (Em Reais)

Balanço Patrimonial	2019	2018
Ativo circulante/Disponível	12.066.727,89	6.604.916,29
Disponibilidade	5.474.105,24	2.539.582,14
Contas a receber	2.735.051,77	1.557.722,66
Impostos a recuperar	3.421.127,09	1.879.458,20
Despesas antecipada	64.391,90	24.047,95
Outros créditos	104.930,45	104.930,45
Adiantamentos	267.121,44	499.174,89
Ativo não circulante	6.497.166,32	9.050.856,94
Realizável a longo prazo	5.023.260,00	7.579.655,33
Títulos de valores mobiliários	5.023.260,00	5.023.260,00
Outros créditos	-	2.556.395,33
Imobilizado	1.473.906,32	1.471.201,61
Total do permanente	1.473.906,32	1.471.201,61
Total do ativo	18.563.894,21	15.655.773,23
Passivo circulante	3.174.685,57	5.009.631,97
Obrigações com terceiros: Fornecedores	526.474,79	345.049,60
Empréstimos/Juros e financiamentos	1.607.538,56	3.115.845,11
Impostos e contribuições a recolher	679.758,25	905.491,14
Salários, provisão para férias e encargos sociais	360.913,97	634.401,76
Contas a pagar	-	8.844,36
Passivo não circulante	11.267.402,76	3.751.804,86
Exigível a longo prazo		
Impostos e contribuições	2.933.237,97	2.035.504,34
Empréstimos e financiamentos	8.334.164,79	1.716.300,52
Patrimônio líquido	4.121.805,88	6.894.336,40
Capital social	6.312.960,00	6.312.960,00
Reserva legal	196.556,81	196.556,81
Lucro (prejuízos) acumulados	(2.446.141,26)	
Reserva de lucros a destinar	58.430,33	384.819,59
Total do passivo e patrimônio líquido	18.563.894,21	15.655.773,23

Demonstração das Mutações do Patrimônio	Capital social	Reservas legal	Reservas lucro realizar	Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31/12/2018	6.312.960,00	196.556,81	384.819,59	-	6.894.336,40
lucro distribuído	-	-	(326.389,26)	-	(326.389,26)
Prejuízo acumulado	-	-	-	(2.446.141,26)	(2.446.141,26)
Saldo em 31/12/2019	6.312.960,00	196.556,81	58.430,33	(2.446.141,26)	4.121.805,88

Demonstrativo do Resultado	2019	2018
Resultado operacional	43.830,00	43.465,00
Receita operacional bruta	25.997.121,83	44.688.053,79
Receita de vendas de serviços e produtos	25.997.121,83	44.688.053,79
Impostos sobre vendas	(1.427.326,13)	(2.537.765,42)
Receita líquida de vendas	24.569.795,70	42.150.288,37
Custo dos produtos e serviços vendidos	(16.669.389,60)	(32.864.744,15)
Lucro bruto	7.900.406,10	9.285.544,22
Despesas operacionais	(6.750.105,84)	(7.646.014,26)
Salários e encargos	(377.558,39)	(297.934,84)
Despesas gerais	(4.017.228,08)	(3.624.252,91)
Resultado financeiro líquido	240.542,21	66.352,82
Despesas/Receitas operacionais	(2.595.861,58)	(3.790.179,33)
Resultado antes das despesas financeiras	1.150.300,26	1.639.529,96
Despesas financeiras	(3.596.441,52)	(354.835,40)
Resultado operacional	(2.446.141,26)	1.284.694,56
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(2.446.141,26)	(1.284.694,56)
Imposto de renda	-	(718.093,53)
Contribuição social	-	(267.153,67)
Resultado do período	(244.6141,26)	299.447,36

4. Caixa e equivalência de caixa:	2019	2018
Caixa	2.817,28	327,96
Banco conta movimento	1.116,49	81,22
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5.470.171,47	2.539.172,96
Total de caixa e equivalência de caixa	5.474.105,24	2.539.582,14

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimento de baixo risco.

5. Contas a receber de clientes:	2019	2018
Ativo Circulante: Duplicatas a receber	2.735.051,77	1.557.722,66
Contas a receber	104.930,45	104.930,45
Despesa antecipada	64.391,90	24.047,95
Total	2.904.374,12	1.686.701,06
Passivo circulante: Adiantamento de clientes	3.332,84	3.332,84
Total	3.332,84	3.332,84
Total a Receber	2.901.041,28	1.683.368,22

Os valores a receber são registrados pelos valores faturados provenientes de vendas de produtos, mercadorias e serviços e estão registrados no ativo circulante. **6. Tributos a recuperar e a recolher:**

Ativo Circulante	2019	2018
IRRF sobre aplicação financeira	29.836,09	894,31
IRRF sobre serviços prestados a compensar	1.013.360,34	1.492.735,23
IR de aluguel à restituir	2.155,64	2.155,64
IRPJ saldo negativo 2018	1.493.629,54	-
CSLL saldo negativo 2018	272.182,02	-
CSLL retido a compensar - Lei 10.833	355.883,15	272.182,02
PIS retido a compensar - Lei 10.833	39.804,70	14.150,74
COFINS retido a compensar - Lei 10.833	181.908,41	64.973,06
PERT - Crédito	32.367,20	32.367,20
Total	3.421.127,09	1.879.458,20
Passivo circulante	**2019**	**2018**
IRRF a recolher terceiros	116.274,26	41.033,58
IR sobre JCP	61.523,24	-
ISS a recolher	26.571,18	23.837,29
COFINS a recolher	25.661,38	-
PCC a recolher	125.587,00	253.044,40
IRRF a recolher - Parcelamento	13.429,73	40.926,81
PCC a recolher - Parcelamento	10.500,49	37.856,75
COFINS a recolher - Parcelamento	5.252,25	29.951,61
PIS a recolher - Parcelamento	2.292,95	15.969,66
ISS a recolher - Parcelamento	18.383,91	698.817,04
INSS a recolher - Parcelamento	21.608,09	104.154,47
REFIS Lei 12.996	1.246,98	163.255,12
CSLL a recolher	107.253,62	-
(-) Juros a apropriar	1.441,75	(574.002,93)
Total	537.026,83	834.843,80

7. Imobilizados: a) Valor contábil do imobilizado:

Imobilizado	2019	2018
Bens Móveis: Móveis e Utensílios	110.619,39	110.370,76
Equip.Tecnologia e Informática	460.581,60	451.311,22
Veiculos	182.340,28	180.326,56
Adiantamento para Consórcios	35.115,41	25.645,16
Instalações	68.109,43	51.754,39
Aparelhos e Equipamentos	79.789,32	79.789,32
Aparelhos e Equipamentos - Leasing	3.000,00	3.000,00
Equip.Tecnologia e Informática - Leasing	66.714,33	66.714,33
Aparelhos de Telecominucações	600,28	600,28
Ativo Diferido	1.788.592,21	1.788.592,21
Total	2.795.462,25	2.758.104,23
Depreciações: (-) Depreciações	(2.669.795,11)	(2.638.286,40)
Total Imobilizado	125.667,14	119.817,83
Intangível/ Marcas, Direitos e Patentes	**2019**	**2018**
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	40.969,32	40.969,32
IT-Governance, Automation Parallel Testing, Data Setup, Data Generation e Quality Control	1.264.566,03	1.264.566,03
Softwware	343.116,20	343.116,20
	1.648.651,55	1.648.651,55
Amortizações: (-) amortizações	(300.412,37)	(297.267,77)
Total	1.348.239,18	1.351.383,78

b) depreciação dos ativos imobilizados leva em consideração a estimativa de vida útil dos bens e direitos. **8. Fornecedores:**

	2019	2018
Passivo Circulante: Fornecedores nacionais	148.283,92	110.729,40
Total	148.283,92	110.729,40

Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais		2019	2018
Lucro líquido do exercício	1	(2.446.141,26)	299.447,36
Ajustes por: Depreciação e amortização	2	34.653,31	74.337,57
Resultado líquido ajustado		(2.411.487,95)	373.784,93
(Acréscimos) Decréscimos nos ativos operacionais			
Aumento/Diminuição em duplicatas	3	(1.177.329,11)	172.154,86
Aumento/Diminuição em adiantamentos	7	232.053,45	98.044,70
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	8	(1.541.668,89)	(1.216.656,95)
Aumento/Diminuição em outros créditos		2.556.395,33	483.709,06
Aumento/Diminuição de títulos de valores mobiliários		-	(5.023.260,00)
Aumento/Diminuição de despesas antecipadas		(40.343,95)	(24.047,95)
Aumento/Diminuição de impostos e contribuições diferidos	4	-	1.970.601,39
Resultado líquido do ativo		29.106,83	(3.539.454,89)
Acréscimos (Decréscimos) nos passivos operacionais			
Aumento/Diminuição de empréstimos e financiamentos	15	5.109.557,72	2.475.186,60
Aumento/Diminuição em fornecedores e contas a pagar	6	172.580,83	(258.919,09)
Aumento/Diminuição em obrigações sociais/trabalhistas	12	(260.428,89)	(36.378,81)
Aumento/Diminuição em obrigações fiscais	13	672.000,74	(1.127.633,64)
Aumento/Diminuição em provisão de férias, 1/3 e encargos sociais	16	(13.058,90)	46.993,10
Resultado líquido do passivo		5.680.651,50	1.099.248,16
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		3.298.270,38	(2.066.421,80)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	20	(37.358,02)	(70.705,04)
Dividendos pagos		(326.389,26)	(495.582,25)
Perdas com venda de imobilizado		-	211.226,89
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(363.747,28)	(355.060,40)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento/Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		2.934.523,10	(2.421.482,20)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21	2.539.582,14	118.099,94
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22	5.474.105,24	2.539.582,14
		(2.934.523,10)	(2.421.482,20)

Ativo Circulante	2019	2018
Adiantamento a fornecedores	244.237,44	490.130,67
Total	244.237,44	490.130,67
Total a Receber	(95.953,52)	(379.401,27)
9. Outros ativos: Ativo Circulante	**2019**	**2018**
Outros créditos: Adiantamentos	22.884,00	9.044,22
Despesas antecipadas	-	24.047,95
Total	22.884,00	33.092,17
Ativo não circulante	**2019**	**2018**
Debêntures	5.023.260,00	5.023.260,00
Depósito judicial	-	2.556.395,33
Total	5.023.260,00	7.579.655,33
10. Obrigações trabalhistas:	**2019**	**2018**
Obrigações Pessoal: Salários a pagar	66.059,48	73.522,29
Pró-Labore a pagar	8.488,60	12.040,51
Outras obrigações com pessoal a pagar	27.717,11	27.717,11
Total	102.265,19	113.279,91
Obrigações trabalhistas	**2019**	**2018**
IRRF a recolher sobre folha	142.731,42	70.647,34
Contribuição sindical a recolher	1.087,07	760,40
Contribuição assistencial recolher	355,20	515,20
INSS a recolher	44.295,30	292.952,99
FGTS a recolher	12.546,56	13.469,71
Total	201.015,55	378.345,64
Provisões de férias e encargos	**2019**	**2018**
Férias	149.192,08	158.915,63
INSS sobre férias	39.237,33	41.794,74
FGTS sobre férias	11.935,24	12.713,18
Total	200.364,65	213.423,55
11. Outros passivos: Passivo Circulante	**2019**	**2018**
Empréstimos e financiamentos	1.607.538,56	3.115.845,11
Contas a pagar	229.537,08	239.831,18
Juros sobre capital próprio	145.320,95	-
Total	1.982.396,59	3.355.676,29
Passivo não Circulante	**2019**	**2018**
Financiamentos	8.334.164,79	1.716.300,52
REFIS Lei 12.996 - Parcelamentos	2.933.237,97	2.035.504,34
Total	11.267.402,76	3.751.804,86
12. Capital social:	**2019**	**2018**
Patrimônio líquido: Capital	6.312.960,00	6.312.960,00
Reserva legal	196.556,81	196.556,81
Reserva de lucro à destinar	58.430,33	384.819,59
Lucro/Prejuízo acumulado	(2.446.141,26)	-
Total	4.121.805,88	6.894.336,40

O capital social da empresa ECCOX SOFTWARE S.A. é formado por cotas referente a 02 sócios pessoas físicas em 17/02/1992.

Notas Explicativas: 1. Contexto operacional: A empresa **Eccox Software S.A.** é uma sociedade anônima, com sede na cidade de Barueri/SP, Brasil, e tem como principais operações atuar em desenvolvimento e licenciamento de programas de computador. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: (a)** Aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 estão sendo apresentadas em reais (R$). **(b)** Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das S.A., alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC, e Resoluções do CFC. A Lei 11.638/07 promulgada em 28/12/2007 foi posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 449 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das S.A. (Lei 6.404/76), notadamente em relação do capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício que iniciou em 01/01/2008. Essa lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a Lei Societária Brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas consoantes das Normas Internacionais de Contabilidade - IRFS e permitir que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelo CPC em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. **(c)** Estimativas contábeis: A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas. **3. Sumário das principais práticas contábeis: (a)** Conversão de operações em moeda estrangeira e moeda funcional: Os direitos e obrigações monetários denominado em moedas estrangeiras são convertidos às taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. As receitas de vendas, custo e despesas denominadas em moedas estrangeiras são convertidas pela taxa media de cambio do mês de suas ocorrências. A moeda funcional da empresa é o Real (R$). **(b)** Caixa e equivalentes de caixa: Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores há 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo. **(c)** Contas a receber: Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. **(d)** Estoques: Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação. **(e)** Não circulante: Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes. **(f)** Imobilizado: O Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, forma ou construção, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperáveis acumuladas quando aplicável. Os ganhos e as perdas em alienação são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **(g)** Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os encargos dos arrendamentos são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. **(h)** Benefícios a empregados: Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência. **(i)** Receitas e despesas: A Empresa **Eccox Software S.A.** tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas e despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

Maurício da Costa e Silva - Administrador **José Ronaldo Martins -** Sócio
Marilsa Ap. Esperandio Oliveirda - CRC 1SP205020/O-5

ITAUARAMA S/A COMERCIO E PARTICIPAÇOES

C.N.P.J.61.275.160/0001-38

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Balanço Patrimonial - Ativo	2017	2016
Circulante	755.795,00	1.954.865,00
Disponível	645.316,00	1.844.386,00
Estoques	106.998,00	106.998,00
Impostosa Recuperar	2.081,00	2.081,00
Outros Ativos Circulantes	1.400,00	1.400,00
Não Circulante	469,00	469,00
Intangível	469,00	469,00
Total do Ativo	756.264,00	1.955.334,00

Balanço Patrimonial - Passivo	2017	2016
Circulante	32.593,00	31.710,00
Salárioe Obrigações Sociais	7.463,00	12.638,00
Impostoe Contribuições	15.482,00	16.162,00
Outras Contas a Pagar	9.648,00	2.910,00
Não Circulante		
Patrimônio Líquido	723.671,00	1.923.624,00
Capital Social	120.000,00	120.000,00
Reservas de Capital	2.945,00	2.945,00
Lucros/Prejuízos acumulados	600.726,00	1.800.679,00
Total do Passivo	756.264,00	1.955.334,00

Demonstração do Resultado	2017	2016
Receita Bruta	630.233,00	564.086,00
(-) Impostos e devoluções	(23.004,00)	(25.111,00)
Receita Líquida	607.229,00	538.975,00
Lucro Bruto	607.229,00	538.975,00
(-) Despesa Operacional	(552.890,00)	(167.820,00)
Geraise Administrativas	(551.285,00)	(290.861,00)
Despesa financeira	(1.605,00)	(865,00)
Outras Receitas/Despesas	-	123.906,00
Resultado Operacional	54.339,00	371.155,00
Resultado Antes Impostos	54.339,00	371.155,00
CSLL e IRPJ Sobre Lucro	(49.719,00)	(79.500,00)
Lucro (Prejuizo) Exercicio	4.620,00	291.655,00
Lucro (Prejuizo) Poração	0,46	29,17

Demonstração das Mutações Patrimônio Liquido	Capital Social	Reserva Capital	Lucros Acumulados	Total
Saldo 31/12/2016	120.000,00	2.945,00	1.800.679,00	1.923.624,00
Lucro Exercício	-	-	4.620,00	4.620,00
Ajustes exercício	-	-	(1.204.573,00)	(1.204.573,00)
Saldo 31/12/2017	120.000,00	2.945,00	600.726,00	723.671,00

Ricardo Clerle Sadocco - Diretor
Helvio Redorat - Tecnico Contabil - CRC 1SP063920/O-1

As Notas Explicativas na integra e as Demonstrações Financeiras, encontram-se à disposição, na sede da Companhia.

ITAUARAMA S/A COMERCIO E PARTICIPAÇOES

C.N.P.J.61.275.160/0001-38

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Balanço Patrimonial - Ativo	2018	2017
Circulante	477.068,00	755.795,00
Disponível	370.070,00	645.316,00
Estoques	106.998,00	106.998,00
Impostosa Recuperar	-	2.081,00
Outros Ativos Circulantes	-	1.400,00
Não Circulante	469,00	469,00
Intangível	469,00	469,00
Total do Ativo	477.537,00	756.264,00

Balanço Patrimonial - Passivo	2018	2017
Circulante	22.678,00	32.593,00
Salário e Obrigações Sociais	4.828,00	7.463,00
Impostos e Contribuições	16.467,00	15.482,00
Outras Contas a Pagar	1.383,00	9.648,00
Não Circulante		
Patrimônio Líquido	454.859,00	723.671,00
Capital Social	120.000,00	120.000,00
Reservas de Capital	2.945,00	2.945,00
Lucros/Prejuízos acumulados	331.914,00	600.726,00
Total do Passivo	477.537,00	756.264,00

Demonstração do Resultado	2018	2017
Receita Bruta	556.935,00	630.233,00
(-) Impostos e devoluções	(20.328,00)	(23.004,00)
Receitalíquida	536.607,00	607.229,00
Lucro Bruto	536.607,00	607.229,00
(-) Despesa Operacional	(483.288,00)	(291.040,00)
Gerais e Administrativas	(481.127,00)	(289.435,00)
Despesa financeira	(2.161,00)	(1.605,00)
Resultado Operacional	53.319,00	316.189,00
Resultado Antes Impostos	53.319,00	316.189,00
CSLL e IRPJ Sobre Lucro	(48.048,00)	(49.719,00)
Lucro (Prejuizo) Exercicio	5.271,00	266.470,00
Lucro (Prejuizo) Por ação	0,53	26,65

Demonstração das Mutações Patrimônio Liquido	Capital Social	Reserva Capital	Lucros Acumulados	Total
Saldo 31/12/2017	120.000,00	2.945,00	600.726,00	723.671,00
Lucro Exercício	-	-	5.271,00	5.271,00
Ajustes exercício	-	-	(274.083,00)	(274.083,00)
Saldo 31/12/2018	120.000,00	2.945,00	331.914,00	454.859,00

Ricardo Clerle Sadocco - Diretor
Helvio Redorat - Tecnico Contabil - CRC 1SP063920/O-1

As Notas Explicativas na integra e as Demonstrações Financeiras, encontram-se à disposição, na sede da Companhia.

ITAUARAMA S/A COMERCIO E PARTICIPAÇOES

C.N.P.J.61.275.160/0001-38

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Balanço Patrimonial - Ativo	2019	2018
Circulante	484.420,00	477.068,00
Disponível	377.422,00	370.070,00
Estoques	106.998,00	106.998,00
Não Circulante	469,00	469,00
Intangível	469,00	469,00
Total do Ativo	484.889,00	477.537,00

Balanço Patrimonial - Passivo	2019	2018
Circulante	26.737,00	22.678,00
Salário e Obrigações Sociais	4.068,00	4.828,00
Impostoe Contribuições	22.669,00	16.467,00
Outras Contasa Pagar	-	1.383,00
Não circulante		
Patrimônio Líquido	458.152,00	454.859,00
Capital Social	120.000,00	120.000,00
Reservas de Capital	3.110,00	2.945,00
Lucros/Prejuízos acumulados	335.042,00	331.914,00
Total do Passivo	484.889,00	477.537,00

Demonstração do Resultado	2019	2018
Receita Bruta	559.183,00	556.935,00
(-)Impostosedevoluções	(22.444,00)	(20.328,00)
Receita Líquida	536.739,00	536.607,00
Lucro Bruto	536.739,00	536.607,00
(-)Despesa Operacional	(477.125,00)	(207.416,00)
Geraise Administrativas	(490.337,00)	(205.255,00)
Despesa financeira	(1.706,00)	(2.161,00)
Outras Receitas/Despesas	14.918,00	-
Resultado Operacional	59.614,00	329.191,00
Resultado Antes Impostos	59.614,00	329.191,00
CSLL e IRPJ Sobre Lucro	(56.321,00)	(48.048,00)
Lucro (Prejuizo) Exercício	3.293,00	281.143,00
Lucro (Prejuizo) Poração	0,33	28,11

Demonstração das Mutações Patrimônio Liquido	Capital social	Reserva capital	Lucros acumulados	Total
Saldo 31/12/2018	120.000,00	2.945,00	331.914,00	454.859,00
Lucro Exercício	-	-	3.293,00	3.293,00
Ajustes exercício	-	165,00	(165,00)	-
Saldo 31/12/2019	120.000,00	3.110,00	335.042,00	458.152,00

Ricardo Clerle Sadocco - Diretor
Helvio Redorat - Tecnico Contabil - CRC 1SP063920/O-1

As Notas Explicativas na integra e as Demonstrações Financeiras, encontram-se à disposição, na sede da Companhia.

Miguel Donha Jr.

Leiloeiro Oficial - Matrícula: 14/256L - Jucepar

www.donhaleiloes.com

249 veículos

COLISÃO - ROUBO/FURTO ENCHENTE E VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL

11 3651-8800

ONLINE

LEILÃO dia 28/04/2020

TERÇA-FEIRA

Leilão 11hs

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: 2 206: 2005 2005 2007 2008 3 207: 2011 2012 2010 2011 2010 2 208: 2013 2014 2015 307 2009 2010 2 308: 2013 2014 2012 2013 A5 2019 ACCELO 2013 2 AGILE: 2011 2012 2011 2 ARGO: 2018 2019 2020 4 ASTRA: 2007 2008 2004 2005 2002 2003 2004 ATEGO 2013 3 BIZ: 2016 2018 2019 2005 2006 3 C 100: 2003 2005 2003 4 C3: 2007 2008 2011 2012 2013 2014 2012 2013 3 C4: 2019 2020 2013 2014 2011 2012 C5 2009 2010 CBR 500R 2014 2014 4 CELTA: 2001 2001 2011 2012 2010 2011 2009 2 CERATO: 2013 2014 2011 2 CG 125: 1990 1991 1997 1998 2 CG 150: 2009 2008 CG 160 2019 CITY 2010 2011 CIVIC 2018 CLASSIC 2010 2011 3 CLIO: 2004 2006 2007 2005 COBALT 2013 2014 COMPASS 2018 CONSTELLATION 2011 5 COROLLA: 2009 2010 2011 2012 2015 2016 2008 2009 2008 2009 4 CORSA: 1994 1994 1995 2008 2009 2001 2002 2 CRUZE: 2018 2017 DUCATO 2011 2012 2 DUSTER: 2015 2017 2018 ETIOS 2015 F-350 1999 FAZER 2008 FIELDER 2007 2008 9 FIESTA: 2002 2003 2005 2005 2005 2006 2013 2014 2012 2013 2014 2015 2012 2011 FIT 2011 FLUENCE 2011 3 FOCUS: 2008 2015 2016 2004 FOX 2012 FRONTIER 2002 2003 11 GOL: 2009 2010 1989 1996 1997 2012 2013 2012 2013 2013 2014 2008 2005 2010 2011 2012 2013 2019 GRAND LIVINA 2012 2013 2 GRAND SIENA: 2014 2014 GRAND VITARA 2013 2 HB20: 2018 2014 2015 HILUX 2017 2018 2 HR-V: 2018 2019 2015 2016 I30 2010 2011 2 JETTA: 2015 2016 2010 4 KA: 1998 2016 2017 2009 2010 2017 2018 KICKS 2019 KOMBI 2008 2009 KWID 2019 2020 2 L200: 2014 2015 2013 LIVINA 2010 2011 2 LOGAN: 2015 2016 2016 2017 2 MEGANE: 2010 2011 1997 1998 MERIVA 2009 2010 MIRAGE 2010 2011 2 MOBI: 2019 2020 2017 2018 MONTANA 2008 2009 MONZA 1990 NX4 2004 2005 4 ONIX: 2012 2013 2019 2020 2018 2013 2014 PAJERO DAKAR 2012 2013 10 PALIO: 2012 2013 1998 1999 1997 2008 2009 2000 2001 2010 2011 2013 2014 2012 2013 2000 2001 2001 PARATI 1990 2 POLO: 2019 2020 2004 2005 POP 100 2008 PRIMA 2012 5 PRISMA: 2014 2015 2013 2014 2013 2018 2019 PUNTO 2012 2013 Q3 2015 2016 2 QUANTUM: 1987 1986 R440 2013 2014 RENEGADE 2016 2017 2 S10: 2013 2019 2020 5 SANDERO: 2012 2018 2019 2013 2016 2017 2018 2019 SANTANA 1992 4 SAVEIRO: 2017 2018 2014 2015 2006 2013 2014 SENTRA 2014 2015 SERIE 5 2010 2011 2 SIENA: 2008 2013 2014 SONIC 2013 SPACEFOX 2014 SPIN 2018 2 SPORTAGE: 2013 2014 2001 4 STRADA: 2003 2004 2011 2012 2012 2013 2016 2017 TECTOR 2014 TIIDA 2012 2013 TORO 2016 2017 TRACKER 2008 2009 TRANSIT 2013 2014 5 UNO: 2009 2010 2012 2013 2015 2010 2011 2012 2013 3 UP: 2014 2015 2019 2020 2016 2017 VERONA 1991 VERSA 2015 2016 VIRTUS 2019 2020 VM 2013 2 VOYAGE: 2014 2015 2014 X3 2011 2012 YBR 125 2005 2006 ZAFIRA 2007 2008 **ENCHENTE:** CRUZE 2018 FIT 2008 **FROTA:** KA 2018 2019 **ROUBO/FURTO:** UNO 2010 2011

Nº dos Chassis: 10043753 Recortado 24308424 Recortado 88112864 Normal 12245140 Normal 12260020 Recortado 12277039 Normal 15060773 Recortado 1G136248 Normal 1J212147 Recortado 1R116385 Recortado 1R284843 Recortado 2B126116 Normal 2B179468 Normal 3B429480 Normal 3J376675 Normal 3r024762 Recortado 3R058569 Recortado 42402081 Recortado 4B136368 Normal 4J360992 Normal 4J497630 Normal 58382339 Normal 5B020944 Recortado 5B100771 Normal 5B448626 Recortado 5J618331 Normal 5P010880 Normal 5R001447 Recortado 5R035237 Recortado 5T103355 Normal 60020568 Recortado 68443200 Normal 6P079983 Recortado 6R003327 Recortado 7J761020 Normal 7J767905 Recortado 7J770775 Normal 80080462 Recortado 83421738 Normal 88688302 Normal 8B018821 Normal 8B198009 Normal 8B520044 Normal 8C100632 Normal 8G532675 Normal 8J150507 Normal 8P110724 Normal 8R059060 Recortado 8R163561 Recortado 8Z203027 Normal 95041580 Normal 95053741 Recortado 95325719 Normal 9B148526 Normal 9C140261 Normal 9G245318 Normal 9P017379 Normal 9P105848 Normal 9R019010 Recortado 9R703842 Normal A5080011 Normal A6386915 Normal AB056362 Normal AB057242 Normal AB160466 Normal AC138414 Normal AG002526 Normal AL500395 Normal AM650992 Normal AP072862 Normal B5710017 Normal B5914368 Normal B6467123 Normal B6528191 Normal B8001125 Recortado BB059756 Normal BB135989 Normal BC543698 Normal BG105891 Normal BJ655101 Normal BJ681213 Normal bl832253 Normal BM000076 Normal BM224552 Normal BR129095 Normal BR202283 Normal BT089113 Normal BU319024 Normal BZ109684 Normal BZ123498 Normal C2083790 Normal C2549518 Normal C4137304 Recortado C7428047 Recortado CB008795 Normal CB010000 Normal CB553290 Normal CC151681 Normal CG050197 Recortado CG267031 Normal CG400201 Normal cg523550 Normal CJ225133 Recortado c1771418 Normal CM002467 Normal CM188425 Normal CR141183 Normal D0399395 Normal D1232549 Normal D2050269 Normal D4202431 Normal D5844154 Normal D6763439 Normal D7565941 Normal D8438156 Normal DB537089 Recortado DB939650 Normal DC460846 Normal DCC09183 Recortado DCD76380 Normal DCDW8929 Recortado DE143167 Normal dg000337 Normal DG137700 Recortado DG316897 Normal DJ192077 Normal DJ727515 Recortado DK193535 Normal DP087473 Normal DR109699 Normal DS017309 Normal DS570175 Normal DT030919 Normal DT092659 Normal E3169250 Normal E3183471 Normal E3847409 Normal E5087971 Normal E5898608 Recortado E6069955 Recortado E7472062 Normal E8926376 Normal EA533077 Normal EB024314 Normal EB183133 Recortado EB549382 Normal EB696111 Normal EG000007 Normal EG256479 Recortado EG264131 Normal EG529211 Normal EJ762039 Normal EJ943759 Recortado EP067641 Recortado EP148813 Normal ER000160 Normal ET214492 Normal ETE35104 Normal F0690432 Normal F2079615 Normal FB030668 Normal FB528259 Recortado FCE99685 Normal fg146212 Normal FJ730824 Normal FM122086 Normal FP139722 Normal FP260831 Normal FT052760 Normal FT505986 Normal FY202353 Normal g0027550 Recortado G1336570 Normal GB106666 Normal GJ368623 Normal GJ937885 Normal GM019954 Normal GP203618 Recortado GR002103 Normal GR210292 Recortado GZ132078 Normal H8389065 Normal hb125928 Normal HJ509645 Normal HJ514949 Normal HK098760 Normal HKB07474 Recortado HP255821 Recortado HR150530 Normal HT542042 Normal IEO0338 Recortado J3171196 Normal J8483093 Normal JB078569 Normal JB214300 Normal JB238361 Normal JB271276 Normal JG317791 Normal JJ057242 Normal JKH86157 Normal JP014871 Recortado JP899731 Normal jr135128 Normal JR140185 Normal jy517865 Recortado JY520352 Normal JYH89714 Recortado JZ204342 Normal K8261126 Recortado KA069465 Normal kb142374 Normal KG389497 Normal KJ543448 Normal KJ702644 Normal KN023185 Normal KR061614 Normal KR100196 Normal KT103695 Recortado KT137012 Normal KZ100296 Recortado LB026620 Recortado LB034263 Recortado LB528336 Normal LC405008 Normal LG174449 Normal LJ955598 Normal LP052124 Normal LP066222 Recortado LP219551 Recortado LR536885 Recortado LT512137 Recortado LY658026 Normal LYJ86532 Normal MB165097 Recortado NP063347 Recortado RC612918 Recortado RC624023 Recortado RC633111 Recortado SB037111 Recortado TT237714 Recortado V0253863 Recortado vr070352 Recortado VS001849 Recortado W4099043 Recortado WB573967 Recortado XD020413 Normal

CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA E RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DESTRIBUIDO NO LEILÃO. MIGUEL DONHA JR – LEIOEIRO OFICIAL – JUCEPAR 14256L. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA PEDRO ZANETTI, 230 – COLOMBO – PR – TEL: 11 3651-8800

(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)

Jornal ODIASP

3258-0273

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1088799-71.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 38ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina de Figueiredo Dorlhiac Nogueira, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **CLÁUDIO D"ANGELO**, RG 233336199, CPF 257.697.128-80, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sociedade Unificada Paulista de Educação e Comunicação Supero – EC Ltda., objetivando a cobrança de R$ 42.093,31 (outubro/2016), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados nos anos letivos de 2011 e 2012. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constitui-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de fevereiro de 2020. 25 e 28.04

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS
OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

BILL WILLIAM CURCIO FORTIN, BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 09/12/1985, VIGILANTE, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE ALMIR FORTIN E DE MARIA APARECIDA CURCIO FORTIN; E **JAQUELINE SOUZA PEREIRA,** BRASILEIRA, DIVORCIADA, NASCIDA AOS 23/11/1992, MANICURE, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE ANTONIO FELIX PEREIRA E DE MARINEZ DA SILVA SOUZA.

BRUNO MONTEIRO JOÃO DE ALVARENGA, BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 27/06/1982, CABELEIREIRO, NATURAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE EVALDO ALVARENGA E DE JANICE MONTEIRO JOÃO; E **JOELMA DE JESUS,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 04/06/1990, CABELEIREIRA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE ANA MARIA DE JESUS.

JORGE MATEUS DOS SANTOS LIMA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 18/10/1996, GARÇOM, NATURAL DE PIRIPIRI - PI, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE MANOEL FRANCISCO DE LIMA E DE LUCIMAR LOPES DOS SANTOS; E **MARIA EDILEUMA DE SOUSA FERREIRA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 23/07/1990, OPERADORA DE CAIXA, NATURAL DE AURORA - CE, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE FRANCISCO FERREIRA DIAS E DE MARIA JUCILEIDE DE SOUSA.

FABIO PEREIRA DE CARVALHO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 03/09/1991, QUÍMICO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE HILDO NERES DE CARVALHO E DE IRADY PEREIRA DE CARVALHO; E **GABRIELA VALLIM,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 21/07/1991, MICROPIGMENTADORA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE WAGNER VALLIM JUNIOR E DE CELIA MARIA BRANDÃO.

DANNIEL SOUZA RIOS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 09/03/1986, ENGENHEIRO ELETRICISTA, NATURAL DE GOIÂNIA - GO, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE CELSON GONÇALVES RIOS E DE EDNA LUIZ DE SOUZA RIOS; E **PRISCILA GAGLIANO,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 22/01/1982, PSICÓLOGA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE JUAREZ GAGLIANO E DE MARIA APARECIDA GAGLIANO.

WALLACE ARAUJO DE OLIVEIRA, BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 06/04/1987, MOTORISTA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE MIGUEL RAMOS DE OLIVEIRA E DE EDDA MATILDE ARAUJO DE OLIVEIRA; E **JULIANA APARECIDA SOLANO CHAVES,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 21/08/1988, RECEPCIONISTA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE NIVALDO OLIVEIRA CHAVES E DE MARIA CLEONEIDE SOLANO DA SILVA OLIVEIRA CHAVES.

MICHEL DA SILVA GOMES, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 26/09/1990, MANOBRISTA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JENAURIO GOMES E DE MARIA DA SILVA; E **HELLEN RAYANNE DA SILVA SANTOS,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 14/09/2000, JOVEM APRENDIZ, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE ADEMILSON SOUZA SANTOS E DE SANDRA ROMELHA DA SILVA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO 20 DIAS. PROC. Nº 1056408-92.2017.8.26.0100. O Dr. Gustavo Coube de Carvalho, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, desta Capital/SP. Faz Saber a Comercial Qz de Alimentos Ltda, CNPJ 15.920.066/0005-09, ZQH Comércio de Alimentos Ltda, CNPJ 13.466.668/0006-85 e ZQH Comércio de Alimentos Ltda 13.466.668/0007-66, que Novo Horizonte Comércio de Aparas Ltda ME, lhe ajuizou uma ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, para a cobrança de R$ 60.337,63 (maio/2017). Estando as rés em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL para pagar o débito no prazo de 03 dias (art. 829, CPC), hipótese em que os honorários fixados serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, CPC), requerer o parcelamento nos termos do art. 916 do CPC, (comprovando, no prazo para embargos, o depósito de 30% do crédito exequendo, inclusive custas processuais e honorários advocatícios, e pugnado pelo pagamento do saldo em 06 parcelas acrescidas de juros de 1% e correção pela tabela prática do TJSP), ou apresentar embargos no prazo de 15 dias. No caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, IV, NCPC). Será o edital afixado e publicado na forma da Lei.

RESUMO. EDITAL DE 1ª E 2ª PRAÇA DE BENS IMÓVEIS, BEM COMO PARA INTIMAÇÃO DO EXECUTADO: RENATO RUSAFFA MARTINS, CPF 101.534.218-35, e s/m Ligia Maria do Bonfim Martins, CPF 099.942.688-56; da CREDORA FIDUCIÁRIA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ 00.360.305/0001-04; eventuais herdeiros/sucessores/ocupantes do imóvel e demais interessados, expedido no **PROCESSO DIGITAL Nº 1014213-79.2014.8.26.0009**, Ação de Cobrança de Condomínio, ora em fase de Cumprimento de Sentença ajuizada por CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VERA LÚCIA, CNPJ 73.630.469/0001-88. A DRA. CLAUDIA SARMENTO MONTELEONE, JUÍZA DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL IX VILA PRUDENTE, DA COMARCA DA CAPITAL, ESTADO DE SÃO PAULO, NA FORMA DA LEI ETC. FAZ SABER que, com fulcro no Artigo 881, § 1º do NCPC, regulamentado pelo Provimento do CSM 1625/2009 do TJ/SP, através da CHRISTOVÃO GESTÃO E APOIO EMPRESARIAL LTDA. (www.leilaoinvestment.com.br), portal de leilões eletrônicos, representada por seus leiloeiros judiciais, Christovão de Camargo Segui OAB/SP 91.529 e Luiz Carlos Levoto, inscrito na JUCESP sob o nº 942, levará a público pregão de venda e arrematação do(s) bem(ns) penhorado(s) no **1º Leilão com início no dia 11/05/2020, às 14h00, e com término no dia 14/05/2020, às 14h00, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 14/05/2020, às 14h01min e com término no dia 04/06/2020, às 14h00**. CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que der lance superior ou maior que a avaliação (1º leilão) ou aquele que der lance de valor igual ou superior a 60% do valor da avaliação (2º leilão), com a devida atualização pela tabela prática do TJ/SP, até a data da arrematação. Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas escritas de arrematação parcelada, necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta, exceto a comissão do leiloeiro, prevista no artigo 901, § 1º do NCPC, que deverá ser depositado antes da expedição da carta de arrematação e o restante em até 30 meses, mediante correção mensal pelo índice do E. TJ/SP, prevalecendo a de maior valor, que estarão sujeitas a apreciação pelo MM. Juiz da causa (Art. 891, Par. único e Art. 895 e seus incisos ambos do NCPC). **IMÓVEL: DIREITOS PERTENCENTES AO EXECUTADO SOBRE O APARTAMENTO Nº 75, LOCALIZADO NO 7º ANDAR DO EDIFÍCIO VERA LÚCIA, SITUADO NA RUA MARCELLO MULLER Nº 1022, no Jardim Independência, 26º SUBDISTRITO VILA PRUDENTE. MATRÍCULA 143.027 do 6º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. Contribuinte 118.357.0262-6.** ÔNUS DO APARTAMENTO: 1-) R-6/M.143.027, 07/04/2006: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA à Caixa Econômica Federal-CEF; 2-) Não há débitos de IPTU Exercício 2020. Não existem débitos de IPTU Exercícios anteriores para o Contribuinte: 118.357.0262-6 (conf. pesquisa realizada no sítio da PMSP aos 27/02/2020); 3-) Penhora Exequenda não averbada à margem da matrícula por se tratar de direitos. **IMÓVEL: DIREITOS PERTENCENTES AO EXECUTADO SOBRE A VAGA Nº 35, DE TAMANHO PEQUENO, LOCALIZADA NO SUB-SOLO DO EDIFÍCIO VERA LÚCIA, SITUADO NA RUA MARCELLO MULLER Nº 1022, no JARDIM INDEPENDÊNCIA, 26º SUBDISTRITO VILA PRUDENTE. MATRÍCULA 143.028 do 6º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. Contribuinte nº 118.357.0305-3** (conf. Av.04/M.143.028). ÔNUS DA VAGA DE GARAGEM: 1-) R-6/M.143.048, em 07/04/2006: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA à Caixa Econômica Federal CEF; 2-) Há débitos de IPTU Exercício 2020 - Contribuinte: 118.357.0305-3: R$ 126.90. Não existem débitos de IPTU Exercícios anteriores para o referido contribuinte (conf. pesquisa realizada no sítio da PMSP aos 27/02/2020); 3-) Penhora Exequenda não averbada à margem da matrícula por se tratar de direitos. AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 286.400,00 (conf. laudo de avaliação as fls. 92, que serão atualizados à época da alienação pela Tabela Prática do TJSP). DÉBITO EXEQUENDO: R$ 25.211,05 (05/04/2017 - fls. 25-26, a ser atualizado). PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil S.A. ou CEF através do site www.bb.com.br ou www.caixa.gov.br, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. (Art. 884, IV do NCPC). COMISSÃO DO LEILOEIRO: 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (não incluso no valor do lanço) e deverá ser depositada em Juízo. Ficam o executado, bem como seu cônjuge, eventuais herdeiros/sucessores/ocupante(s) do imóvel, a CREDORA FIDUCIÁRIA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e demais interessados, INTIMADOS das designações supra, caso não seja (m) localizado (a) (s) para a intimação pessoal. Não constam dos autos haver recurso ou causa pendente de julgamento. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2020. **Edital completo e demais condições no sítio**: www.leilaoinvestment.com.br.

Real Estate XVI Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 17.947.906/0001-10 - NIRE 35.300.452.208

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 17.04.2020

Data, Hora, Local: 17.04.2020, às 10 h, na sede social, Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Sala Q, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Fauze Barreto Antun**, Secretário: **Rafael Freitas de Aguiar**. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social, por ser excessivo em relação às atividades constantes em seu objeto social, no valor de R$3.937.041,00, com o cancelamento de 3.937.041 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, dentre as quais (i) 2.200.000 ações encontram-se integralizadas; e (ii) 1.737.041 pendentes de integralização. Com o consentimento expresso do acionista Pátria Investimentos Ltda., detentor de 01 ação ordinária, que a totalidade das ações canceladas serão de titularidade do acionista Pátria Real Estate III Multiestratégia – Fundo de Investimento em Participações, que receberá a restituição integral do valor correspondente - R$2.200.000,00, em moeda corrente nacional, no prazo de até 12 meses a contar da data em que a redução tornar-se efetiva (artigo 174 da Lei das S/A), sendo facultado o pagamento parcelado. O capital social passará de R$39.621.000,00 para R$35.683.959,00, representado por 35.683.959 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o qual só será efetivada após decorrido o prazo de 60 dias para manifestação dos credores. Alterar o "**Artigo 5º**", *caput*, do Estatuto Social: *"Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$35.683.959,00, representado por 35.683.959 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal"*. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 17.04.2020. **Acionistas:** Pátria Real Estate III Multiestratégia – Fundo de Investimento em Participações, p. Pátria Investimentos Ltda., e Pátria Investimentos Ltda., ambos por Antonio Fernando Checchia Wever e Fauze Barreto Antun.

CBA Energia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 04.756.038/0001-40 - NIRE 35.300.187.750

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22 de Abril de 2020

1. Data, Hora e Local - Realizada no dia 22 de abril de 2020, às 09:00 horas, na sede social da **CBA Energia Participações S.A.**, localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 2º andar, sala 09, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05425-070 ("Companhia"). **2. Convocação e Presenças -** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no artigo 124, § 4ª da Lei 6.404/76, e alterações posteriores ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa -** Raul Almeida Cadena, Presidente; Marcos José Mazutti, Secretário. **4. Ordem do Dia -** Deliberar sobre a redução do capital social e a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações -** Após o exame e discussão da matéria constante da Ordem do Dia e dos respectivos documentos, as acionistas presentes, por unanimidade, deliberaram, sem qualquer restrição ou ressalva, o quanto segue: **5.1.** A redução do capital social da Companhia no montante de R$56.000.000,23 (cinquenta e seis milhões de reais e vinte e três centavos), por considerá-lo excessivo, passando **dos atuais** R$262.376.648,83 (duzentos e sessenta e dois milhões, trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e três centavos), **para** R$206.376.648,60 (duzentos e seis milhões, trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos) mediante o cancelamento de 51.376.147 (cinquenta e uma milhões, trezentas e setenta e seis mil, cento e quarenta e sete), sendo 17.125.382 (dezessete milhões, cento e vinte e cinco mil e trezentas e oitenta e duas) ações ordinárias e 34.250.765 (trinta e quatro milhões, duzentas e cinquenta mil e setecentas e sessenta e cinco) ações preferenciais. **5.1.1.** A redução do capital social da Companhia somente se efetivará mediante: **(i)** inexistência de oposição de credores quirografários durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da presente ata; ou **(ii)** pagamento do crédito ou depósito judicial da importância reclamada por eventuais credores que se opuseram à redução durante o prazo acima mencionado. **5.1.2.** Uma vez efetivada a redução do capital social ora aprovada, a devolução do valor sem juros ou correção monetária será feita às acionistas da Companhia de forma proporcional a sua participação no capital social. **5.1.** Em virtude da deliberação do item 5.1. acima, as acionistas aprovam a nova redação do caput do artigo 5º do Estatuto Social que passará a vigorar com a seguinte redação: Artigo 5º- O capital social da Companhia é representado par ações ordinárias e preferenciais. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$206.376.648,60 (duzentos e seis milhões, trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos) dividido em 219.919.346 (duzentas e dezenove milhões, novecentas e dezenove mil e trezentas e quarenta e seis) ações, sendo 73.306.449 (setenta e três milhões, trezentas e seis mil, quatrocentas e quarenta e nove) ações ordinárias e 146.612.897 (cento e quarenta e seis milhões, seiscentas e doze mil e seiscentas, oitocentas e noventa e sete) ações preferenciais. **6. Encerramento -** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes, a saber: Presidente, Raul Almeida Cadena; Secretário, Marcos José Mazutti; Acionistas Presentes, **Companhia Brasileira de Alumínio**, representada por seus Diretores, Ricardo Rodrigues de Carvalho e Fernando Varella Guimarães; e **Votorantim Geração de Energia S.A.**, representada por seus Diretores, Raul Almeida Cadena e Cesar Augusto Conservani. São Paulo, 22 de abril de 2020. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. **Mesa: Raul Almeida Cadena -** Presidente, **Marcos José Mazutti -** Secretário.

Flex Gestão de Relacionamentos S.A.

CNPJ nº 10.851.805/0001-00

Relatório da Administração em Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Carta da Administração: Desde sua fundação em 2009, a Flex se destacou no segmento de Gestão de Relacionamentos, entre as empresas prestadoras de serviços e seus clientes, como sendo ágil, flexível e inovadora, pois sempre teve como principal objetivo garantir a melhor experiência para os consumidores e melhor serviço para seus clientes. Num tempo em que as tecnologias e ferramentas digitais estão transformando rapidamente o ambiente de relacionamento entre as empresas, marcas e pessoas, as organizações reconhecem na experiência do consumidor um elemento importante para a geração de resultados robustos e sustentáveis. Acreditando nesse diferencial, e diante de um cenário de intensa adoção digital, desde 2015, a Companhia vem evoluindo profundamente para tornar-se cada vez mais competitiva e sustentável, incluindo em suas competências e portifólio de produtos e serviços, soluções inovadoras e adequadas ao novo momento do mercado. As ações realizadas durante o ano contribuíram para a definição de um novo modelo de negócio que se materializou no começo de 2020 com um novo desenho corporativo onde os negócios de BPO, CX Design (desenho e inteligência de jornadas e experiências do consumidor) e Tecnologia assumem identidades distintas, porém absolutamente complementares. A Marca **Flex BPO** abriga as operações de prestação de serviço relacionados a Contact Center e Cobrança e todos os produtos e soluções de tecnologia adquiridos e desenvolvidos pela Companhia, incluindo plataformas *cloud* para gestão de relacionamentos, passam a ser gerenciados e comercializados sob a nova entidade **Code7.** A empresa também anuncia a criação de uma nova unidade de negócios voltada exclusivamente à oferta de **CX Design**, concentrando todas as atividades de inteligência competitiva, *Advanced Analytics* e a construção de jornadas para geração de valor na relação com consumidores. Completando esse novo modelo, uma nova entidade corporativa, batizada de **Connvert**, passa a ser a "consolidadora estratégica" responsável pela gestão e alinhamento entre as unidades. A constituição da **Code7** marca um passo evolutivo fundamental para a companhia que, partindo da intensificação da utilização da tecnologia nas operações e um redesenho da estrutura com foco no desenvolvimento e oferta de tecnologia digital, passa a dar ainda mais prioridade para oferta de produtos e serviços digitais em plataforma SaaS (Software as a Service) para o mercado de empresas que não terceiriza suas atividades de gestão de relacionamentos (um mercado duas vezes maior que o mercado de BPO). Além disso, com a formação da **Code7**, a Companhia realinha suas competências e ativos de desenvolvimento para soluções escaláveis e de SaaS para o mercado geral de soluções de gestão de relacionamento através de uma nova estrutura de canais de distribuição voltados para o crescimento escalável e potencialmente exponencial, habilitando a companhia para o crescimento no mercado de tecnologia com produtos e soluções inovadoras para todos os segmentos de gestão de relacionamento. Com isso, o diferencial de produtos e serviços *end-to-end* destinadas ao relacionamento e engajamento dos clientes fica evidenciado na **Connvert**, com soluções que atendem desde o mercado tradicional de BPO, com inteligentes soluções humanas e digitais, até as empresas que não terceirizam seus atendimentos, com produtos na modalidade SaaS, através de tecnologias *on-premisses* ou plataformas *cloud based*. Esse posicionamento consolida a **Connvert** como a empresa mais flexível e inovadora do setor. • + De 50 milhões de boletos emitidos somente com interação virtual; • + De 570 Milhões De Contatos Foram Feitos Com Estímulo Digital; • 13% Do faturamento de operações com ferramenta digital vem do estímulo digital.; • + De 250 milhões de interações iniciaram através de SMS; • 33,8 Milhões de faturamento vieram de ferramentas digitais; • 998 Mil auditorias de vendas de forma automatizada.

Desempenho Operacional

• **Colaboradores Operacionais:**

Flex Gestão de Relacionamentos S.A. (quantidade de teleatendentes)	4T19	3T19	4T18	% Variação vs. 3T19	% Variação vs. 4T18
Quantidade de profissionais	**11.231**	**11.846**	**11.782**	**-5,2%**	**-4,7%**
Contact	7.535	8.432	8.330	-10,6%	-9,5%
Recuperação de créditos	3.542	3.269	3.452	8,4%	2,6%
Tecnologia	154	145	-	6,2%	N/A

A quantidade total de profissionais no 4T19 apresentou uma redução de 5,2% comparado ao 3T19. Essa redução concentrada em Contact, reflete principalmente a captura dos benefícios de maior eficiência e produtividade e processos, decorrentes dos investimentos que a companhia tem feito nos últimos anos em tecnologia e *advanced analytics*, que cada vez mais se materializam nas operações. O aumento de pessoas em recuperação de crédito no 4T19 versus 3T19 e 4T18, reflete o aumento de clientes e volume dentro deste segmento. Nota-se o aumento na quantidade de pessoas no âmbito de tecnologia, alinhado com a diretriz estratégica da Companhia, com a aquisição da AYTY e principalmente com desenvolvedores de software e pessoal especializado para a digitalização e desenvolvimento de soluções.

• **Receita por Colaborador**

Flex Gestão de Relacionamentos S.A. (R$/pessoa)	4T19	3T19	4T18	% Variação vs. 3T19	% Variação vs. 4T18
Contact	3.343	3.270	3.485	**2,2%**	**-4,1%**
Recuperação de créditos	4.182	3.712	5.000	**12,7%**	**-16,4%**
Tecnologia	18.690	13.221	N/A	**41,4%**	**N/A**

O segmento de Tecnologia apresentou um significativo aumento de receita por funcionário, fruto da natureza dos produtos de tecnologia os quais o crescimento não dependem do aumento do quadro de colaboradores, apresentando uma variação positiva de 41,4% com relação ao 3T19. No segmento *Contact*, a receita por colaborador aumentou em 2,2% no comparativo com o trimestre anterior refletindo maior eficiência. Em *Contact* e Recuperação de Créditos, temos buscado aumento de produtividade decorrente do aumento da utilização de tecnologias como *Big Data & Analitycs, Bots, Machine Learning*, Agentes Virtuais e URAS Cognitivas (Unidade de Resposta Audível), Discadores próprios e o Boleto digital, que melhoram a eficiência das operações sem deixar de realizar um atendimento humanizado, como é a expectativa dos clientes. Outro ponto a destacar é a participação da Flex em RFPS e prospecções para prestação de serviços e fornecimento de tecnologia para melhorar a Gestão do Relacionamento de empresas com seus clientes, reforçando sua imagem da Companhia como responsável por viabilizar a transformação digital de seus clientes.

Desempenho Financeiro

• **Receita:**

Receita proveniente de tecnologia já mostra tendência de crescimento e importância na Companhia.

Relacionamentos S.A. (em milhares de R$ ou %)	4T19	3T19	4T18	% Variação vs. 3T19	% Variação vs. 4T18	2019	2018	% Variação
Receita bruta	**143.063**	**138.769**	**153.699**	**3,1%**	**-6,9%**	**569.741**	**587.586**	**-3,0%**
Contact	84.145	91.929	100.899	**-8,5%**	**-16,6%**	369.921	383.437	**-3,5%**
Recuperação de Crédito	49.324	40.450	52.800	**21,9%**	**6,6%**	173.791	204.149	**-14,9%**
Tecnologia	9.594	6.390	-	**50,1%**	**N/A**	26.029	-	**N/A**
Receita líquida	**128.628**	**124.882**	**138.877**	**3,0%**	**-7,4%**	**513.535**	**532.446**	**-3,6%**
Contact	75.559	82.729	87.099	**-8,7%**	**-13,2%**	333.926	333.933	**-0,0%**
Recuperação de Crédito	44.434	36.402	51.778	**37,1%**	**-3,6%**	156.306	198.513	**-21,3%**
Tecnologia	8.635	5.751	-	**50,1%**	**N/A**	23.303	-	**N/A**

Destaca-se o crescimento das receitas de tecnologia refletindo a ênfase e os investimento da empresa nesse setor, apresentando um crescimento de 50,1% com relação ao 3T19. Também se destaca o segmento de recuperação de crédito no último trimestre. Já o segmento de Recuperação de crédito vem sofrendo mais oscilações provenientes da situação macroeconômica, disponibilidade de crédito e desemprego no país, porém, já a partir de setembro, temos observado uma importante recuperação de demanda e receita por nossos serviços. Em Contact, tivemos uma redução de receita, contudo melhoramos a eficiência em termos de receita por operador.

• **Custos**

Eficiência operacional focada no uso de tecnologia para resultados mais consistentes.

Flex Gestão de Relacionamentos S.A. (em milhares de R$ ou %)	4T19	3T19	4T18	% Variação vs. 3T19	% Variação vs. 4T18	2019	2018	% Variação
Receita bruta	**143.063**	**138.769**	**153.699**	**3,1%**	**-6,9%**	**569.741**	**587.586**	**-3,0%**
(-) Deduções da receita	(14.436)	(13.888)	(14.822)	**3,9%**	**-2,6%**	(56.207)	(55.140)	**1,9%**
Receita líquida	**128.628**	**124.882**	**138.877**	**3,0%**	**-7,4%**	**513.535**	**532.446**	**-3,6%**
(-) Custos operacionais	**(90.700)**	**(88.285)**	**(95.143)**	**2,7%**	**-4,7%**	**(365.831)**	**(379.386)**	**-3,6%**
Pessoal	(78.063)	(76.267)	(82.231)	**2,4%**	**-5,1%**	(309.586)	(319.297)	**-3,0%**
Serviços de terceiros	(11.596)	(10.829)	(12.912)	**7,1%**	**-10,2%**	(51.785)	(60.089)	**-13,8%**
Outros custos	(1.041)	(1.189)	-	**-12,4%**	**N/A**	(4.460)	-	**N/A**
Lucro bruto	**37.927**	**36.597**	**43.734**	**3,6%**	**-13,13%**	**147.704**	**153.060**	**-3,5%**
Margem operacional	**29,5%**	**27,4%**	**31,5%**	**2,1 p.p.**	**(2,0) p.p.**	**28,8%**	**28,7%**	**0,1 p.p.**
Custos com reestruturação	(1.417)	(1.155)	-	**22,7%**	**N/A**	(6.422)	-	**N/A**
Lucro bruto ajustado	**39.344**	**37.752**	**43.734**	**4,2%**	**-10,0%**	**154.126**	**153.060**	**0,7%**
Margem	**30,6%**	**30,2%**	**31,5%**	**0,4 p.p.**	**(0,9) p.p.**	**30,0%**	**28,7%**	**1,3 p.p.**

Os custos em 2019 tiveram uma redução de 3,6% reflexo das ações que foram tomadas para aumento da eficiência e esforços de digitalização e automatização das operações. • **Custos com Pessoal:** No comparativo anual, a redução alcança os 3%, o que era esperado pela Companhia e retrata com fidelidade os impactos da reestruturação e da busca por eficiência operacional. O aumento em relação ao 3T19 reflete o aumento no volume dos negócios de Recuperação Crédito e perfil de profissionais mais capacitados com o aumento da participação de tecnologia. • **Custos com Serviços de Terceiros:** No ano, a variação dos custos com serviços de terceiros demonstra uma retração de 13,8%. Esta transformação permitiu uma economia de R$ 8,3 milhões ano a ano. • **Margem Operacional:** No 4T19 a eficiência operacional começou a manifestar os efeitos dos esforços da companhia ao demonstrar um aumento de 2,1 p.p. na margem operacional comparada ao 3T19. No comparativo anual a margem operacional ajustada melhora 1,3 p.p.

• **Despesas Operacionais:**

Flex Gestão de Relacionamentos S.A. (em milhares de R$ ou %)	4T19	3T19	4T18	% Variação vs. 3T19	% Variação vs. 4T18	2019	2018	% Variação
Despesas com vendas	**(257)**	**(327)**	**(314)**	**-21,3%**	**-18,0%**	**(1.273)**	**(1.365)**	**-6,7%**
Despesas gerais e administrativas	**(35.431)**	**(36.424)**	**(32.467)**	**-2,7%**	**9,1%**	**(140.769)**	**(132.544)**	**6,2%**
Despesas com pessoal	(15.594)	(16.818)	(12.514)	**-7,3%**	**24,6%**	(62.695)	(53.256)	**17,7%**
Depreciação e amortização	(7.777)	(7.927)	(6.765)	**-1,9%**	**15,0%**	(30.529)	(25.174)	**21,3%**
Amortização arrendamentos mercantis	(2.211)	(1.848)	-	**19,7%**	**N/A**	(7.508)	-	**N/A**
Serviços de terceiros e material de consumo	(6.097)	(6.969)	(6.866)	**-12,5%**	**-11,2%**	(24.867)	(31.778)	**-21,7%**
Outros despesas	(3.752)	(2.862)	(6.322)	**31,1%**	**-40,7%**	(15.170)	(22.336)	**-32,1%**
Outras receitas (despesas)	**(1.896)**	**95**	**2.863**	**-2095,5%**	**-166,2%**	**(1.753)**	**1.549**	**-213,2%**
Despesas operacionais	**(37.584)**	**(36.656)**	**(29.918)**	**2,5%**	**25,6%**	**(143.795)**	**(132.360)**	**8,6%**
% da receita líquida	**29,2%**	**29,4%**	**21,5%**	**(0,1) p.p.**	**7,7 p.p.**	**28,0%**	**24,9%**	**3,1 p.p.**
Despesas com reestruturação	(354)	(598)	-	**N/A**	**N/A**	(952)	-	**N/A**
Despesas operacionais	**(37.230)**	**(36.058)**	**(29.918)**	**3,3%**	**24,4%**	**(142.843)**	**(132.360)**	**7,9%**
% da receita líquida ajustada	**28,9%**	**28,9%**	**21,5%**	**0,1 p.p.**	**7,4 p.p.**	**27,8%**	**24,9%**	**3,0 p.p.**

• **Despesas com Pessoal:** Apresentou redução na avaliação trimestral de 2019. Na avaliação anual, o aumento reflete uma mudança no perfil de profissional da empresa, que passou a ser mais especializado em função dos investimentos da companhia na transformação em empresa de desenvolvimento de tecnologia e novas estruturas comerciais para atuação nessa área. • **Depreciação e Amortização:** Verbas decorrentes de depreciação e amortização estão demonstrando uma evolução no comparativo acumulado anual. São causadores deste aumento o início da amortização do valor justo decorrente da aquisição da empresa controlada AYTY, classificada pela Companhia como investimento. A série de investimentos realizados em 2018, visando reestruturação da empresa, formam outra variável responsável pelo aumento nessa linha. • **Despesas com Serviços de Terceiros e Material de Consumo:** As despesas de serviços também são afetadas pela implantação do IFRS 16. Antes impactadas pelas despesas com locações de imóveis, agora não sofrem variação em função deste gasto, demonstrando assim uma redução no acumulado anual. Na variação trimestral se verifica redução significativa no 4T19 em relação a 3T19.

• **EBITDA:**

Flex Gestão de Relacionamentos S.A. (em milhares de R$ ou %)	4T19	3T19	4T18	% Variação vs. 3T19	% Variação vs. 4T18	2019	2018	% Variação
Lucro (prejuízo) líquido	**(7.414)**	**(7.702)**	**2.046**	**-3,7%**	**-462,4%**	**(19.024)**	**(3.731)**	**409,9%**
(+) Imposto de renda e contribuição social	(3.377)	(3.804)	995	**-11,2%**	**-439,4%**	(9.206)	(1.815)	**407,1%**
(+) Resultado financeiro líquido/IFRS16	11.134	8.314	10.767	**33,9%**	**3,4%**	32.137	26.236	**22,5%**
(+) Depreciação/amortização/IFRS16	9.988	9.775	6.765	**2,2%**	**47,6%**	38.037	25.174	**51,1%**
EBITDA	**10.332**	**6.583**	**20.573**	**56,9%**	**-49,8%**	**41.944**	**45.864**	**-8,5%**
Gastos com reestruturação	(1.771)	(1.753)	-	**1,0%**	**N/A**	(7.374)	-	**N/A**
EBITDA ajustado	**12.103**	**8.336**	**20.573**	**45,2%**	**-41,2%**	**49.318**	**45.864**	**7,5%**
Margem EBITDA	**8,1%**	**5,3%**	**14,8%**	**2,8 p.p.**	**(6,7) p.p.**	**8,2%**	**8,6%**	**(0,4) p.p.**

** Nota: O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) é uma informação não contábil, adicional às informações trimestrais revisadas da Companhia, calculado conforme a instrução CVM 527.* A margem EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) no último trimestre de 2019 foi 45,2% superior ao 3T19. Em ambos os casos houve gastos com reestruturação. Durante o ano de 2019, a companhia teve custos não recorrentes de reestruturação no montante de R$ 7,374 milhões que ocorreram em virtude da estratégia de implementação de tecnologias objetivando eficiência operacional, que se mostrou extremamente eficiente, considerando que teríamos alcançado um EBITDA ainda maior que o do ano anterior se não houvessem os impactos dos mesmos nesse resultado.

• **Resultado Financeiro Líquido:**

Flex Gestão de Relacionamentos S.A. (em milhares de R$ ou %)	4T19	3T19	4T18	% Variação vs. 3T19	% Variação vs. 4T18	2019	2018	% Variação
Resultado financeiro	**(11.134)**	**(8.314)**	**(10.767)**	**33,9%**	**3,4%**	**(32.137)**	**(26.236)**	**22,5%**
Receitas financeiras	353	208	393	**69,8%**	**-10,1%**	1.300	1.846	**-29,6%**
Despesas financeiras	(11.487)	(8.522)	(11.160)	**34,8%**	**2,9%**	(33.437)	(28.082)	**19,1%**

Em 2018, a Companhia realizou o perfilhamento de sua dívida bancária, viabilizando o alongamento do perfil da dívida da Companhia, além do aumento no saldo médio de caixa e equivalentes de caixa. Essa transação impactou o resultado financeiro a partir de 2019, tendo aumentado os saldos médios de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. O resultado financeiro também é impactado pela adoção do IFRS 16. Desta forma, embora se perceba uma evolução de, aproximadamente, R$ 5,355 milhões no comparativo da perda financeira acumulada anual, tirando esse efeito, podemos notar uma queda no na despesa financeira apesar do aumento no valor total do endividamento, em função da menor taxa de juros básica. Em dezembro/2019, a Companhia formalizou processos de parcelamento de tributos federais e municipais, reconhecendo encargos financeiros ocorridos da data de vencimento de cada tributo até o momento da formalização do parcelamento. Esta iniciativa também contribuiu para a evolução das despesas financeiras.

• **Resultado Líquido:**

Flex Gestão de Relacionamentos S.A. (em milhares de R$ ou %)	4T19	3T19	4T18	% Variação vs. 3T19	% Variação vs. 4T18	2019	2018	% Variação
Resultado líquido	**(7.414)**	**(7.702)**	**2.046**	**3,7%**	**N/A**	**(19.024)**	**(3.731)**	**N/A**
Margem líquida	**-5,8%**	**-6,2%**	**1,5%**	**0,4 p.p.**	**(7,3) p.p.**	**-3,7%**	**-0,7%**	**(3,0) p.p.**

O resultado líquido da companhia foi principalmente impactado pelos maiores custos financeiros em 2019. Nesse sentido a companhia buscou novas negociações de dívida com taxas mais adequadas. A redução da taxa básica de juros também impactou de forma positiva essa linha. Em 2020 a Companhia efetuou sua primeira emissão de debêntures. • **Investimentos:** A Companhia segue com a política de investimentos de longo prazo em seu patrimônio, de forma a gerar resultados positivos subsequentes. No 4T19 o Capex representou 3,6% da receita líquida. No acumulado anual, o investimento total também soma 4,8% da receita líquida. Os números reforçam a importância dos investimentos realizados pela Companhia no âmbito de seu planejamento estratégico para os próximos anos, visando transformação tecnológica e oferecer produtos digitais e de tecnologia assim como serviços mais eficientes aos clientes.

Flex Gestão de Relacionamentos S.A. (em milhares de R$ ou %)	4T19	3T19	4T18	% Variação vs. 3T19	% Variação vs. 4T18	2019	2018	% Variação
Investimentos totais	4.625	6.526	5.571	**-29,1%**	**-17,0%**	24.757	29.097	**-14,9%**
% receita líquida	3,6%	5,2%	4,0%	**(1,6) p.p.**	**(0,4) p.p.**	4,8%	5,5%	**(0,7) p.p.**

Nota-se no tempo uma mudança no perfil de investimento da companhia. Até recentemente a Companhia tinha investimentos maiores em infraestrutura de sites para seu crescimento em negócios tradicionais. Com o aumento de eficiência operacional, passa a ser possível o crescimento sem a necessidade de mais espaço físico. Com isso a Companhia muda sua estratégia de investimento para capital intelectual. Os investimentos em equipamentos apresentam maior estabilidade. A partir de 3T19 a Companhia passou a implementar processos de priorização de investimentos com base em retorno e estratégia da companhia o que trará mais eficiência para esses recursos.

• **Fluxo de Caixa:**

Flex Gestão de Relacionamentos S.A. (em milhares de R$ ou %)	4T19	3T19	4T18	% Variação vs. 3T19	% Variação vs. 4T18	2019	2018	% Variação
Operacional	25.619	24.371	7.528	**-5,1%**	**240,3%**	44.574	17.891	**160,4%**
Investimento	(10.367)	(11.495)	(6.520)	**9,8%**	**-59,0%**	(44.925)	(33.448)	**-27,9%**
Financiamento	(7.871)	(4.323)	(5.669)	**N/A**	**N/A**	3.280	23.997	**N/A**
Aumento (redução) de caixa	**7.381**	**8.553**	**(4.661)**	**13,7%**	**258,4%**	**6.929**	**8.440**	**15,9%**

O **Operacional:** A melhora no fluxo de caixa da companhia no 4T19 e em relação ao ano anterior, de devem gestão mais ativa dos prazos de pagamento de seus fornecedores e prazos de recebimento de seus clientes. O **Investimento:** No acumulado anual em análise, a principal variação em relação ao ano anterior se deve à amortização parcial do preço de aquisição de controladas. O **Financiamento:** Em 2019 tivemos um volume menor de captações e aumento de endividamento em relação a 2018. Ainda, a adoção das premissas atribuídas ao IFRS16 impactaram essa linha, aumentando o montante de amortização, pois trataram de classificar as operações de contratação de aluguéis de longo prazo (arrendamentos mercantis) como atividades de financiamento.

• **Estrutura de Capital:**

Flex Gestão de Relacionamentos S.A. (em milhares de R$ ou %)	31/12/2019	30/09/2019	31/12/2018	% Variação vs. 30/09/2019	% Variação vs. 31/12/2018
Empréstimos e financiamentos: Circulante	73.522	72.454	51.242	**1,5%**	**43,5%**
Não circulante	97.276	91.495	91.457	**6,3%**	**6,4%**
Instrumentos financeiros derivativos	(332)	(1.250)	(1.094)	**-73,4%**	**-69,6%**
Dívida bruta	**170.466**	**162.699**	**141.605**	**4,8%**	**20,4%**
(-) Disponibilidades	(39.989)	(27.546)	(27.833)	**45,2%**	**43,7%**
Dívida líquida	**130.477**	**135.153**	**113.772**	**-3,5%**	**14,7%**
EBITDA 12M	**41.944**	**52.881**	**45.864**	**-20,7%**	**-8,5%**
Despesas não recorrentes	(7.374)	(5.603)	-	**31,6%**	**N/A**
EBITDA Ajustado	**49.318**	**58.484**	**45.864**	**-15,7%**	**7,5%**
Dívida líquida/EBITDA	**3,11**	**2,56**	**2,48**	**0,55 p.p.**	**0,63 p.p.**
Dívida líquida/EBITDA Ajustado	**2,65**	**2,31**	**2,48**	**0,34 p.p.**	**0,17 p.p.**

Atualmente, o indicador demonstra que a Companhia possui capacidade de liquidar sua dívida com 3,11 vezes do seu EBITDA dos últimos 12 meses. Desconsiderando os gastos não recorrentes de reestruturação, a Flex demonstra capacidade de quitar suas dívidas com 2,65 vezes a sua geração de caixa. Há monitoramento periódico dos indicadores de liquidez, permitindo que sejam elaboradas, executadas e avaliadas políticas de estrutura de capital que permitirão o atendimento dos indicadores mínimos contratados.

Sobre a Connvert

Gestão de Relacionamentos: A Flex oferece soluções completas para atender as necessidades de interação empresa-cliente. Fundada em 2009 com o propósito de "Fazer a Diferença na Vida das Pessoas", a Companhia foi erguida sob valores sólidos e segue orientada por uma missão e visão de futuro compartilhadas. Hoje, a empresa é uma das 6 maiores do setor, com aproximadamente 12 mil profissionais e 15 unidades operacionais localizadas nos estados de São Paulo e Santa Catarina: São Paulo/SP (6 unidades), Engenheiro Coelho/SP (1 unidade), Florianópolis/SC (3 unidades), Palhoça/SC (1 unidade), Lages/SC (2 unidades), Xanxerê/SC (1 unidade) e Porto Alegre/RS (1 unidade). Com inovações tecnológicas e ferramentas digitais, a Flex desenvolve um amplo repertório de atividades que envolve interações por meio de diversos canais de comunicação. Essas atividades são agrupadas em operações, referentes à produtos ou campanhas específicas, nas quais a Companhia representa a própria empresa contratante ou relaciona-se em seu nome. A oferta de serviços caracteriza a Flex como provedora full service, com atuação em vendas, serviço de atendimento ao cliente (SAC), recuperação de créditos (cobrança) e retenção. A atuação é especializada para cada serviço prestado e para as empresas que compõem sua carteira de clientes. A empresa é hoje reconhecida como uma das mais inovadoras do setor e posicionada como uma liderança emergente entre as principais companhias de gestão de relacionamento do Brasil, e conta com investimento do Grupo Stratus desde 2014. Com o objetivo de otimizar a sua estrutura de atendimento a clientes e para continuidade do crescimento e valorização da empresa, a Flex anuncia uma nova arquitetura para seu negócio. No novo desenho corporativo, as áreas de BPO, CX (customer experience) e tecnologia assumem identidades distintas e complementares. Enquanto a marca Flex BPO (Business Processes Outsourcing) vai abrigar as operações de contact center e cobrança que deram origem à empresa, todos os produtos e soluções de tecnologia adquiridos e desenvolvidos pela companhia, incluindo as plataformas cloud para gestão de relacionamentos, passam a ser vendidos sob a nova marca Code7. (Consolidando as atividades e serviços digitais da Ayty, Zaas, xLab e desenvolvimento de produtos na Flex). A empresa também anuncia a criação de uma nova linha de negócios voltada exclusivamente à oferta de serviços de CX Design, que vai concentrar todas as atividades de inteligência competitiva, advanced analytics e construção de jornadas para geração de valor na relação com consumidores e clientes. Completando esse novo modelo, uma nova entidade corporativa, nomeada de CONNVERT, passa a ser a responsável pelo controle e pelo alinhamento entre as unidades.

Flex BPO

A Flex oferece soluções *full service* para terceirização de processos de negócios - BPO, disputando o mercado de empresas que terceirizam ou tem intenção de terceirizar seus processos internos ou atividades específicas de gestão de relacionamentos, como vendas, cobrança e atendimento. Entre seus diferenciais competitivos, a Flex se destaca pela liderança na oferta de soluções multicanais, pelo alto grau de digitalização, pela utilização de digital *analytics* e pelo desenvolvimento de estratégias de linguagem para maior assertividade e eficiência nas operações. • **Contact: O Vendas:** Envolve a comercialização de produtos e serviços de acordo com processos e ofertas detalhadas pelas empresas contratantes. A Companhia recebe uma lista com informações dos clientes que devem ser contatados. Essa lista passa por processos de higienização e, em alguns casos, enriquecimento. Na sequência, discadores distribuem automaticamente as chamadas (DAC) bem-sucedidas para profissionais treinados em cada produto para a realização da abordagem. O escopo do trabalho ainda conta com auditorias de venda e monitoramento das chamadas. **O Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC):** O serviço é ofertado de forma personalizada para cada empresa por meio do fornecimento de canais de contato para clientes, tais como voz (0800, 4004, número de lista), e-mail, chat e mídias sociais. As interações são segmentadas por Unidades de Resposta Audível (URAs) ou menus, que indicam a fila para onde cada demanda é encaminhada. A partir desse ponto, as interações são distribuídas para profissionais treinados. Geralmente, eles acessam sistemas (CRM, *help desk*) fornecidos pelas empresas contratantes para levantar as informações necessárias ao processamento dos atendimentos ou para direcionar as solicitações dos próprios clientes finais. **O Retenção:** Também é conhecida pelo termo em língua inglesa "*win back*". O processo se inicia quando o cliente manifesta seu desejo de descontinuar a prestação de serviços com determinada empresa. Nesse momento, profissionais treinados abordam os clientes e trabalham no sentido de reverter sua decisão de cancelamento. Operações de retenção costumam assumir o formato *blended*: que implica atendimento receptivo (*inbound*), quando o cliente aciona a empresa para a desistência, e também ativo (*outbound*), no qual os discadores automáticos localizam os clientes e realizam a transferência para os profissionais. • **Recuperação de Créditos - Cobrança:** Nas operações de cobrança são criadas estratégias de abordagem que consideram as informações das carteiras de devedores, com ênfase nos dados fornecidos, idade da dívida e condições de negociação. A partir dessas informações são elaboradas réguas de acionamento, com definição de quais canais serão utilizados (voz, e-mail, SMS, carta) e em quais períodos. Os profissionais das operações de cobrança são chamados negociadores. Eles abordam os clientes devedores, geralmente de forma ativa, e estabelecem promessas de pagamento de dívidas. Os serviços apresentados estão principalmente orientados para o canal de voz. Entretanto, acompanhando o processo de digitalização, a Companhia apresenta uma dinâmica consistente de utilização de canais alternativos, como SMS, chat, e-mail, mensagens instantâneas e mídias sociais. A aplicação dessas novas tecnologias permite aos clientes interagir pelo canal de sua preferência, bem como escolher o momento no qual a interação ocorrerá. Além disso, a utilização de agentes virtuais em processos de localização de contatos, auditoria e negociação já é uma realidade que, adicionada às possibilidades de autosserviço, reforça a importância da tecnologia na gestão de relacionamentos. **CODE7:** A Code7 nasceu da união de competências e tecnologias da Ayty Tech, Zaas Digital, Mozaik Cloud e Xlab Laboratório de Inovação. A Code7 é a marca de tecnologia do Grupo Connvert. Atua no desenvolvimento e comercialização de softwares para facilitar a comunicação entre empresas e seus consumidores. Tem entre seus principais produtos: • **CODE7OMNI:** Plataforma omnichannel para gestão de relacionamentos com clientes, ela é baseada em nuvem e integra todos os canais de atendimento em um único portal. A solução melhora a interação entre empresas e consumidores e atende desde pequenas empresas até grandes operações. Possibilita a comunicação por WhatsApp Business, voz, e-mail, SMS, chat, Twitter e Facebook Messenger, centralizando todo o histórico de relacionamento, através de uma experiência superior para consumidores e profissionais de atendimento ao cliente. • **CODE7SENDFY:** A plataforma de comunicação do Code7 Sendfy permite enviar e gerenciar o envio de mensagens via SMS, e-mail, WhatsApp Business, Chat, Instagram, Twitter e Facebook Messenger. Todos os canais de comunicação por mensagem, centralizados num único módulo. • **CODE7BOTERIA:** A Boteria é uma plataforma para construção de chatbots, de forma visual e sem a necessidade de codificação. A plataforma possibilita criar, de forma simples e rápida, toda a árvore de interação apenas arrastando e soltando módulos. Depois, basta um clique para publicar o bot finalizado no seu canal preferido como WhatsApp Business, Web Chat, Facebook Messenger, SMS, Telegram, E-mail e Slack. • **CODE7PABX VIRTUAL:** O PABX Virtual oferece todas as funcionalidades de um PABX físico em um computador ou telefone celular, com a facilidade e a mobilidade que só uma solução na nuvem pode oferecer. A comunicação por voz possui excepcional qualidade de chamadas porque utiliza canais de telefonia convencional do tipo ISDN. Isso quer dizer qualidade total de voz, com a compatibilização de custos que só os sistemas digitais podem viabilizar. Solução perfeita para modelo de trabalho em home office. • **CODE7CONTACT CENTER:** Todos os softwares que uma empresa de contact center precisa, integrados numa única plataforma. O **Code7 CRM:** A gestão de todos os canais de relacionamento com clientes para grandes operações de Contact Center. O Code7 CRM permite gerenciar o relacionamento com os clientes de forma centralizada e transparente. Construído para suportar as mais robustas operações de contact center, pode ser utilizado para dar suporte tanto a estratégias de vendas como de atendimento ao cliente e SAC. O **Code7 Dialer System:** É um discador inteligente que realiza e gerencia o fluxo de chamadas telefônicas de forma automatizada conforme estratégias específicas de venda, cobrança ou outro modelo de negócio. O discador localiza o consumidor e transfere para os operadores, que recebem o usuário ativo no outro lado da linha, sem perder tempo. Durante o andamento das chamadas, o discador prevê o encerramento das ligações ativas e identifica o momento certo para discar para dezenas, centenas ou até milhares de novos números, garantindo o fluxo constante de contatos efetivos e otimizando a performance do time de atendimento. Pode ser utilizado no Modo Preview - Rotina automática onde o atendente faz a chamada ou atendimento após receber informações sobre o perfil do cliente; Modo Preditivo: Calcula múltiplas variáveis e indicadores para que o algoritmo defina o ritmo de discagem mais adequado, potencializando a produtividade de cada operação. **Modo Power:** Distribui as chamadas com base nos atendentes disponíveis ou ociosos e filtra os contatos para identificar quais acionar a cada momento. O **Code7 Agente Virtual:** São robôs de áudio responsáveis por executar tarefas previsíveis e repetitivas com a eficiência que nenhum humano consegue ter. Os recursos humanos das operações podem se dedicar melhor aos atendimentos que exigem a decisão, o discernimento, a capacidade de negociação e a sensibilidade que só um humano consegue ter. Os agentes podem ser: **Agente Localizador:** Depois de fazer as chamadas o Agente Virtual confirma a identidade da pessoa procurada antes de transferir a chamada para um atendente, aumentando muito as taxas de CPC (Contato com a Pessoa Certa) da sua operação. Agente Negociador: Apresenta cobranças de dívidas, oferece alternativas de pagamento de débitos e negocia acordos com os devedores até a emissão e envio dos boletos, sem interação humana, obtendo altos índices na conversão porque interpreta linguagem natural, entendendo praticamente qualquer tipo de expressão. **Agente Preventivo:** Reduz a inadimplência e os atrasos em pagamentos emitindo avisos de vencimento e lembretes para os clientes sobre parcelas a pagar. **Agente Auditor:** Permite realizar a etapa de Auditoria gravada de contratos de venda realizados por atendentes virtuais ou humanos. Em uma simples chamada o Agente Virtual valida as vendas e processos e elimina a necessidade de operadores humanos. Todos os Agentes Virtuais permitem programar a transferência da chamada para atendentes humanos em caso de necessidade ou de demandas mais complexas. Reserve seus atendentes humanos para os momentos em que eles realmente são necessários.

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativo Circulante		**188.756**	**158.356**	**192.412**	**162.146**
Caixa e equivalentes de caixa	8	34.419	27.325	34.762	27.833
Aplicações financeiras		5.227	-	5.227	-
Contas a receber de clientes	9	127.825	107.634	130.399	110.064
Impostos a recuperar	10	6.293	5.453	6.450	5.475
IR e CS a recuperar	10	5.048	4.226	5.326	5.009
Instrumentos financeiros derivativos	15	332	1.094	332	1.094
Outros créditos		9.612	12.624	9.916	12.671
Ativo não Circulante		**30.230**	**22.798**	**30.248**	**22.815**
Contas a receber de clientes	9	11.959	11.774	11.959	11.774
IR e CS diferidos	17	12.656	2.712	12.656	2.712
Outros créditos		1.825	5.374	1.843	5.391
Depósitos judiciais	18	3.790	2.938	3.790	2.938
Investimentos	11	43.093	44.401	401	234
Imobilizado	12	88.460	65.494	88.933	65.909
Intangível	13	68.155	69.707	108.177	110.289
Total do ativo não circulante		**229.938**	**202.400**	**227.759**	**199.247**
Total do ativo		**418.694**	**360.756**	**420.171**	**361.393**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Passivo Circulante		**191.972**	**152.969**	**193.449**	**153.606**
Fornecedores	14	24.869	22.466	24.139	21.164
Empréstimos e financiamentos	15	73.522	51.242	73.522	51.242
Obrigações trabalhistas	16	33.904	38.742	35.422	39.902
Obrigações tributárias	17	26.718	15.921	27.002	16.044
IR e CS a recolher	17	1.930	3.004	2.118	3.565
Aquisição de controladas	11	19.213	18.490	19.213	18.490
Dividendos a pagar		-	-	83	83
Outras contas a pagar		4.345	3.104	4.479	3.116
Arrendamentos mercantis	28	7.471	-	7.471	-
Passivo não Circulante		**174.120**	**136.161**	**174.120**	**136.161**
Empréstimos e financiamentos	15	97.276	91.457	97.276	91.457
Obrigações tributárias	17	35.496	8.372	35.496	8.372
IR e CS a recolher	17	4.260	5.056	4.260	5.056
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	18	1.594	1.315	1.594	1.315
Aquisição de controladas	11	15.997	29.961	15.997	29.961
Arrendamentos mercantis	28	19.497	-	19.497	-
Patrimônio Líquido	19	**52.602**	**71.626**	**52.602**	**71.626**
Capital social		65.000	65.000	65.000	65.000
Reserva legal		1.010	1.010	1.010	1.010
Reserva de retenção de lucros		-	7.749	-	7.749
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.133)	(2.133)	(2.133)	(2.133)
Prejuízos acumulados		(11.275)	-	(11.275)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		**418.694**	**360.756**	**420.171**	**361.393**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Prejuízo do exercício	(19.024)	(3.731)	(19.024)	(3.731)
Resultado abrangente do exercício	**(19.024)**	**(3.731)**	**(19.024)**	**(3.731)**
Atribuível a: Acionistas da Companhia			(19.024)	(3.731)
			(19.024)	(3.731)

Demonstrações dos Resultados

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	20	505.603	531.907	513.535	532.446
Custo dos serviços prestados	21	(358.276)	(379.186)	(365.832)	(379.386)
Lucro bruto		**147.327**	**152.721**	**147.703**	**153.060**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	(1.089)	(1.364)	(1.273)	(1.365)
Despesas administrativas e gerais	21	(139.964)	(132.464)	(140.769)	(132.544)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.308)	170	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	21	(1.807)	1.539	(1.753)	1.539
Lucro operacional		**3.159**	**20.602**	**3.908**	**20.690**
Despesas financeiras	22	(33.414)	(28.081)	(33.437)	(28.082)
Receitas financeiras	22	1.287	1.843	1.300	1.846
Prejuízo antes dos impostos		**(28.968)**	**(5.636)**	**(28.229)**	**(5.546)**
IR e CS diferido e corrente	23				
IR e CS corrente		-	-	(739)	(90)
IR e CS diferido		9.944	1.905	9.944	1.905
Prejuízo do exercício		**(19.024)**	**(3.731)**	**(19.024)**	**(3.731)**
Atribuível a acionistas da Companhia		(19.024)	(3.731)	(19.024)	(3.731)
Prejuízo básico e diluído por ações - em R$por ação	24	**(5,86)**	**(1,15)**	**(5,86)**	**(1,15)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Atribuível aos acionistas da Controladora

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31/12/2017	**65.000**	**1.010**	**11.480**	**-**	**(2.133)**	**75.357**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.731)	-	**(3.731)**
Transferência do prejuízo para reservas	-	-	(3.731)	3.731	-	-
Saldos em 31/12/2018	**65.000**	**1.010**	**7.749**	**-**	**(2.133)**	**71.626**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(19.024)	-	**(19.024)**
Transferência do prejuízo para reservas	-	-	(7.749)	7.749	-	-
Saldos em 31/12/2019	**65.000**	**1.010**	**-**	**(11.275)**	**(2.133)**	**52.602**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Atividades Operacionais				
Prejuízo antes do IR e da CS	(28.968)	(5.636)	(28.229)	(5.546)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	27.882	25.219	30.529	25.174
Amortização arrendamentos mercantis - Direito de uso	7.508	-	7.508	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(298)	791	(298)	791
Equivalência patrimonial	1.306	(170)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	762	2.759	762	2.759
Juros sobre passivos financeiros	22.858	18.730	22.858	18.730
Provisões	279	90	279	90
	31.329	**41.783**	**33.409**	**41.998**
Variações nos ativos e passivos				
Aumento (redução) no ativo				
Contas a receber	(20.078)	(18.993)	(20.223)	(17.940)
Impostos a recuperar	(1.662)	(1.169)	(1.292)	(1.170)
Outros créditos	5.713	5.147	5.285	5.385
Aumento (redução) de passivo				
Fornecedores	2.403	5.626	2.975	4.212
Obrigações trabalhistas	(4.838)	(2.349)	(4.480)	(2.349)
Obrigações tributárias	36.051	3.875	36.212	3.783
Outras contas a pagar	1.238	1.091	1.366	1.093
Juros pagos	(3.563)	(16.150)	(3.563)	(16.150)
IR e CS pagos	-	(971)	(1.115)	(971)
Fluxo de caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	**46.593**	**17.890**	**48.574**	**17.891**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Pagamento de cotas adquiridas de controladas	(14.941)	(4.859)	(14.941)	(4.859)
Aplicações financeiras	(5.227)	-	(5.227)	-
Caixa incorporado de controladas	-	808	-	-
Caixa adquirido de controlada	-	-	-	508
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(22.611)	(29.097)	(24.757)	(29.097)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**(42.779)**	**(33.148)**	**(44.925)**	**(33.448)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	-	(2.377)	-	(2.377)
Arrendamentos mercantis pagos	(11.333)	-	(11.333)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	124.347	147.173	124.347	147.173
Amortização de empréstimos e financiamentos	(109.734)	(120.799)	(109.734)	(120.799)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**3.280**	**23.997**	**3.280**	**23.997**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	27.325	18.586	27.833	19.393
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	34.419	27.325	34.762	27.833
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**7.094**	**8.739**	**6.929**	**8.440**

As transações que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 26.

Demonstrações do Valor Adicionado

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
1. Receitas		**564.067**	**586.242**	**574.467**	**586.830**
Vendas de serviços	20	560.501	587.000	570.798	587.586
Outras receitas operacionais		3.269	123	3.372	125
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		297	(881)	297	(881)
2. Insumos e serviços adquiridos de terceiros		**(100.311)**	**(99.255)**	**(99.707)**	**(99.394)**
Custos dos serviços prestados		(56.024)	(59.889)	(56.194)	(59.889)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(44.287)	(39.366)	(43.513)	(39.505)
3. Valor Adicionado Bruto (1; 2)		**463.756**	**486.987**	**474.760**	**487.436**
4. Depreciação e amortização		**(35.390)**	**(25.219)**	**(38.037)**	**(25.174)**
Depreciação e amortização	21	(27.882)	(25.219)	(30.529)	(25.174)
Amortização arrendamentos mercantis - direito de uso	21	(7.508)	-	(7.508)	-
5. Valor adicionado líquido (3; 4)		**428.366**	**461.768**	**436.723**	**462.262**
6. Valor adicionado recebido em transferência		**(19)**	**2.130**	**1.300**	**1.962**
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.306)	170	-	-
Receitas financeiras	22	1.287	1.960	1.300	1.962
7. Valor adicionado para distribuição (5 + 6)		**428.347**	**463.898**	**438.023**	**464.224**
8. Distribuição do valor adicionado		**428.347**	**463.898**	**438.023**	**464.224**
Pessoal	21	**365.102**	**372.353**	**372.548**	**372.634**
Remuneração direta		252.314	264.598	257.366	264.878
Benefícios		60.364	60.491	61.652	60.492
FGTS		24.730	22.710	25.190	22.710
Outros		27.694	24.554	28.340	24.554
Impostos, taxas e contribuições		**45.693**	**53.778**	**47.752**	**53.821**
Federais		26.710	36.530	28.467	36.620
Municipais		18.982	17.248	19.285	17.201
Remuneração do capital de terceiros financiadores		**36.577**	**41.498**	**36.747**	**41.500**
Despesas financeiras	22	33.414	28.199	33.437	28.200
Aluguéis		3.163	13.299	3.310	13.300
Remuneração do capital próprio		**(19.024)**	**(3.731)**	**(19.024)**	**(3.731)**
Prejuízo do exercício		(19.024)	(3.731)	(19.024)	(3.731)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto Operacional: 1.1 Descrição da sociedade: A Flex Gestão de Relacionamentos S.A. ("Flex" ou "Companhia"), foi constituída em julho de 2009, como uma sociedade "limitada". Em outubro de 2014, ocorreu a transformação da natureza jurídica, passando para sociedade por ações, de capital fechado. A sede social está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.903, conjunto 142, no bairro Jardim Paulistano/SP. A Companhia tem por objeto: (i) prestação de serviços de call center ativo e receptivo; (ii) prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de telemarketing e processamento de cartão de crédito; (iii) prestação de serviços de atendimento em nome de terceiros; (iv) promoção de vendas e de negócios com terceiros; (v) atividades de cobranças, telecobranças e informações cadastrais; (vi) outros serviços de cobrança, informações cadastrais e serviços financeiros correlatos; (vii) prestação de serviços de suporte e análise a concessão de crédito por terceiros; (viii) correspondente bancário; (ix) análise e desenvolvimento de sistemas; (x) programação; (xi) processamento de dados; (xii) elaboração de programas de computador; (xiii) licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação; (xiv) assessoria e consultoria em informática; (xv) suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados; (xvi) planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas; (xvii) serviços de gerenciamento de telecomunicações; (xviii) atividades de educação profissional de nível tecnológico, treinamento em informática; (xix) atividades de educação em ensino médio, superior e de pós-graduação; (xx) prestação de serviços de capacitação e treinamento; (xxi) consultoria empresarial; (xxii) participação no capital de outras sociedades nacionais ou estrangeiras; (xxiii) a administração de bens próprios ou de terceiros. Os serviços são oferecidos a clientes de diversos setores da economia, de maneira completa, incluindo tecnologia específica, gestão, processos e pessoas, em 15 unidades especialmente instaladas para este fim, situadas nas cidades de Florianópolis/SC, Lages/SC, Xanxerê/SC, Palhoça/SC, São Paulo/SP, Engenheiro Coelho/SP e Porto Alegre/RS. Em dezembro de 2014, os acionistas alienaram parte de suas ações para a Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações, fundo organizado sob a forma de condomínio fechado. Adicionalmente a Companhia emitiu 801.803 ações, todas adquiridas pelo mesmo fundo. Em 30/06/2015, com investimento próprio e parte através de financiamento junto a instituições financeiras, a Companhia efetuou a compra das empresas RR Serviços Financeiros Ltda. e Te Atende.Com Ltda. Em 29/12/2016, a Companhia efetuou a compra remanescente de 25% da empresa Flex Análise de Crédito e Cobrança Ltda., antiga RR Serviços Financeiros Ltda. Em 02/10/2017, a Companhia adquiriu com investimento próprio a empresa Primius Technology Serviços em Informática Ltda., adquirindo todas as quotas desta sociedade. Em 01/03/2018 a Flex obteve o registro de companhia listada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM na Categoria "A" do Bovespa Mais. Entre julho e setembro de 2018, a Companhia realizou o reperfilamento de sua dívida bancária, aumentando a dívida bruta de R$114 milhões em 31/12/2017 para R$143 milhões em 31/12/2018. Isso viabilizou o alongamento do perfil da dívida da Companhia de 20 para 40 meses, além do aumento no saldo médio de caixa e equivalentes de caixa na ordem de R$9 milhões. Em 18/12/2018 a Companhia adquiriu 100% do capital social da AYTY CRM BPO e Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. ("AYTY") e de sua controlada IT2 Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. ("IT2"). Em 31/12/2018 a AYTY incorporou a IT2 (Nota 11). Em março de 2020 a Companhia divulgou novo modelo de Negócio. No novo desenho corporativo, as áreas de BPO, CX &Inteligência e tecnologia assumem identidades distintas e complementares. A Marca Flex BPO abriga as operações de Contact Center e Cobrança, todos os produtos e soluções de tecnologia adquiridos e desenvolvidos pela Companhia, incluindo plataformas Cloud para gestão de relacionamentos, passam a ser vendidos sob a nova marca Code7. A Companhia também anuncia a criação de uma nova unidade voltada exclusivamente à oferta de CX Design, concentrando todas as atividades de inteligência competitiva, Advanced Analytics e a construção de jornadas para geração de valor na relação com consumidores. Completando esse novo modelo, uma nova gestora corporativa, batizada de CONNVERT, passa a ser responsável pela gestão e alinhamento entre as unidades. **1.2** Aspectos societários: Reestruturação societária - Incorporação de controlada indireta: IT2 Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. Em 31/12/2018, a AYTY, controlada da Companhia, incorporou a controlada indireta IT2, conforme Instrumento Particular de Protocolo de Incorporação e sua Justificação celebrado na mesma data. O patrimônio líquido da controlada era de R$465 em 31/12/2018. O valor incorporado não difere dos valores constantes nos livros contábeis. O patrimônio líquido foi avaliado em 31/12/2018, com base no valor contábil, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil incorporado está apresentado como segue: **2018:** Caixa e equivalentes de caixa, 279; Contas a receber de clientes, 304; Outras contas a receber, 1; Imobilizado, 47; Obrigações trabalhistas, (33); Obrigações tributárias, (50); Outros passivos, (83); **Acervo líquido incorporado, 465. 2. Declaração da Administração e Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e de acordo com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* - IFRS emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração em 31/03/2020. **2.2** Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidado. As normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelo IFRS. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31/12/2019 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31/12/2018, exceto pela adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 e do ICPC 22/IFRIC 23, que estão descritas a seguir. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC, e IFRS emitidos pelo IASB que estavam em vigor em 31/12/2019. **2.3** Novas normas vigentes a partir de 01/01/2019: A partir de 01/01/2019, entraram em vigor os seguintes pronunciamentos, os quais foram adotados pela Companhia: (i) Alterações no CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19); (iv) Alterações no CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9); (v) ICPC 22 - Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC nº 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017). A Companhia procedeu a uma avaliação sobre a aplicação dessas novas normas e alterações e, exceto pelas alterações no CPC 06 (R2), não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos. Os impactos da adoção inicial e demais informações relativas aos arrendamentos estão divulgadas na nota 28. Alterações no CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16): Essas alterações introduzem exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A nova norma estabelece que os arrendatários devem reconhecer o passivo decorrente dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A Companhia realizou a análise de seus contratos e até o presente momento identificou como escopo da norma os contratos de arrendamentos das unidades operacionais e administrativas. Quando da aplicação da norma, a partir de 01/01/2019, tais contratos de arrendamento foram reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo financeiro. Conforme previsto no pronunciamento, a Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não reapresentou os valores comparativos do ano anterior à adoção. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, líquidos dos pagamentos antecipados realizados. Como resultado da adoção das novas regras, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso em contrapartida dos passivos de arrendamento. A apuração desses valores considerou a utilização de julgamentos e estimativas, tais como a definição das taxas de desconto e outros aspectos que necessitaram de uma avaliação minuciosa para possibilitar a atribuição de valores de mensuração. **2.5** Bases de consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31/12/2019 e 2018 (nota 11). A Companhia detinha as seguintes participações societárias diretas:

Investida	Tipo	País (sede)	Atividade principal	Percentual de participação 2019	Percentual de participação 2018
AYTY CRM BPO e Serviços de Tecnologia da Informação Ltda.	Controlada integral	Brasil	Tecnologia da informação	100%	100%

As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Não há investimentos em sociedades de controle conjunto. Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1** Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional da Companhia é o Real (R$) e as presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. **3.2** Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **3.3** Ativos financeiros: **a)** Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as categorias de custo amortizado e mensurados a valor justo por meio do resultado, no caso de instrumentos financeiros derivativos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **b)** Custo amortizado: São classificados os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 8), "Contas a receber de clientes" (Nota 9) e "Outras contas a receber" (Nota 9). **c)** Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros dessa categoria são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **d)** Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Nos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 não há ativos e passivos financeiros compensados. **e)** *Impairment* de ativos financeiros: A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda têm um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **3.4** Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um instrumento derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido pelo instrumento derivativo for superior a 12 meses. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receitas e Despesas Financeiras". **3.5** Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços, no curso normal das atividades da Companhia, incluindo valores que encontram-se em negociação junto a clientes, com período de até 10 meses. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*). **3.6** Investimentos: Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. **3.7** Intangível: **a)** Ágio na aquisição de controladas: O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, do valor da participação de não controladores na adquirida e (ii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **b)** Marcas registradas: As marcas registradas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas avaliadas com vida útil definida são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas durante sua vida útil estimada de 2 a 18 anos. **c)** Relações contratuais com clientes: As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. As carteiras de clientes adquiridas em uma combinação de negócios possuem vida útil estimada de 5 a 13 anos. **d)** Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 3 a 7 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis aos projetos de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **3.8** Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear considerando a vida útil estimada, como segue: **Anos:** Máquinas e equipamentos, 10; Benfeitorias em imóveis de terceiros, 7; Equipamentos de processamento de dados, 5; Móveis, utensílios e equipamentos, 10; Licenças de softwares, 5; Softwares desenvolvidos internamente, 5. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais" na demonstração do resultado. **3.9** *Impairment* de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. A Companhia realizou teste e não identificou nenhum ativo não financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável. **3.10** Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.11** Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.12** Provisões: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração as particularidades de cada classe de obrigações. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **3.13** IR e CS correntes e diferidos: O IR e a CS do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido. A despesa com IR e CS compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de tributação e os correspondentes valores usados para fins de tributação e os prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de IR e CS diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.14** Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.15** Reconhecimento da receita de contrato com cliente: A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela. A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que o serviço é efetivamente prestado. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado. A seguir fornecemos informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receitas relacionadas. Serviços de telemarketing: A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, por meio da prestação de serviços de telemarketing ativo/receptivo em um determinado período. A apuração do volume de serviços prestados para o cliente ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle dos serviços prestados pela Companhia a partir do momento em que o consomem. A receita é estimada para o serviço prestado no mês com base em condições contratuais, as quais incluem, principalmente, volume de atendimentos e/ou vendas realizadas. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 60 dias a partir de sua emissão. Serviços de recuperação de crédito: A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, por meio da prestação de serviços de recuperação de crédito em um determinado período. A apuração do volume de serviços prestados para o cliente ocorre em bases mensais. A receita é estimada para o serviço prestado no mês com base em condições contratuais, as quais incluem, principalmente, volume de créditos recuperados. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 60 dias a partir de sua emissão. Licença de software e suporte: As receitas decorrentes das licenças de softwares comercializadas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, por meio da instalação e disponibilização do acesso ao sistema. A receita é definida em contrato, segmentada de outros itens que o contrato possa ter, tais como a obrigação de prestar serviços de manutenção e suporte, a qual é reconhecida em bases mensais definidas contratualmente. Receitas financeiras: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações. **3.16** Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral. **3.17** Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.17.1** Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a)** Perda (*impairment*) do ágio: Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada, vigente. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) são determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas de fluxos de caixa futuro (Nota 13). A Companhia efetuou a respectiva análise para o exercício findo em 31/12/2019 e não foram identificadas perdas a serem reconhecidas. **b)** Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **c)** Vida útil do ativo imobilizado: O imobilizado é depreciado usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos. A vida útil é revisada anualmente. **3.17.2** Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis: **a)** Provisões: A Companhia e suas controladas são parte envolvidas em vários processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia e suas controladas acreditam que essas provisões estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras. **b)** Combinação de negócios - Aquisições nas quais o controle é obtido inicialmente: As aquisições são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelos seus valores justos na data da aquisição, sendo a participação dos acionistas não-controladores na adquirida inicialmente medida na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Gastos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **c)** Tributos: Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal. Esses prejuízos fiscais não prescrevem e podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável futuro, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. **d)** Taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito da subsidiária). **3.18** Informações por segmentos: Informação por segmento: um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão e estão apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da Companhia e responsável por implementar as estratégias definidas pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação. **3.19** Demonstrações dos fluxos de caixa: A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. **3.20** Demonstrações do valor adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado - DVA é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 - DVA (NBC TG 09). Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*). **4. Gestão de Risco Financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos. **4.1.** Fatores de risco financeiro: **(a)** Risco de mercado: (i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia auferir ganhos ou sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes de longo prazo são contratados com instituições financeiras de primeira linha, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas de mercado. **(b)** Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras está abaixo apresentada:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	34.419	27.325	34.762	27.833
Aplicações financeiras	5.227	-	5.227	-
Contas a receber de clientes (Nota 9)	139.784	119.408	142.358	121.838
	179.430	**146.733**	**182.347**	**149.671**

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **(c)** Risco de câmbio: O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte dos empréstimos e financiamentos está vinculada a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, a Companhia utiliza instrumentos de *hedge* derivativo (*swap* cambial) com o objetivo de reduzir totalmente a sua exposição ao risco cambial. A Companhia possui política para mitigação dos riscos cambiais, evitando exposição a flutuações de valores de mercado e operando com instrumentos que permitam controles de riscos. Os instrumentos em aberto em 31/12/2019 e dezembro de 2018 referem-se a contratos de venda cambial a termo a fim de proteger integralmente a exposição passiva em moeda estrangeira, originada de empréstimos e financiamentos captados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros Derivativos em 31/12/2019

Contraparte	Vencimento	Compra/Venda	Taxa futura ativa	Saldo 12/2019
Citi	02/2020	Compra	3,82	195
CCB	04/2022	Compra	3,32	274
CCB	08/2022	Compra	3,80	17
CCB	10/2022	Compra	3,84	(154)
				332

Instrumentos Financeiros Derivativos em 31/12/2018

Contraparte	Vencimento	Compra/venda	Taxa futura	Valor justo da posição ativa	Valor justo da posição passiva	Saldo 12/2018
Citi	02/2020	Compra	3,82	4.457	3.698	759
CCB	07/2019	Compra	3,31	1.080	873	207
CCB	07/2019	Compra	3,12	894	766	128
						1.094

A Companhia contratou estes instrumentos financeiros derivativos com a intenção de proteção econômica dos efeitos de variação cambial de seus empréstimos tomados em moeda estrangeira (*hedge* econômico). A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esses contratos, mensurando os mesmo ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não ofereceu margens em garantia para as operações contratadas, indicadas acima. O reflexo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados no resultado do exercício, estão reconhecidos no resultado financeiro. **(d)** Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o departamento Financeiro da Companhia. O Financeiro investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Controladora

Em 31/12/2019	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos
Fornecedores	24.869	-	-
Empréstimos e financiamentos	73.522	97.276	-
Aquisição de controladas	19.213	15.997	-
Arrendamentos mercantis	7.471	14.481	5.016
Em 31/12/2018: Fornecedores	22.466	-	-
Empréstimos e financiamentos	51.242	85.428	6.029
Aquisição de controladas	18.490	29.961	-

Consolidado

Em 31/12/2019	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos
Fornecedores	24.139	-	-
Empréstimos e financiamentos	73.522	97.276	-
Aquisição de controladas	19.213	15.997	-
Arrendamentos mercantis	7.471	14.481	5.016
Em 31/12/2018: Fornecedores	21.164	-	-
Empréstimos e financiamentos	51.242	85.428	6.029
Aquisição de controladas	18.490	29.961	-

(e) Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio: Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta em seus instrumentos financeiros derivativos, os quais possuem a finalidade de *hedge* nas operações de empréstimos em moeda estrangeira. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o exercício projetado de 3 meses para essa avaliação e a exposição à flutuação do dólar norte-americano. A administração entende que o cenário provável é uma redução de 5,43% na cotação do dólar norte-americano, conforme expectativa de mercado. Em seguida, apuramos os cenários de apreciação e de deterioração de 25% e 50% sobre essa expectativa, conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros Derivativos	2019 Ativo	2019 Passivo	2019 Notional
Contratos de câmbio a termo - R$ para US$ (Nota 15)	332	-	19.396
Empréstimos em US$ (Nota 15)	-	19.396	-
Saldos em 31/12/2019	**332**	**19.396**	**19.396**

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%	Cenário -25%	Cenário -50%
Hedge	Dívida (Risco aumento US$)	(324)	(405)	(486)	243	162
Dívida em US$	Derivativo (Risco queda US$)	(324)	(405)	(486)	243	162
	Efeito líquido	-	-	-	-	-

O cenário provável utiliza a taxa de câmbio projetada a R$4,08, com base nas projeções do Banco Central do Brasil, conforme relatório Focus datado de 27/12/2019. **(f)** Análise de sensibilidade - Taxa de juros: Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o exercício projetado de 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de taxas de juros, substancialmente o Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A administração entende que o cenário provável para os próximos 12 meses é CDI a 7,50% ao ano, conforme expectativas de mercado. A Companhia possui aplicações financeiras atreladas ao CDI, classificadas como caixa e equivalentes de caixa, sendo que as utiliza diariamente para gestão do fluxo de caixa. Dessa forma, a Administração entende que não é relevante a apresentação da análise de sensibilidade para esse ativo. Em seguida, apuramos os cenários de apreciação e de deterioração de 25% e 50% sobre essa expectativa, conforme demonstrado a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%	Cenário -25%	Cenário -50%
Empréstimos e financiamentos	Variação do CDI	(28.400)	(35.500)	(42.600)	21.300	14.200

4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Empréstimos e financiamentos	15	170.798	142.699	170.798	142.699
Caixa e equivalentes de caixa	8	(34.419)	(27.325)	(34.762)	(27.833)
Aplicações financeiras		(5.227)	-	(5.227)	-
Instrumentos financeiros derivativos	15	(332)	(1.094)	(332)	(1.094)
Dívida líquida		**130.820**	**114.280**	**130.477**	**113.772**
Total do patrimônio líquido		**52.602**	**71.626**	**52.602**	**71.626**
Total do Capital		**183.422**	**185.906**	**183.079**	**185.398**
Índice de alavancagem financeira - %		71,3	61,5	71,3	61,4

4.3. Estimativa do valor justo: Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia: Aplicações financeiras: as aplicações financeiras em CDBs e instrumentos similares possuem

continua...

...continuação

liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, dessa forma, seu valor contábil reflete seu valor justo. Instrumentos financeiros derivativos: o valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado nas cotações projetadas de câmbio para as datas de vencimento contratadas dos instrumentos, ou data próxima a esta, descontadas até o exercício de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). Cotações são obtidas principalmente a partir de preços referenciais divulgados pela BM&FBovespa. Empréstimos e financiamentos: estão substancialmente representados por financiamentos e empréstimos a taxas pós-fixadas (CDI adicionado a *spread*) concedidos pelas principais instituições financeiras nacionais, e reúnem características próprias e a Administração. Dessa forma seu valor justo é similar ao valor contábil. Outros ativos e passivos financeiros: pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *(impairment)* no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Hierarquia do valor justo: A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • **Nível 1:** preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • **Nível 2:** informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); • **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2). A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Controladora 2019 Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos financeiros derivativos	-	332	-	332

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Controladora 2018 Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.094	-	1.094

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o período. **5. Apresentação de Informações por Segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio na perspectiva de produto e identificou as atividades de telemarketing, recuperação de créditos e tecnologia. A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na margem bruta. Despesas operacionais, receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos. A Companhia não realiza avaliação do desempenho dos negócios considerando ativos e passivos alocados aos segmentos, tratando-os de forma consolidada no contexto dos negócios realizados por estes segmentos. O resultado operacional consolidado por segmento está apresentado a seguir:

Consolidado 2019	Telemar- keting	Recuperação de créditos	Tecnologia	Consolidado
Receita operacional líquida	333.584	160.863	19.088	513.535
Custo dos serviços prestados	(229.926)	(123.690)	(12.216)	(365.832)
Lucro bruto	**103.658**	**37.173**	**6.872**	**147.703**
Margem Bruta	**31,07%**	**23,11%**	**36,01%**	**28,76%**

2018	Telemarketing	Recuperação de créditos	Consolidado
Receita operacional líquida	342.590	189.856	532.446
Custo dos serviços prestados	(245.650)	(133.736)	(379.386)
Lucro bruto	**96.940**	**56.120**	**153.060**
Margem Bruta	**28,3%**	**29,6%**	**28,7%**

As receitas brutas dos três principais clientes da Companhia representam 49% (aproximadamente 50% da receita total em 31/12/2018). Demais receitas são oriundas de diversos clientes, sendo que nenhum deles isoladamente representa mais de 6% da receita bruta total. Não há transações entre os segmentos operacionais da Companhia. **6. Instrumentos Financeiros por Categoria:** O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados por categoria:

Ativos Financeiros:	Nota	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa	8	34.419	27.325	34.762	27.833
Aplicações financeiras		5.227	-	5.227	-
Contas a receber de clientes	9	139.784	119.408	142.358	121.838
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	15	332	1.094	332	1.094
Passivos Financeiros: Custo amortizado					
Fornecedores	14	24.869	22.466	24.139	21.164
Empréstimos e financiamentos	15	170.798	142.699	170.798	142.699
Aquisição de controladas	11	35.211	48.451	35.211	48.451
Outras contas a pagar		3.893	3.104	4.028	3.116

7. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada periodicamente. Os saldos entre partes relacionadas representam um risco de crédito irrelevante.

Contas a Receber de Clientes	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)				
BB	49.176	44.259	49.176	44.259
B	741	27	741	27
	49.917	**44.286**	**49.917**	**44.286**
Contrapartes sem classificação externa de crédito: Grupo 1	14.815	2.597	14.815	2.597
Grupo 2	75.720	73.493	78.294	75.923
Grupo 3	156	153	156	153
	90.691	**76.243**	**93.265**	**78.673**
Total de Contas a Receber de Clientes (nota 9)	**140.608**	**120.529**	**143.182**	**122.959**

• **Grupo 1.** novos clientes/partes relacionadas (menos de 6 meses). • **Grupo 2.** clientes/partes relacionadas existentes (mais de 6 meses) sem inadimplência no passado. • **Grupo 3.** clientes/partes relacionadas existentes (mais de 6 meses) com algumas inadimplências no passado. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

8. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Bancos	4.004	9.818	4.346	10.315
Aplicações financeiras	30.415	17.507	30.416	17.518
	34.419	**27.325**	**34.762**	**27.833**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, estão representadas por aplicações financeiras em CDB com compromisso de recompra e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. **9. Contas a Receber de Clientes:**

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Contas a receber de clientes	140.607	120.529	143.181	122.959
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(823)	(1.121)	(823)	(1.121)
Contas a receber de clientes, líquidas	**139.784**	**119.408**	**142.358**	**121.838**
Ativo circulante	127.825	107.634	130.399	110.064
Ativo não circulante	11.959	11.774	11.959	11.774

O saldo de contas a receber de clientes apresentou aumento em 2019 motivado pelo aumento do prazo médio de recebimento, consequência do contexto macroeconômico nacional.

• **Contas a Receber por Vencimento:**

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
A vencer	128.493	104.550	131.067	106.980
Vencidos: Até 30 dias	4.285	8.164	4.285	8.164
De 31 a 60 dias	2.665	1.787	2.665	1.787
De 61 a 90 dias	72	1.171	72	1.171
De 91 a 180 dias	2.494	3.017	2.494	3.017
Há mais de 180 dias	2.598	1.840	2.598	1.840
Total	**140.607**	**120.529**	**143.181**	**122.959**

• **Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:**

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Saldo no início do exercício	(1.121)	(330)	(1.121)	(330)
Adições/Reversões	298	(791)	298	(791)
Saldo no final do exercício	**(823)**	**(1.121)**	**(823)**	**(1.121)**

A constituição e reversão da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício em "Outras despesas operacionais". Os valores são geralmente baixados da conta de provisão quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém títulos como garantia de empréstimos e financiamentos (Nota 15).

10. Impostos a Recuperar: • Impostos a Recuperar:

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
PIS e COFINS a recuperar	2.657	1.891	2.660	1.891
ISS a recuperar	89	641	110	663
INSS a recuperar	3.547	2.921	3.680	2.921
	6.293	**5.453**	**6.450**	**5.475**

• **IR e CS a Recuperar:**

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
IR a recuperar	4.572	3.754	4.796	4.339
CS a recuperar	476	472	530	670
	5.048	**4.226**	**5.326**	**5.009**

11. Investimentos:

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
AYTY CRM BPO e Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. (a)	42.862	44.170	-	-
Investimento em controladas	**42.862**	**44.170**	-	-
Cotas de investimentos - Unicred	231	231	231	234
Outros	-	-	170	-
Outros investimentos	231	231	401	234
	43.093	**44.401**	**401**	**234**

(a) Aquisição AYTY: Em 18/12/2018 a Companhia adquiriu 100% do capital social da AYTY CRM BPO e Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. e sua controlada IT2 Serviços de Tecnologia da Informação Ltda., pelo montante de R$44.000. As empresas adquiridas desenvolvem e comercializam licenças de programas de computador (*software*) destinados a operação de centrais de atendimento, CRM e discadores preditivos. Com esta aquisição, a Companhia busca agregar valor em suas atividades, expandido os serviços de atendimento por voz. A Companhia já utiliza o sistema da AYTY e entende que a aquisição destas empresas é uma oportunidade de gerar novos negócios de serviços de tecnologia. A aquisição desta controlada gerou ágio na combinação de negócios de R$16.973. A Companhia contratou avaliador externo especializado para avaliação a valor justo para fins de alocação do preço de compra dos ativos e passivos adquiridos, dessa forma, o montante registrado no ativo intangível na demonstração financeira consolidada está abaixo apresentado: **Em 18/12/2018:** Valores a pagar, 40.000; Contraprestação contingente, 4.000; **Total da contraprestação transferida, 44.000; Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** Caixa e equivalentes de caixa, 508; Ativo imobilizado (Nota 12), 415; Intangíveis identificados: Relacionamento contratual com clientes (Nota 13), 13.017; Marcas registradas (Nota 13), 2.921; Softwares (Nota 13), 5.033; Acordo de não competição (Nota 13), 2.638; Contas a receber, 3.718; Outros créditos, 828; Contas a pagar e outras exigibilidades, (2.052); **Total de ativos líquidos identificáveis, 27.027; Ágio na aquisição de controladas, 16.973.** O valor justo das contas a receber e outros créditos na data da transação é de R$4.547. O valor contratual bruto para as contas a receber é igual ao seu valor justo, tendo em vista inexistir duplicatas que não sejam cobráveis ou que estejam vencidas há longa data. A marca, a carteira de clientes, os softwares e o acordo de não competição são identificadas pelos valores de fluxos de caixa esperados pela Administração da Companhia referentes à aquisição realizada. As vidas úteis destes ativos identificados estão abaixo apresentadas: **Intangíveis identificados, Vida útil estimada:** Relacionamento contratual com clientes (Nota 13), 13 anos; Marcas registradas (Nota 13), 18 anos; Softwares (Nota 13), 7 anos; Acordo de não competição (Nota 13), 4 anos. A Companhia constituiu passivo contingente de R$543 com base nas demandas judiciais nas quais a empresa adquirida é ré. As demandas judiciais em questão são de natureza trabalhista e estão relacionadas ao cumprimento da jornada de trabalho, horas extras e comissões, de forma geral. Há incerteza sobre o cronograma dessas saídas, visto que dependem de decisões judiciais. Os valores provisionados estão de acordo com as estimativas de perdas encaminhadas pelos advogados externos que prestam serviços de consultoria advocatícia à Companhia. Não houve movimentação no saldo desse passivo contingente entre a data da aquisição e a data de elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconheceu ativo indenizatório referente aos saldos acima descritos devido às incertezas relacionadas ao cronograma de eventual desempenho e dos valores, optando por reconhecer eventual indenização à medida em que de fato alguma demanda judicial for liquidada em desfavor da Companhia e esteja relacionada à gestão dos antigos acionistas. A aquisição ocorreu em 18/12/2018 e, portanto, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações do exercício de 2018 da AYTY a partir desta data. **(b)** Movimentação dos investimentos em controladas: **2019, AYTY:** Investimentos em controladas no início do exercício, 44.170; Resultado de equivalência patrimonial, 1.234; (-) Realização de valor justo, (2.542); **Investimentos em controladas no final do exercício, 42.862.**

2018	AYTY	Primius	Total
Investimentos em controladas no início do exercício	-	2.623	**2.623**
Aquisição de controladas	44.000	-	**44.000**
Resultado de equivalência patrimonial	170	-	**170**
Incorporação acervo líquido (Nota 1.2)	-	(1.037)	**(1.037)**
Transferências para ativo intangível - Incorporação: Valor justo dos ativos intangíveis	-	(1.586)	**(1.586)**
Investimentos em controladas no final do exercício	**44.170**	-	**44.170**

(c) Informações sintéticas de controladas:

2019	Total do ativo	Patrimônio líquido ajustado	Ágio na aquisição da controlada	Lucro do exercício	Participação no capital social (%)
AYTY	7.563	25.889	16.973	1.234	100,00

2018	Total do ativo	Patrimônio líquido ajustado	Ágio na aquisição da controlada	Lucro do exercício	Participação no capital social (%)
AYTY	5.637	27.197	16.973	4.680	100,00

• **Aquisição de Controladas - Saldo a Pagar:** As aquisições dos investimentos acima descritos foram realizadas com pagamento parcial à vista e parcelamento de saldo devedor, corrigido pela variação mensal do CDI.

	Controladora/Consolidado 2019	2018
Saldo inicial	48.451	8.998
Aquisição Ayty	-	44.000
Amortizações	(14.941)	(4.859)
Juros pagos	(568)	(230)
Juros apropriados	2.268	542
Saldo final	**35.210**	**48.451**
Circulante	19.213	18.490
Não circulante	15.997	29.961

O cronograma dos vencimentos está abaixo apresentado:

	Controladora/Consolidado 2019	2018
Até 1 ano	19.213	18.490
Entre 1 e 3 anos	15.997	29.961
	35.210	**48.451**

12. Imobilizado: O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31/12/2019 a Administração da Companhia avalia que não há indicadores que resultem na necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

Controladora	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias propriedade de terceiros	Imobilizado em andamento	Direito de uso	Outros	Total
Taxa de depreciação - %	10%	10%	20%	14%			20%	
Saldo contábil líquido em 31/12/2017	**8.251**	**5.261**	**13.329**	**36.874**	**2.456**	**-**	**52**	**66.223**
Adições decorrentes de incorporação (nota 1.2)	33	-	-	-	-	-	-	**33**
Adições	1.768	972	7.012	6.664	18	-	-	**16.434**
Transferências	-	-	2.362	-	(2.362)	-	-	-
Depreciação	(1.259)	(765)	(5.504)	(9.651)	-	-	(17)	**(17.196)**
Saldo contábil líquido em 31/12/2018	**8.793**	**5.468**	**17.199**	**33.887**	**112**	**-**	**35**	**65.494**
Custo histórico	13.444	7.988	41.180	71.056	112	-	83	**133.863**
Depreciação acumulada	(4.651)	(2.520)	(23.981)	(37.169)	-	-	(48)	**(68.369)**
	8.793	**5.468**	**17.199**	**33.887**	**112**	**-**	**35**	**65.494**
Saldo contábil líquido em 31/12/2018	**8.793**	**5.468**	**17.199**	**33.887**	**112**	**-**	**35**	**65.494**
Adições	531	647	6.347	6.023	539	34.192	-	**48.279**
Transferência	-	-	543	-	(543)	-	-	-
Depreciação	(1.329)	(829)	(6.042)	(9.588)	-	(7.508)	(17)	**(25.313)**
Saldo contábil líquido em 31/12/2019	**7.995**	**5.286**	**18.047**	**30.322**	**108**	**26.684**	**18**	**88.460**
Custo histórico	13.975	8.635	48.070	77.080	108	34.192	83	**182.143**
Depreciação acumulada	(5.980)	(3.349)	(30.023)	(46.758)	-	(7.508)	(65)	**(93.683)**
	7.995	**5.286**	**18.047**	**30.322**	**108**	**26.684**	**18**	**88.460**

Consolidado	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias propriedade de terceiros	Imobilizado em andamento	Direito de uso	Outros	Total
Taxa de depreciação - %	10%	10%	20%	14%			20%	
Saldo contábil líquido em 31/12/2017	**8.283**	**5.262**	**13.329**	**36.874**	**2.456**	**-**	**52**	**66.256**
Aquisição de controladas	65	24	326	-	-	-	-	**415**
Adições	1768	972	7.012	6.664	18	-	-	**16.434**
Transferências	-	-	2.362	-	(2.362)	-	-	-
Depreciação	(1.259)	(765)	(5.504)	(9.651)	-	-	(17)	**(17.196)**
Saldo contábil líquido em 30/06/2018	**8.857**	**5.493**	**17.525**	**33.887**	**112**	**-**	**35**	**65.909**
Custo histórico	13.584	8.053	42.018	71.057	112	-	83	**134.907**
Depreciação acumulada	(4.727)	(2.560)	(24.493)	(37.170)	-	-	(48)	**(68.998)**
	8.857	**5.493**	**17.525**	**33.887**	**112**	**-**	**35**	**65.909**
Saldo contábil líquido em 31/12/2018	**8.858**	**5.492**	**17.520**	**33.892**	**112**	**-**	**35**	**65.909**
Adições	531	646	6.479	6.027	539	34.193	-	**48.415**
Transferência	-	-	543	-	(543)	-	-	-
Depreciação	(1.337)	(832)	(6.107)	(9.589)	-	(7.509)	(17)	**(25.391)**
Saldo contábil líquido em 31/12/2019	**8.052**	**5.306**	**18.435**	**30.330**	**108**	**26.684**	**18**	**88.933**
Custo histórico	14.115	8.698	49.035	77.107	108	34.193	83	**183.339**
Depreciação acumulada	(6.063)	(3.392)	(30.600)	(46.777)	-	(7.509)	(65)	**(94.406)**
	8.052	**5.306**	**18.435**	**30.330**	**108**	**26.684**	**18**	**88.933**

O saldo de imobilizado em andamento em 31/12/2019 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na aquisição de máquinas, outros ativos (cotas de consórcio). A Companhia possui os seguintes saldos de ativos totalmente depreciados que permanecem em uso:

	Controladora/Consolidado 2019	2018
Móveis e utensílios	5	5
Máquinas e equipamentos	5	5
Equipamentos de informática	17.848	10.278
Benfeitorias em propriedades de terceiros	11.779	2.528
	29.637	**12.816**

13. Intangível:

	Período de amortização	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Ágio aquisição Flex Cobrança		32.214	32.214	32.214	32.214
Ágio aquisição Ayty		-	-	16.973	16.973
Ágio na aquisição de controladas		**32.214**	**32.214**	**49.187**	**49.187**
Carteira de clientes	7 anos	24.056	24.056	24.056	24.056
Marca	2 anos	8.591	8.591	8.591	8.591
Amortização mais valia		(24.362)	(20.925)	(24.362)	(20.925)
Intangíveis oriundos da aquisição da Flex Cobrança		**8.285**	**11.722**	**8.285**	**11.722**
Carteira de clientes	7 anos	1.688	1.688	1.688	1.688
Marca	2 anos	28	28	28	28
Amortização mais valia		(570)	(159)	(570)	(159)
Intangíveis oriundos da aquisição da Primius		**1.146**	**1.557**	**1.146**	**1.557**
Carteira de clientes	13 anos	-	-	13.071	13.071
Marca	8 anos	-	-	2.921	2.921
Software	7 anos	-	-	5.033	5.033
Acordo de não competição		-	-	2.638	2.638
Amortização acumulada		-	-	(2.542)	-
Intangíveis oriundos da aquisição da Ayty		-	-	**21.121**	**23.663**
Softwares - Licenças de uso	5 anos	18.125	16.970	18.150	16.970
Desenvolvimento de softwares - Custo	5 anos	19.075	11.706	21.084	11.706
Cessão de carteira de clientes	5 anos	4.521	4.521	4.521	4.521
Amortização acumulada		(15.211)	(8.983)	(15.317)	(9.037)
Outros intangíveis		**26.510**	**24.214**	**28.438**	**24.160**
		68.155	**69.707**	**108.177**	**110.289**

• Movimentação:	Controladora	Consolidado
Saldo líquido em 31/12/2017	**58.830**	**60.492**
Incorporação de controladas (Nota 1.2)	1.716	9
Aquisição de controladas ("PPA")	-	40.582
Adições	17.184	17.184
Amortização	(8.023)	(7.978)
Saldo contábil líquido em 31/12/2018	**69.707**	**110.289**
Custo histórico	99.774	140.356
Amortização acumulada	(30.067)	(30.067)
	69.707	**110.289**
Saldo líquido em 31/12/2018	**69.707**	**110.289**
Adições	8.524	10.533
Amortização	(10.076)	(12.645)
Saldo contábil líquido em 31/12/2019	**68.155**	**108.177**
Custo histórico	108.298	150.969
Amortização acumulada	(40.143)	(42.792)
	68.155	**108.177**

As adições de ativo intangível são motivadas, substancialmente, pela aquisição de softwares e projetos de desenvolvimento interno da automatização digital das áreas de Recursos Humanos, Controladoria e finanças, e para o aprimoramento do ambiente de controles internos. No período houve também desenvolvimento de soluções na área operacional, em especial relacionados ao desenvolvimento de tecnologias como Inteligência Artificial, Big Data & Analitycs, Bots, Machine Learning, Agentes Virtuais e URAs Cognitivas (Unidade de Resposta Audível). • Teste de Ágio para Verificação de *Impairment*: O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com o segmento operacional. Conforme apurado nas combinações de negócios, os ágios oriundos da aquisição de controladas foram atribuídos aos segmentos de Cobrança e de Tecnologia. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do IR e da CS, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de 5 anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de 5 anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua. Para cada UGC com valor relevante de ágio, as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso 31/12/2019 são as seguintes: Volume e preço de vendas (% da taxa de crescimento anual) (1), 4,0; Margem bruta (% de receita) (2), 30,8; Outros custos operacionais e despesas administrativas (% da receita) (3), 22,7; Taxa de desconto - %, 7,9. (1) O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de 5 anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado. O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de 5 anos. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo para cada território. (2) A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de 5 anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados que a administração espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço. (3) Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo. Os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de 5 anos. Os resultados apurados indicam que não houve apuração de perda por *impairment* a ser reconhecida no exercício, tendo em vista que o valor líquido do fluxo de caixa apurado foi superior ao valor residual desses ativos. Se a taxa de desconto estimada aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC Cobrança e para a UGC Tecnologia fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 8,28% ao invés de 7,28%), ou fosse 1% menor (por exemplo, 6,28% ao invés de 7,28%), também não seria necessário reconhecer uma perda (*impairment*).

14. Fornecedores:

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Fornecedores - Materiais e serviços	16.106	21.671	15.376	20.369
Fornecedores - Telefonia	8.763	795	8.763	795
	24.869	**22.466**	**24.139**	**21.164**

A Companhia renegociou junto a fornecedores relevantes de telefonia o vencimento de faturas para 2020. Com isso, os saldos desta categoria de fornecedores apresentaram acréscimo em 2019. **15. Empréstimos e Financiamentos:** Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Modalidade	Encargos mensais	Encargos anuais	Vencimento	Controladora/Consolidado 2019	2018
Moeda nacional					
Arrendamentos	0,76% a.m. (eq. CDI + 0,40%)	9,57% a.a. (eq. CDI + 6,16%)	2022	4.039	6.388
Finame	0,52% a.m. (eq. CDI +0,16%)	6,40% a.a. (eq. CDI + 1,91%)	2021	27	442
Capital de giro	0,69% a.m. (eq. CDI + 0,37%)	8,66% a.a. (eq. CDI + 4,49%)	2023	147.336	127.715
Conta garantida	0,00% a.m. (eq. CDI +0,00%)	0,00% a.a. (eq. CDI +0,00%)	2019	-	2.841
Total moeda nacional				**151.402**	**137.386**
Moeda estrangeira [1]					
Capital de giro - USD				19.396	5.313
Total moeda estrangeira		Libor + 3,6% a.a.	2022	**19.396**	**5.313**
Total				**170.798**	**142.699**
Circulante				73.522	51.242
Não circulante				97.276	91.457

(1) A Companhia contratou *swaps* cambiais (instrumentos financeiros derivativos) para mitigar o risco cambial existente sobre os contratos em moeda estrangeira, assumindo como contrapartida a variação do CDI, conforme descrito na Nota 4.1 (c). Não há risco cambial residual nessas operações, estando elas integralmente protegidas via *swaps* mencionados. Apresentamos a seguir o cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos: **Controladora/Consolidado:** Até 1 ano, 73.522; Entre 1 e 3 anos, 97.276; **170.798.** • Movimentação de Saldo:

A movimentação dos saldos de empréstimos está apresentada abaixo:

	Controladora/Consolidado 2019	2018
Saldo inicial	142.699	114.057
Adições	124.347	147.173
Juros incorridos	16.481	18.188
Juros pagos	(2.995)	(15.920)
Amortizações	(109.734)	(120.799)
Saldo final	**170.798**	**142.699**

• Cláusulas Restritivas: Em 31/12/2019, a Companhia apresenta contratos de capital de giro com cláusulas restritivas ("*covenants*") que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento, apurados em 31 de dezembro, das quais destacamos: - Dívida Líquida/EBITDA < 3,75; - EBITDA/Despesa financeira > 1,25; Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos foram objeto de reavaliação em 2019 e, nos casos onde não houve dispensa de atendimento, estão sendo cumpridos pela Companhia. Os compromissos são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos. Em 31/12/2019 a Companhia não ultrapassou o limite das cláusulas restritivas. • Garantias: Os contratos de arrendamentos possuem garantias através de alienação fiduciária dos bens em escopo nos contratos de arrendamento mercantil. Para os contratos de Finame, a garantia ocorre em forma de alienação fiduciária dos bens objetos do contrato e avais. Para os empréstimos de capital de giro e contas garantidas, as garantias são direitos creditórios. Abaixo destacamos os ativos dados em garantia a essas operações:

	Controladora/Consolidado 2019	2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.117	300
Contas a receber	32.600	37.850
Não Circulante		
Equipamentos de informática	4.039	5.596
Total de Ativos Dados como Garantia	**37.756**	**43.746**

• Instrumentos Financeiros Derivativos - Contrato de Câmbio a Termo: A Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira e realizou *swaps* cambiais para mitigar o risco cambial existente sobre esses contratos, assumindo como contrapartida a variação do CDI. Os valores de referência (*nocional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31/12/2019, totalizam R$19.396 (2018 - R$5.166). Os saldos apurados oriundos dessas operações estão apresentados a seguir:

	Controladora/Consolidado 2019	2018
Ativo Circulante	332	1094
Exposição líquida	**332**	**1.094**

16. Obrigações Trabalhistas:

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Salários e honorários	13.602	14.443	14.233	14.940
Encargos sociais	2.423	4.640	2.618	4.806
Provisão de férias e 13º salário	17.879	19.659	18.571	20.156
	33.904	**38.742**	**35.422**	**39.902**

17. Obrigações Fiscais: • Obrigações Tributárias:

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
PIS e COFINS a recolher	5.698	2.038	5.782	2.085
ISS a recolher	7.520	10.156	7.563	10.169
INSS a recolher	3.479	1.329	3.636	1.392
Parcelamento de PIS e COFINS	10.904	1.957	10.904	1.957
Parcelamento de ISS	10.804	6.124	10.804	6.124
Parcelamento de CPRB	8.703	2.689	8.703	2.689
Parcelamento de INSS	15.106	-	15.106	-
	62.214	**24.293**	**62.498**	**24.416**
Circulante	26.718	15.921	27.002	16.044
Não circulante	35.496	8.372	35.496	8.372

• IR e CS a Recolher:

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
IR e CS	-	-	30	521
IRRF a recolher	1.275	1.840	1.433	1.880
Parcelamento de IRPJ e CSLL	4.915	6.220	4.915	6.220
	6.190	**8.060**	**6.378**	**8.621**
Circulante	1.930	3.004	2.118	3.565
Não circulante	4.260	5.056	4.260	5.056

• IR e CS Diferidos:	Controladora/Consolidado 2019	2018
Créditos fiscais diferidos		
Prejuízos fiscais de IR e base negativa CS	15.964	5.157
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	971	262
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	280	381
Despesas com SWAP	192	-
Amortização aquisição AYTY	864	-
Outros	1	350
Ativo diferido total	**18.272**	**6.150**
Débitos fiscais diferidos		
Amortização fiscal do ágio	(5.444)	(3.209)
Compra vantajosa	(172)	(229)
Passivo diferido total	**(5.616)**	**(3.438)**
IR e CS diferidos ativos	**12.656**	**2.712**

A seguir demonstramos a reconciliação da movimentação do ativo fiscal diferido:

	Controladora/Consolidado 2019	2018
Saldo no início do exercício	2.712	807
Imposto diferido reconhecido no resultado de período	9.944	1.905
Saldo no final do exercício	**12.656**	**2.712**

As projeções preparadas pela Administração da Companhia, aprovadas pelos órgãos de governança conforme requerido pela Instrução CVM 371/02, demonstram que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 31/12/2019 será absorvido por lucros tributáveis futuros em um período não superior a 10 anos. • Parcelamento de PIS e COFINS: A Companhia aderiu ao aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - Refis nos termos da Lei nº 12.996/2014 no dia 21/08/2014. O valor total da dívida parcelada foi de R$2.452. A Companhia realizou novos parcelamentos de PIS/COFINS no ano de 2019. O valor total da dívida parcelada foi de R$9.462. nos termos a seguir:

Parcelamento não previdenciário	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2019
REFIS da Crise Lei 12.996/14	21/08/14	120	60	2.452	1.442
Parcelamento nº 10880-748825/2019-12	16/12/19	60	60	1.331	1.331
Parcelamento nº 10880-748825/2019-12	16/12/19	60	60	6.146	6.146
Parcelamento nº 10880-749558/2019-09	26/12/19	60	60	353	353
Parcelamento nº 10880-749558/2019-09	26/12/19	60	60	1.632	1.632
				11.914	**10.904**

O saldo devedor deste parcelamento é atualizado mensalmente pela Taxa Selic. • Parcelamento de CPRB: A Companhia aderiu ao parcelamento não previdenciário no dia 18/06/2018. O valor total da dívida parcelada foi de R$3.247. A Companhia realizou novos parcelamentos de CPRB no ano de 2019, nos dias 16/12 e 26/12. O valor total da dívida parcelada foi de R$6.384. O saldo devedor destes parcelamentos é atualizado mensalmente pela Taxa Selic.

Parcelamento não previdenciário	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2019
Parcelamento nº 19679-405104/2018-08	18/06/18	60	41	3.247	2.425
Parcelamento nº 10880-748828/2019-56	16/12/19	60	59	4.883	4.802
Parcelamento nº 10880-749436/2019-12	26/12/19	60	59	1.501	1.476
				9.631	**8.703**

• Parcelamento de INSS: A Companhia aderiu aos Parcelamentos CP-Patronal, CP-Terceiros e CP-Segurados no ano de 2019. O valor total da dívida parcelada foi de R$15.702.

Parcelamento previdenciário	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2019
Parcelamento especial	30/09/19	60	57	6.792	6.340
Parcelamento nº 16152-720376/2019-59	16/12/19	60	59	628	618
Parcelamento nº 16152-720378/2019-48	16/12/19	60	59	1.453	1.429
Parcelamento nº 16152-720379/2019-92	16/12/19	60	59	1.339	1.317
Parcelamento nº 10880-720190/2020-22	26/12/19	60	59	2.011	1.979
Parcelamento nº 16152-720007/2020-08	26/12/19	60	59	1.104	1.086
Parcelamento nº 16152-720008/2020-44	26/12/19	60	59	2.375	2.337
				15.702	**15.106**

• Parcelamento de ISS: A Flex Análise de Crédito e Cobrança Ltda. aderiu aos Programas de Parcelamento Incentivado - PPI e Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT junto à Prefeitura de São Paulo, nos termos a seguir:

Programas de Parcelamento Incentivado - PPI	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2019
Parcelamento nº 2737377-0	25/11/15	120	71	2.644	1.564
Parcelamento nº 2275089-4	20/01/15	120	61	3.648	1.855
Parcelamento nº 3116167-7	31/10/17	40	14	12	4
				6.304	**3.423**

Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2019
Parcelamento nº 2572835-0	15/08/15	60	13	796	172
Parcelamento nº 2470680-9	16/03/15	60	9	183	27
Parcelamento nº 2470556-0	16/03/15	60	9	2.843	426
				3.822	**625**

A Flex Gestão de Relacionamentos S.A., aderiu ao Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT junto à Prefeitura de São Paulo, nos termos a seguir:

Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2019
Parcelamento nº 3136155-2	23/04/18	60	46	1.912	1.466
Parcelamento nº 3136272-9	30/04/18	60	46	241	185
Parcelamento nº 3137038-1	22/06/18	60	48	281	189
Parcelamento nº 3144211-0	15/10/19	60	58	2.872	2.775
				5.306	**4.615**

A Companhia aderiu ao Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo - PAP junto à Prefeitura de Florianópolis, nos termos a seguir:

Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo - PAP	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2019
Parcelamento nº 013.364/19	19/09/19	60	57	322	306
Parcelamento nº 013.362/19	19/09/19	60	57	726	690
Parcelamento nº 017.187/19	11/12/19	60	60	885	885
Parcelamento nº 017.661/19	11/12/19	60	60	260	260
				2.193	**2.141**

O saldo devedor destes parcelamentos é atualizado mensalmente pela Taxa Selic. • Parcelamento de IRPJ e CSLL: A Flex Análise de Crédito e Cobrança Ltda. (controlada incorporada em 2017) aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT nos termos da Lei nº 12.996/2014. O valor total da dívida consolidada apresentada em 21/08/2014 foi de R$7.918, sendo amortizado antecipadamente o montante de R$791, nos termos da adesão. Dessa forma, o saldo líquido da dívida no momento da adesão é de R$7.127. O saldo devedor destes parcelamentos é atualizado mensalmente pela Taxa Selic. Em 31/12/2019, o saldo a pagar referente a este parcelamento totaliza R$4.915 (2018 - R$6.220). Em 31/12/2019 há 90 parcelas em aberto, com valor estimado em R$78, sendo amortizado do saldo devedor o montante de R$60. • Cronograma de Vencimentos: A seguir apresentamos o cronograma de vencimentos dos parcelamentos de tributos:

Em 2019	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Controladora/Consolidado	10.676	20.135	17.711	1.910	**50.432**

Em 2018	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Controladora/Consolidado	3.638	5.813	4.106	3.433	**16.990**

18. Provisões: A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem, substancialmente, processos trabalhistas. A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis" ou "remotas". Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). Conforme opinião dos consultores internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível. A Companhia acredita que estas provisões estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras, conforme apresentado no quadro a seguir:

	Controladora/Consolidado 2019	2018
Provisões	1.594	1.315
Depósitos judiciais	(3.790)	(2.938)
Risco líquido	**(2.196)**	**(1.623)**

Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionados. A Companhia é parte de reclamações trabalhistas movidas por ex-profissionais, cujos pedidos se constituem, essencialmente, em pagamentos de horas extras, reversão do pedido de demissão/demissão indireta e danos morais. A movimentação das provisões está apresentada no quadro abaixo: **Movimentação das provisões - Controladora/Consolidado: Saldo em 31/12/2017, 680;** Contingências em combinação de negócios, 545; Adições realizadas no exercício, 90; **Saldo em 31/12/2018, 1.315;** Adições realizadas no exercício, 279; **Saldo em 31/12/2019, 1.594.** A Companhia reconheceu R$545 em 2018 referente a contingências trabalhistas oriundas da combinação de negócios - aquisição AYTY e IT2 (Nota 11). A Companhia possui riscos de natureza trabalhista e cível cuja expectativa de perda avaliada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31/12/2019 a Companhia possuía o montante de R$1.138 (R$577 em 31/12/2018) referentes a passivos contingentes com risco de perda classificada pelos assessores jurídicos como possível, de naturezas trabalhista e cível. **19. Patrimônio Líquido: 19.1.** Capital Social: Em 31/12/2019, o capital social é de R$65.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme demonstradas na tabela a seguir:

	Quantidade de ações	Capital	Total
Em 31/12/2018	**3.248**	**65.000**	**65.000**
Ações emitidas	-	-	-
Em 31/12/2019	**3.248**	**65.000**	**65.000**

A composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:	Quantidade de ações	% de participação
Via BC Participações Ltda.	1.894	58,31%
Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações	1.354	41,69%
	3.248	**100,00%**

Conforme o Estatuto Social, o capital social autorizado da Companhia é de R$65.000. **19.2.** Reservas: Reserva Legal: A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital social. Reserva de Retenção de Lucros: A reserva de retenção de lucros é formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais, sendo deliberada em AGO as suas futuras destinações. Em 31/12/2019 a reserva de lucros foi utilizada para absorver o prejuízo do exercício. **19.3.** Ajustes de Avaliação Patrimonial: A aquisição da participação de não controladores em controladas realizada em 2016 resultou no reconhecimento de ajustes de avaliação patrimonial nos montantes de R$2.133, referente a diferença entre o valor da contraprestação negociada e os ativos líquidos da Flex Análise de Crédito e Cobrança Ltda. **19.4.** Dividendos: Tendo em vista que foi apurado prejuízo em 2019, não houve proposta de distribuição de dividendos. **20. Receita Operacional:** Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração dos resultados dos exercícios:

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Receita bruta	560.501	587.000	569.742	587.586
Impostos sobre vendas	(54.898)	(55.093)	(56.207)	(55.140)
Receita operacional líquida	**505.603**	**531.907**	**513.535**	**532.446**

21. Custos e Despesas por Natureza e Função:

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Despesas com pessoal	(365.099)	(372.353)	(372.483)	(372.553)
Depreciação e amortização	(27.882)	(25.219)	(30.529)	(25.174)
Amortização arrendamentos mercantis - Direito de uso	(7.508)	-	(7.508)	-
Material de consumo	(12.382)	(14.054)	(12.382)	(14.054)
Serviços de terceiros	(72.047)	(77.778)	(68.697)	(77.813)
Outros gastos de operação	(16.218)	(22.071)	(18.028)	(22.162)
Total	**(501.136)**	**(511.475)**	**(509.627)**	**(511.756)**
Custos dos serviços prestados	(358.276)	(379.186)	(365.832)	(379.386)
Despesas com vendas	(1.089)	(1.364)	(1.273)	(1.365)
Despesas administrativas e gerais	(139.964)	(132.464)	(140.769)	(132.544)
Outras receitas (despesas operacionais)	(1.807)	1.539	(1.753)	1.539
Total	**(501.136)**	**(511.475)**	**(509.627)**	**(511.756)**

22. Receitas e Despesas Financeiras:

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Juros sobre empréstimos	(16.481)	(22.180)	(16.481)	(22.181)
Despesas bancárias/IOF	(3.925)	(2.910)	(3.925)	(2.910)
Multas	(1.751)	(740)	(1.751)	(740)
Juros sobre arrendamentos mercantis	(4.109)	-	(4.109)	-
Descontos concedidos	(1.819)	(832)	(1.820)	(832)
Outras	(5.329)	(1.419)	(5.351)	(1.419)
Despesas financeiras	**(33.414)**	**(28.081)**	**(33.437)**	**(28.082)**
Juros sobre aplicações financeiras	819	855	820	857
Descontos obtidos	167	170	167	171
Outras	301	818	313	818
Receitas financeiras	**1.287**	**1.843**	**1.300**	**1.846**
	(32.127)	**(26.238)**	**(32.137)**	**(26.236)**

O aumento observado nas despesas financeiras em 2019 é motivado pela adoção do IFRS 16, o qual passou a reconhecer juros sobre arrendamentos mercantis. Também impactaram o período os parcelamentos tributários firmados no último trimestre de 2019.

23. IR e CS:

	Controladora 2019	2018	Consolidado 2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	(28.968)	(5.636)	(28.229)	(5.546)
Alíquota fiscal combinada - %	34	34	34	34
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	**9.849**	**1.916**	**9.598**	**1.885**
Exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(421)	(58)	-	-
Outras exclusões permanentes	(182)	(182)	(187)	(298)
Outros	698	229	(205)	228
Efeito dos impostos no resultado	**9.944**	**1.905**	**9.206**	**1.815**
Corrente	-	-	(739)	(90)
Diferido	9.944	1.905	9.944	1.905
Alíquota efetiva	**34,3**	**33,8**	**32,6**	**32,7**

24. Lucro (Prejuízo) por Ação: O lucro (prejuízo) por ação, básico, foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no período findo em 31/12/2019 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, comparativamente com o mesmo período de 2018 conforme quadro abaixo:

	Controladora/Consolidado 2019	2018
Resultado atribuível aos acionais da Companhia	(19.024)	(3.731)
Média ponderada da quantidade de ações (em milhares)	3.248	3.248
Resultado básico e diluído por ação em R$	**(5,86)**	**(1,15)**

Não há fatores de diluição a serem considerados no cálculo do resultado por ação. **25. Coberturas de Seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2019, a cobertura de seguros era de R$106.300 (R$118.400 em 31/12/2018) para danos materiais e responsabilidade civil. **26. Transações que não Afetaram o Caixa:** Os saldos que não impactaram caixa no exercício findo em 31/12/2018 estão abaixo apresentados e são oriundos das incorporações e aquisições de controladas realizadas no exercício, conforme Nota 1.2: **Controladora, 2018:** Contas a receber de clientes, 722; Impostos a recuperar, 33; Outras contas a receber, 20; Imobilizado, 33; Intangível, 9; Fornecedores, (125); Obrigações trabalhistas, (331); Obrigações tributárias, (132); **229. Consolidado, 2018:** Contas a receber de clientes, 3.718; Outras contas a receber, 829; Imobilizado, 415; Fornecedores, (113); Obrigações trabalhistas, (1.160); Obrigações tributárias, (684); Outras contas a pagar, (95); **3.041.** Além destas transações, a Companhia adquiriu parte da carteira de clientes da Vilela & Ibañez em 2018 com pagamento via redução de saldo de contas a receber de R$4.521. **27. Saldos e Transações com Partes Relacionadas:** A Companhia possui saldo de contas a pagar (fornecedores) na controladora de R$732 relativo a transações com partes relacionadas no exercício findo em 31/12/2019. O pessoal-chave da administração corresponde à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Companhia. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2019	2018
Salários e outros benefícios de curto prazo a Administração	4.596	4.133

28. Arrendamentos Mercantis: A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizavam o CPC 06 (R1). Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1). A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de informática destinados à operação, os quais já estavam sendo contabilizados na forma da referida Norma, não requerendo, portanto, adoção inicial. Dos contratos que foram escopo do IFRS 16, a Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. Durante o ano de 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2), havendo adoção à Norma a partir de 01/01/2019. A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela taxa média de captação da Companhia, somado ao risco de crédito país e ajustada por um *spread* de risco do ativo subjacente. Em suma, o impacto da adoção do CPC 06 (R2) foi o seguinte:

	Controladora/Consolidado 31/12/2019	01/01/2019
Impacto sobre o balanço patrimonial - Aumento (redução):		
Ativos: Imobilizado (ativos de direito de uso)		
Custo histórico	34.156	32.287
(-) Depreciação Acumulada	(7.472)	-
Total do ativo	**26.684**	**32.287**
Passivos		
Arrendamentos mercantis operacionais - Circulante	7.471	7.113
Arrendamentos mercantis operacionais - Não circulante	19.497	25.274
Total do passivo	**26.968**	**32.387**

A movimentação dos ativos de direito de uso no período findo em 31/12/2019 está abaixo apresentada:

Ativo de direito de uso	Controladora/Consolidado
Direito de uso	32.287
Adições	2.101
Baixas	(232)
Depreciação do ativo de direito de uso	(7.472)
Saldo em 31/12/2019	**26.684**

A movimentação do passivo de arrendamento no período findo em 30/09/2019 está abaixo apresentada:

Passivo de arrendamento	Controladora/Consolidado
Passivo de arrendamento	32.287
Adições	2.101
Baixas	(232)
Atualização monetária (AVP)	4.145
Pagamentos	(11.333)
Saldo em 31/12/2019	**26.968**

Apresentamos a seguir o cronograma de vencimentos dos arrendamentos mercantis:

	Controladora/Consolidado
Até 1 ano	7.471
Entre 1 e 3 anos	14.481
Entre 3 e 5 anos	5.016
Saldo em 31/12/2019	**26.968**

29. Eventos Subsequentes: Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia: A administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, tendo sido elaborados planos de ação para evitar contaminação da equipe operacional e administrativa. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos, divulgados a seguir: Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes. A Companhia não está sujeita à volatilidade do mercado financeiro, pois efetua aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. A administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Contudo, está avaliando as possibilidades existentes no atual cenário econômico para acompanhar possíveis rearranjos de prazos de pagamentos que venham a ser solicitados pelos seus clientes. Atualmente, os negócios da Companhia estão autorizados pelos órgãos federativos a continuar operando. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas que essa pandemia poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Companhia e sua controlada. **Emissão de debêntures:** Em fevereiro de 2020, a Companhia efetuou oferta pública com esforços restritos de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 séries. Foram emitidas 73.000 Debêntures, sendo: (i) 23.000 Debêntures da 1ª Série ("Debêntures da 1ª Série"), e (ii) 50.000 Debêntures da 2ª Série ("Debêntures da 2ª Série"). O valor total da Emissão foi de R$73.000.000,00, na data de emissão. O prazo das Debêntures da 1ª Série é de 33 meses e o prazo das Debêntures da 2ª Série é de 42 meses, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em novembro de 2022 e agosto de 2023, respectivamente. A controlada Ayty Crm Bpo e Serviços de Tecnologia Ltda. é garantidora da operação. Adicionalmente, como garantias da operação foram arrolados os seguintes bens: (a) Cessão fiduciária e promessa de cessão, pela Emissora, de: (i) a totalidade dos direitos creditórios performados de titularidade da Emissora, principais e acessórios, decorrentes de serviços já prestados pela Emissora a clientes locais, faturados e vinculados a notas fiscais emitidas, mas ainda não recebidos, conforme relatório a ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário; (ii) a totalidade dos direitos creditórios performados de titularidade da Emissora, principais e acessórios, decorrentes de serviços já prestados pela Emissora a clientes locais, mas ainda não faturados, conforme relatório a ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário; (iii) a totalidade dos direitos creditórios performados de titularidade da Emissora, principais e acessórios, decorrentes de comissionamento por parcelamentos e renegociações já realizados a clientes locais da Emissora, mas ainda não recebidos, conforme relatório a ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário; (iv) a totalidade dos direitos creditórios não performados de titularidade da Emissora, atuais ou futuros, decorrentes de serviços a serem prestados pela Emissora no âmbito de contratos celebrados junto a clientes locais, conforme relatório a ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário; e (v) todos (a) os recursos e direitos detidos pela Emissora com relação à Conta Vinculada (conforme definido na Escritura de Emissão), observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, na qual deverá ser depositada a totalidade dos recursos recebidos em decorrência da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida), e (b) demais valores creditados ou depositados na Conta Vinculada, inclusive os recursos da Emissão, valores objeto de ordens de pagamento, eventuais ganhos e rendimentos oriundos de Investimentos Permitidos realizado com os valores depositados na Conta Vinculada, assim como o produto do resgate ou da alienação de referidos Investimentos Permitidos (conforme definido na Escritura de Emissão), os quais passarão a integrar automaticamente a Cessão Fiduciária, independentemente de onde se encontrarem, mesmo que em trânsito ou em processo de compensação bancária (sendo itens (i) a (v) doravante denominados "Cessão Fiduciária"); (b) penhor sobre equipamentos de propriedade da Emissora ("Penhor de Equipamentos"); e (c) penhor sobre ativos de propriedade intelectual de titularidade da Garantidora ("Penhor sobre Ativos de Propriedade Intelectual" e, em conjunto com Cessão Fiduciária e Penhor de Equipamentos, "Garantias"). O valor contábil das garantias prestadas está demonstrado a seguir: Penhor de Equipamentos:

	Valor original	Depreciação acumulada	Valor contábil
Móveis e utensílios (nota 12)	14.115	(6.063)	8.052
Máquinas e equipamentos (nota 12)	8.698	(3.392)	5.306
Equipamentos de processamento de dados (nota 12)	49.035	(30.600)	18.435

Penhor sobre Ativos de Propriedade Intelectual:

	Valor original	Depreciação acumulada	Valor contábil
Software Ayty (nota 13)	5.033	(719)	4.314
Marca Ayty (nota 13)	2.921	(162)	2.759

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Flex Gestão de Relacionamentos S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, emitidos pela Ernst&Young Auditores Independentes S/S; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, SP, 31 de março de 2020.

Carlos Alberto Ferreira da Silva - Diretor Presidente
Kleber Tobal Bonadia - Diretor Comercial **Juares Carlos Ferreira** - Diretor de Operações
Daniel de Andrade Gomes - Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores
Fabrizio Castanheira Torres - Diretor de Operações **Roberto Carlos Dariva** - Diretor de Operações
Luiz Fernando Dill Barcellos - Contador - CRC-RS 082618/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Flex Gestão de Relacionamentos S.A.** São Paulo (SP). **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Flex Gestão de Relacionamentos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Flex Gestão de Relacionamentos S.A. em 31/12/2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Recuperabilidade de ágio:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, a Companhia é requerida a proceder anualmente um teste de recuperabilidade (teste de *impairment*) do ágio. Em 31/12/2019 o saldo consolidado relacionado ao ágio totalizava R$49.187 mil, e está divulgado na nota explicativa 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esse tema foi considerado um principal assunto de auditoria devido ao processo de avaliação da recuperabilidade desse ativo intangível ser complexo e envolver um elevado grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas tais como: determinação da unidade geradora de caixa, taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa, percentuais de crescimento dos mercados e rentabilidade de seus negócios. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros os quais ainda não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria consistiram, entre outros, no envolvimento de especialistas em avaliação de projeções para nos auxiliar na revisão das projeções de fluxos de caixa futuros preparadas pela Administração, incluindo a avaliação da metodologia e do modelo utilizados; na análise da consistência das principais premissas e dados utilizados em comparação às perspectivas de mercado; e a análise das divulgações realizadas na nota explicativa 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado desses procedimentos identificamos inconsistência em determinada premissa utilizada pela administração, sem, entretanto, alterar a conclusão alcançada no teste de recuperabilidade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e as conclusões alcançadas de valor recuperável do ágio preparados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita:** Mensalmente a Companhia realiza o reconhecimento da receita referente aos serviços prestados e não faturados por meio de lançamento de provisão dentro do mês de competência. Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos montantes envolvidos e por envolver certo grau de julgamento da Administração na estimativa da receita não faturada mensal, que pode acarretar no reconhecimento de receita em período incorreto e/ou de receita inexistente e, portanto, apresenta um risco de distorção relevante às demonstrações financeiras. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o recálculo das estimativas de faturamento que resultam nos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras, testes de lançamentos não rotineiros efetuados nas contas de receita, além de inspeção de documentação para uma amostra de vendas registradas durante o exercício. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajuste de auditoria nas contas de receita, sendo este não registrado pela administração da Companhia tendo em visto sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas no exercício, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela Administração para o registro das receitas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.15 e 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 31/03/2020. **ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.** - CRC-2SP015199/O-6, **Guilherme Ghidini Neto** - Contador CRC-RS 067795/O-5.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1012348-63.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 28ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FLAVIA POYARES MIRANDA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **FIRST CALL CONTACT CENTER LTDA**, CNPJ 18.908.977/0001-77, que lhe foi proposta uma ação de **Monitória** por parte de **Algar Multimídia S/A**, objetivando o recebimento da quantia de R$23.060,45 a ser atualizada, referente as faturas nºs 201666586, 201694339, 2016121798, 2016164359, 2016192830, 2016249753, 2016279347, 2016308507, e 2016339167, emitidas em decorrência do contrato de prestação de serviços de INTERNET LINK. Estando a requerida em lugar ignorado, expede-se o edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Fica advertida a requerida que no caso de revelia, será nomeado curador especial (artigo 257, IV, CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de abril de 2020.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 1025740-17.2019.8.26.0053. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). CYNTHIA THOME, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO** move uma Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 de **Desapropriação** contra **EMERSON KOHLER**, casado com **ADRIANA CRISTINA BESSA THOMAZ KOHLER**, objetivando a desapropriação do imóvel sito a Rua Rodolfo Cavinato, nº 76 - Tucuruvi - Vila Nova Mazzei São Paulo/SP - CEP 02313-020, São Paulo/SP, contribuinte nº 067.043.0105-4, declarado de utilidade pública conforme Decreto Municipal nº 55.141 de 26 de Maio de 2014, para a implantação do melhoramento "Córrego Tremembé - Trecho 7. Para o levantamento do(s) depósito(s) efetuado(s), foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31 de março de 2020.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1070345-38.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª VARA EMPRESARIAL E CONFLITOS DE ARBITRAGEM, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Eduardo Palma Pellegrinelli, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **SHOPPING BEST TRENDS COMÉRCIO ELETRÔNICO EIRELI**, CNPJ 19.955.025/0001-77, com endereço à Rua Wilson, 64, Paraisopolis, CEP 05665-030, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de 2B Empreendimentos Digitais Ltda., alegando, em síntese, desrespeito à propriedade industrial e prática de concorrência desleal, causadores de graves prejuízos materiais e imateriais à autora. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de abril de 2020.

Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus

CNPJ 61.011.094/0001-99 - Rua Professor Eduardo Monteiro, 513 - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)

ATIVO	NE	2019	2018
Circulante			
Caixa		10.339	13.539
Banco Conta Movimento		293.560	287.834
Aplicações Financeiras		38.912.726	31.276.155
		39.216.625	**31.577.528**
Clientes e Outros Recebíveis			
Mensalidades a Receber		3.366.273	3.075.888
Cheques a Receber		273.569	235.005
Títulos Acordados		2.197.116	1.962.742
Valores a Receber - Cartões de Créditos		1.327.938	1.107.252
	6	**7.164.895**	**6.380.888**
Outros Ativos Circulantes			
Adiantamentos		532.828	403.525
Impostos a Recuperar		1.194	5.267
Despesas Antecipadas		37.660	37.536
Estoques		535.281	-
		1.106.963	**446.327**
Total do Ativo Circulante		**47.488.483**	**38.404.743**
Não Circulante			
Créditos de Longo Prazo			
Consórcios		388.978	189.993
Títulos de Capitalização		243.439	210.301
Depósitos Judiciais		133.467	721.904
Créditos com Entidades Ligadas		-	137.572
		765.884	**1.259.771**
Imobilizado			
Tangíveis		13.512.732	9.074.704
(-) Depreciação/Amortização Acumulada		(6.283.459)	(3.086.491)
	7	**7.229.273**	**5.988.214**
Intangível			
Softwares		565.050	543.852
(-) Amortização Acumulada	8	(524.886)	(514.093)
		40.164	**29.759**
Total do Ativo não Circulante		**8.035.321**	**7.277.743**
Total do Ativo		**55.523.804**	**45.682.486**

PASSIVO	NE	2019	2018
Circulante			
Fornecedores		2.041.909	1.515.151
Obrigações Fiscais		1.216.198	1.131.322
Obrigações Trabalhistas		1.784.604	1.669.878
Provisões de Férias e Encargos		2.182.021	1.726.553
Adiantamentos de Clientes		7.357.466	6.067.206
Outros Adiantamentos		77.679	65.579
Financiamentos		1.017.164	583.333
Total do Passivo Circulante	9	**15.677.041**	**12.759.022**
Não Circulante			
Provisão Contingências	12	624.857	196.157
Total do Passivo não Circulante		**624.857**	**196.157**
Total do Passivo		**16.301.899**	**12.955.179**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		29.533.921	25.267.979
Superávit de Exercícios		6.469.325	3.818.306
Ajuste Avaliação Patrimônial		3.218.660	3.641.022
Total do Patrimônio Líquido	11	**39.221.906**	**32.727.306**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**55.523.804**	**45.682.486**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)

	2019	2018
RECEITA BRUTA		
Serviços de Ensino Contratados Onerosamente	67.843.653	61.812.606
Serviços de Ensino Contratados Gratuitamente	10.491.339	9.581.240
(-) B.E. Integrais - Lei nº 12.101/2009	(5.908.229)	(5.274.316)
(-) B.E. Parcial 50% - Lei nº 12.101/2009	(38.913)	-
(-) B.E. Empregados	(3.819.315)	(3.726.857)
(-) B.E. Institucionais	(724.882)	(580.067)
Receita Prestação Serviço Ensino - Lei nº 9.870/1999	67.843.653	61.812.606
Receitas Cursos /Extracurricular	5.570.552	3.627.081
Receitas Serviços Ativ. Esportivas	313.844	368.098
Receitas de Doações	295.276	40.695
Receitas Patrimoniais	185.208	281.964
Rec. Venda Mercadorias	618.774	-
Comissões	-	259.360
Rec. Eventos e Promoções	940.905	601.731
Outras Receitas	450.516	396.264
	76.218.728	67.387.797
DEDUÇÕES RECEITA BRUTA		
(-) Devol. Serv. Ensino Contr. Onerosamente	(481.813)	(321.025)
RECEITA LÍQUIDA	**75.736.915**	**67.066.773**
CUSTO SERVIÇOS E MERCADORIAS		
(-) Prestação Serviços de Ensino	(59.581.586)	(53.502.036)
(-) Prestação Serviços Atividades Esportivas	(326.185)	(287.144)
(-) Mercadoria Vendida - CMV	(84.019)	-
	(59.991.790)	**(53.789.179)**
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS		
Despesas Gerais e Administrativas	(9.966.890)	(9.901.221)
	(9.966.890)	**(9.901.221)**
DESPESAS SOCIAIS		
Benefícios Complementares - Educação	(827.485)	(292.053)
Projeto Obra Social Santa Clara e São Francisco	(1.064.131)	(1.190.889)
	(1.891.615)	**(1.482.941)**
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras	3.498.508	1.938.077
Despesas Financeiras	(915.803)	(13.201)
	2.582.705	**1.924.875**
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	**6.469.325**	**3.818.306**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit ou Déficit do Exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**20.995.604**	-	**2.567.670**	**23.563.274**
Transferência déficit exercício anterior para patrimônio social	2.567.670	-	(2.567.670)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	3.641.022	-	3.641.022
Ajuste exercícios anteriores	1.704.705	-	-	1.704.705
Superávit do Exercício	-	-	3.818.306	3.818.306
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**25.267.979**	**3.641.022**	**3.818.306**	**32.727.307**
Transferência déficit exercício anterior para patrimônio social	3.818.306	-	(3.818.306)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	422.362	(422.362)	-	-
Ajuste exercícios anteriores	25.274	-	-	25.274
Superávit do Exercício	-	-	6.469.325	6.469.325
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**29.533.921**	**3.218.660**	**6.469.325**	**39.221.906**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	**6.469.325**	**3.818.306**
Ajustes ao resultado do exercício		
Ajuste exercicios anteriores	25.274	1.704.705
Depreciação/Amortização do período	3.287.916	2.906.784
Prov. p/ créditos liquidação duvidosa	641.650	121.129
Prov. p/ contingências	428.700	-
Resultado ajustado	**10.852.864**	**8.550.924**
Variações nos Ativos e Passivos		
ATIVO		
(+/-) (Aumento) Redução Mensalidades a Receber	(932.035)	(531.959)
(+/-) (Aumento) Redução Mensalidades a Receber	(535.281)	-
(+/-) (Aumento) Redução Outras Ativos Circulantes	(618.978)	(547.126)
(+/-) (Aumento) Redução Realizável a Longo Prazo	493.887	(247.429)
PASSIVO		
(+/-) Aumento (Redução) Fornecedores	526.758	511.046
(+/-) Aumento (Redução) Obrigações Fiscais	84.876	226.115
(+/-) Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas	114.726	(36.030)
(+/-) Aumento (Redução) Prov. Férias e Encargos	455.468	(785.126)
(+/-) Aumento (Redução) Contas a Pagar	1.290.261	(61.055)
(+/-) Aumento (Redução) Adiant. Clientes	12.100	1.821.742
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais	**11.744.646**	**8.901.102**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+/-) (Acréscimo)/Decréscimo do Imobilizado	(4.518.183)	(2.314.119)
(+/-) (Acréscimo)/Decréscimo do Intangível	(21.198)	214.552
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	**(4.539.381)**	**(2.099.567)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Diminuição de financiamento a curto prazo	433.831	303.061
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento	**433.831**	**303.061**
Variação das Disponibilidades	**7.639.097**	**7.104.596**
No início do período	31.577.528	24.472.932
No final do período	39.216.625	31.577.528
Variação das Disponibilidades	**7.639.097**	**7.104.596**

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (em reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL - A Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus é uma associação de caráter benemerente, orientada para a formação e promoção da pessoa humana, através da Educação e da Assistência Social. A Associação tem como objetivo, desde sua fundação, promover as políticas públicas em destaque através da manutenção de instituições de ensino e de assistência, valorizando o trabalho de instrução da juventude e o amparo aos excluídos socialmente. Durante o exercício de 2019, a Associação manteve em regular funcionamento, as seguintes unidades: Colégio Franciscano São Miguel Arcanjo, localizado na Vila Zelina, Colégio Franciscano Nossa Senhora do Carmo, localizado na Vila Alpina, Colégio Franciscano Pio XII, localizado no Bairro do Morumbi, todos estes localizados na cidade de São Paulo - SP. Manteve também o Colégio São Francisco de Assis, localizado na periferia da cidade de Barbacena - MG. Todas essas unidades voltadas ao atendimento do ensino em todo o ciclo da Educação Básica. É também mantenedora da Obra Social Santa Clara e São Francisco de Assis, localizada na Vila Alpina, projeto na área de Assistência Social voltado ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Na elaboração das demonstrações contábeis de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da NBC ITG 2002 (R1) - ENTIDADES SEM FINS DE LUCROS, aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

NOTA 3 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000 (R1)) - Associação mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos por meio de processo eletrônico, considerando os aspectos de controle necessários à evidenciação e arquivo.

NOTA 4 - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS - O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Associação, a seguir: **4.1 - Regime Contábil:** As transações são efetuadas de acordo com os Princípios de Contabilidade, obedecendo ao regime de competência. **4.2 - Caixa e Equivalente de caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Os valores representados pelas aplicações financeiras estão registrados ao custo original acrescidos dos rendimentos auferidos até à data de encerramento das demonstrações. **4.3 - Ativo Circulante e Não Circulante - Contas a receber de clientes:** Representado pelo conjunto de valores a receber por parte da Associação, oriundos dos contratos de prestação de serviços de ensino, fruto de sua atividade na área educacional. **4.4 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa**: Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos oriundos da prestação de serviço de ensino. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Associação considerando a perspectiva do débito em relação à situação individual do devedor. **4.5 - Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor, e representa os valores à materiais didáticos, livros e uniformes para venda. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. **4.6 - Demais ativos circulantes:** Apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **4.7 - Depósitos Judiciais:** Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Entidade, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. **4.8 - Imobilizado e Intangível:** Corresponde ao conjunto de bens e direitos aplicados diretamente na realização da atividade operacional da entidade. Os ativos imobilizados e intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 7 e leva em consideração a vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC Nº 1.177/09 (NBC - TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **4.9 - Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **4.10 - Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.11 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.12 - Despesas e Receitas**: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. **4.13 - Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **4.14 - Reconhecimento da Receita de Prestação de Serviços de Ensino:** Respeitando-se o princípio da oportunidade, as receitas de prestação de serviço de ensino reconhecida pela Associação têm como premissa a pré-existência de contratação dos serviços para o período letivo em questão. Essas receitas são apropriadas mensalmente, em concomitância com a consecução dos custos desses serviços, mantendo-se a linearidade desse reconhecimento ao longo do período contratado. **4.15 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros:** As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras da Entidade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. A Entidade no exercício de 2019 efetuou correções de períodos anteriores, conforme disposição da NBC TG 23 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) em função de correção de parâmetros e saldos das provisões de férias e décimo terceiro salário. A Administração julgou ser impraticável determinar os efeitos da mudança de política contábil na informação comparativa para os períodos anteriores apresentados, tendo em vista a relação custo-benefício de tal informação.

NOTA 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS - Os recursos gerados pela Associação tiveram origem em suas atividades associativas, estando comprometidos em sua totalidade com esse universo operacional, ainda que destinados a aplicações financeiras com o intuito de manterem o poder de compra da Associação e a respectiva proteção do ativo investido. No decorrer do exercício de 2019, a Associação não recebeu qualquer tipo de recurso originário do Poder Público.

NOTA 6 - COMPOSIÇÃO DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

Esses valores representam a movimentação das operações de contratos de prestação de serviços de ensino (Mensalidades a Receber e Títulos Acordados).

HISTÓRICO	VALOR R$
6.1 - Mensalidades a Receber Ensino Formal	
Mensalidades a receber início exercício 2019	3.075.888
(+) Inadimplência gerada por mensalidades exercício 2019	3.366.273
(-) Provisão para Créditos Liq. Duvidosa	(2.198.561)
(-) Mensalidades exerc. anteriores recebidas exercício 2019	(877.327)
(=) Saldo Mensalidades a Receber 31/12/2019	**3.366.273**
6.2 - Títulos Acordados Ensino Formal	
Títulos Acordados a receber início exercício 2019	1.962.742
(+) Inadimplência gerada por títulos acordados exercício 2019	2.197.116
(-) Provisão para Créditos Liq. Duvidosa	(770.259)
(-) Títulos Acordados exerc. anteriores recebidos exercício 2019	(1.192.483)
(=) Saldo Títulos Acordados a Receber 31/12/2019	**2.197.116**
6.3 - Cheques a Receber	
Cheques Devolvidos	367.165
Cheques Pré-Datado	32.428
(-) PCLD Cheques Devolvidos	(126.024)
(=) Saldo Cheques Devolvidos 31/12/2019	**273.569**
6.4 - Valores a Receber - Cartões de Créditos	**1.327.938**
TOTAL CLIENTES A RECEBER	**7.164.895**

NOTA 7 - IMOBILIZADO - O saldo das contas integrantes do Imobilizado, tiveram a seguinte composição:

BENS	TAXA	2019	2018
Instalações	10%	-	-
Imóveis e Edificações	8,33%	6.428.834	4.210.635
Máquinas e Equipamentos	10%	1.142.317	880.885
Equipamentos de Informática	20%	914.416	940.187
Móveis e Utensílios	10%	2.535.599	2.378.900
Veículos	20%	442.586	364.586
Material Didático Pedagógico / Outros	10%	511.428	299.512
Obras em Andamento	0%	1.537.551	-
Depreciação / Amortização		(6.283.459)	(3.086.491)
TOTAL		**7.229.273**	**5.988.214**

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Entidade realizou o processo de levantamento e controle físico do imobilizado. Adicionalmente, a Administração não verificou a existência de indicadores que possam evidenciar a necessidade de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangível e, consequentemente, nenhuma alteração da vida útil estimada ou provisão para perda de valor recuperável desses ativos.

NOTA 8 - INTANGÍVEL - O ativo Intangível (software) se apresenta pelo custo de aquisição ou valores originais, visto que a entidade não procedeu às correções do balanço em exercícios anteriores.

NOTA 9 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - O saldo de empréstimos e financiamentos refere-se basicamente à contratos firmados com as instituições financeiras Bradesco e BNDES para fins de capital de giro e financiamento de material. Os recursos foram contratados com as taxas praticadas no mercado, tendo como principal garantia o aval, sendo o empréstimo de maior prazo com vencimento em dezembro de 2020.

NOTA 10 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - A Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus encontra-se em pleno gozo da imunidade tributária que lhe confere a Constituição Federal, em seus artigos 150, inciso VI, alínea "c", parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º. No entanto, caso estivesse sujeita à incidência da parte patronal da contribuição previdenciária, a Entidade deveria recolher aos cofres públicos o montante de R$ 9.137.117,74 em 2019.

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício (superávit) e Ajuste de Avaliação Patrimonial, cuja movimentação é evidenciada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Entidade optou por mensurar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) no exercício de 2018, conforme a RESOLUÇÃO CFC Nº 1.263/09 que aprovou a ITG 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Como parte da adoção do custo atribuído a administração da Associação avaliou todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído, sendo os efeitos da adoção da norma contabilizados na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, a qual é realizada contra o Patrimônio Social a medida de sua realização (pela depreciação e/ou alienação dos bens).

NOTA 12 - CONTINGÊNCIAS - A Entidade é parte em processos na esfera administrativa e judicial discutindo questões de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base na opinião de seus assessores jurídicos foi provisionado o valor de R$ 624.857,13 referente à processos trabalhistas classificados com perda provável, sendo os demais não provisionados por entender a Administração, com base na opinião de seus advogados, a possibilidade de perda como possível (R$ 2.012.927,59) ou remota (R$ 4.034,76).

NOTA 13 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - A Demonstração do Fluxo de Caixa, elaborada pelo método indireto, foi evidenciada em conformidade com a Resolução CFC N° 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 14 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - Tendo como premissa estatutária a atuação em complemento à atividade estatal de forma benemerente, tanto no campo da educação assim como da assistência social, a Associação, em cumprimento ao que determina a legislação de regência, deu continuidade às suas intervenções sociais no exercício de 2019, atuando junto ao público alvo definido pelas políticas públicas específicas de cada área. Nesta nota, está apresentado o resumo da atuação, o que lhe confere o *status* de Entidade Beneficente de Assistência Social. **14.1 - Assistência Educacional:** A Assistência Educacional é realizada pela Associação através da concessão de bolsas de estudo a alunos comprovadamente em condições de vulnerabilidade socioeconômica, trabalhando de forma complementar às políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Também, considerando a situação de vulnerabilidade social em que se encontram determinados grupos de alunos bolsistas, a Associação fornece, de forma regular: alimentação, uniforme e material didático, inteiramente gratuitos, a título de benefícios complementares, nos moldes estabelecidos na legislação de regência. O resumo das principais ações ocorridas de forma benemerente no campo da política pública de Educação, relativas ao exercício de 2019, estão evidenciados nos itens a seguir: **14.1.1 - Assistência Educacional - Exercício 2019:** Refere-se à evidenciação das bolsas de estudo destinadas a assistência educacional, concedidas nos moldes da Lei nº 12.101/2009, como também são concedidas em razão de relações jurídicas e institucionais, nas unidades educacionais mantidas pela Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus. Nesse contexto, destacamos as seguintes unidades, conforme citado na Nota 1 - Contexto Operacional, atuando exclusivamente, conforme previsto no Art. 21 da Lei nº 9.394/1996, no nível de ensino da Educação Básica: - Colégio Franciscano São Miguel Arcanjo, localizado na Vila Zelina, cidade de São Paulo - SP; - Colégio Franciscano Nossa Senhora do Carmo, localizado na Vila Alpina, cidade de São Paulo - SP; - Colégio Franciscano Pio XII, localizado no bairro do Morumbi, na cidade de São Paulo - SP; - Colégio São Francisco de Assis, localizado na periferia da cidade de Barbacena - MG. No ano de 2019, foram concedidas assistência educacional, conforme aqui evidenciado:

QUADRO I - DEMONSTRATIVO DE BOLSAS DE ESTUDOS CONCEDIDAS.

UNIDADES	COL. F. SÃO MIGUEL ARCANJO		COL. F. N. SRA. CARMO		COL. F. PIO XII		COL. SÃO FCO. ASSIS		TOTAL	
EVENTO	**Quant.**	**R$**	**Quant.**	**R$**	**Quant.**	**R$**	**Quant.**	**R$**	**Quant.**	**R$**
Assistência Educacional - Lei n° 12.101/2009										
(a) B.E. Integrais	19	441.339	12	172.902	19	690.912	339	3.146.139	389	4.451.291
(b) B.E. Integrais - Horário Integral (81x1.4%)	113	1.456.938	-	-	-	-	-	-	113	1.456.938
(c) = (a+b) Total B.E Integrais	**132**	**1.898.276**	**12**	**172.902**	**19**	**690.912**	**339**	**3.146.139**	**502**	**5.908.229**
(d) Total B.E. Parciais 50%	**2**	**23.465**	**-**	**-**	**1**	**15.448**	**-**	**-**	**3**	**38.913**
(c+d) =Total Assistência Educacional (1)	**134**	**1.921.741**	**12**	**172.902**	**20**	**706.360**	**339**	**3.146.139**	**505**	**5.947.142**
Outras Bolsas de Estudo	**Quant.**	**R$**	**Quant.**	**R$**	**Quant.**	**R$**	**Quant.**	**R$**	**Quant.**	**R$**
(e) Total B.E. Integrais - Conv. Coletiva Trabalho	**69**	**1.430.276**	**26**	**370.835**	**57**	**2.018.204**	**-**	**-**	**152**	**3.819.315**
(f) B.E. Institucionais Integrais	18	425.405	-	-	2	85.826	-	-	20	511.231
(g) B.E. Institucionais Parciais	13	143.443	-	-	9	70.208	-	-	22	213.651
(h) = (f+g) Total B.E. Institucionais Integrais e Parciais	**31**	**568.848**	**-**	**-**	**11**	**156.034**	**-**	**-**	**42**	**724.882**
(e+h) Total Outras Bolsas de Estudo (2)	**100**	**1.999.124**	**26**	**370.835**	**68**	**2.174.238**	**-**	**-**	**194**	**4.544.197**
Total Geral B.E. Concedidas. exerc. 2019 (1+2)	**234**	**3.920.865**	**38**	**543.736**	**88**	**2.880.598**	**339**	**3.146.139**	**699**	**10.491.339**
(i) B.E. integrais - Conv. Benef. Complementares (Art. 18 - caput e §1°, Port. Norm. MEC n° 15/2017)	**11**	**248.809**	**-**	**1.216**	**-**	**-**	**25**	**577.461**	**36**	**827.485**

QUADRO II - DEMONSTRATIVO DE BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES - CONVERSÃO Nº DE VAGAS

UNIDADES	Colégio São Francisco de Assis	Colégio São Miguel Arcanjo	Colégio Nossa Senhora do Carmo	Conversão Benefícios Complementares
A. Custo com Alunos (Total Desp. Alimentação/Uniformes/Mat. Didático Escolar)	R$ 577.461	R$ 248.809	R$ 1.216	R$ 827.485
B. Receita Prest. Serv. Ensino Lei nº 9.870/1999	R$ 67.843.653	R$ 67.843.653	R$ 67.843.653	R$ 67.843.653
C. Alunos Matriculados	3.028	3.028	3.028	3.028
D. Conversão Benefícios Complementares = (B/C)	22.405	22.405	22.405	22.405
E. Bolsas Integrais equivalentes a Benefícios = (A/D)	**25**	**11**	**-**	**36**
F. Alunos assistidos por benefícios complementares	**339**	**81**	**12**	**432**

14.1.2 - Relação Alunos Pagantes x Bolsas de estudo concedidas - Exercício 2019: De acordo com a regra estabelecida no Art. 13 da Lei nº 12.101/2009, a Associação deverá conceder um volume mínimo anual de bolsas de estudo integrais, tendo como referência o número de alunos pagantes. Para fins de evidenciar o cumprimento da regra disposta na norma, evidencia-se a seguir o demonstrativo de alunos pagantes e o cumprimento das proporções mínimas exigidas pela norma citada:

DEMONSTRATIVO ALUNOS PAGANTES / DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

	N° ALUNOS
Matrículas	
Educação Infantil	418
Ensino Fundamental	2.161
Ensino Médio	449
Total alunos matriculados ex. 2019	**3.028**
(-) Bolsas de estudo integrais	
(-) B.E integrais (Art. 13 - inc. III, Lei n° 12.101/2009)	389
(-) B.E integrais - Tempo Integral 81 alunos (Art. 13, §4° - inc. II, Lei n° 12.101/2009)	113
(-) B.E integrais - Conv. Benefícios Complementares (Art. 18 - caput e §1°, Port. Normativa MEC n° 15/2017)	36
(-) Bolsas de estudo integrais - Convenção Coletiva de Trabalho	152
(-) Bolsas de estudo integrais - Institucional	20
(-) Total de bolsas de estudo integrais	**(710)**
Total de Alunos Pagantes (Total alunos matriculados - Total bolsas de estudo integrais)	2.318
Vagas mínimas bolsa estudo integral - Critério 5/1 (Art. 13 - inc. III, Lei n° 12.101/2009)	**463**
Vagas mínimas distribuição bolsa estudo integral - Critério 9/1 (Art. 13, §1° - inc. I, Lei n° 12.101/2009)	**257**
Bolsas de Estudo Concedidas - Lei n° 12.101/2009 (Nota 14.1.1)	
B.E. integrais (Art. 13 - inc. III)	389
B.E. integrais - Tempo Integral 81 alunos (Art. 13, §4° - inc. II)	113
B.E. integrais - Conversão Benefícios Complementares (Art. 18 - caput e §1°, Port. Norm. MEC n° 15/2017)	36
Total Bolsas de Estudo Integrais - Lei n° 12.101/2009	**538**
Total Bolsas de Estudo Parciais 50% - Lei n° 12.101/2009	**3**
Critério 5/1 (Art. 13 - inc. III, Lei n° 12.101/2009)	ATENDIDO
Critério 9/1 (Art. 13, §1° - inc. I, Lei n° 12.101/2009)	ATENDIDO

14.2 - Assistência Social: Em complemento à atividade estatal, a Associação é mantenedora da Obra Social Santa Clara e São Francisco de Assis, que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, cujo projeto é caracterizado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) como *Centro da Criança e Adolescente*. O trabalho desenvolvido nessa unidade tem como objetivo o atendimento a crianças e adolescentes carentes, na faixa etária entre 06 a 15 anos, em situação de vulnerabilidade social, decorrentes da pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos. Tem como propósito intervir na realidade social, promovendo a cidadania e a preparação desse público alvo para se tornarem protagonistas de seus direitos sociais. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, com fundamentos na Resolução CNAS 109/09, o Projeto foi tipificado como Serviço de Proteção Social Básica - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, registrado no Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo sob o nº 475/2012. Considerando o trabalho de Assistência Social desenvolvido na Obra Social Santa Clara e São Francisco de Assis durante o exercício de 2019, bem como os valores ali aportados para a sua mantença, suas ações foram assim resumidas:

PÚBLICO ALVO	TIPO DE AÇÃO	N° BENEFI-CIÁRIOS	GRATUI-DADE R$
Crianças e Adolescentes na faixa etária entre 06 a 15 anos	Proteção Social Básica - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	125 crianças e adolescentes	1.064.131

QUADRO III - DESPESAS PROJETO OBRA SOCIAL SANTA CLARA E SÃO FRANCISCO DE ASSIS - EXERCÍCIO 2019

* Despesas com Pessoal	657.176
* Despesas Administrativas	117.435
* Impostos Taxas e Contribuições	3.459
* Materiais de Consumo	86.679
* Serviços Contratados Pessoa Física	18.227
* Serviços Prestados Pessoa Jurídica	49.887
* Depreciação / Amortização	71.501
* Outras Despesas Operacionais	59.764
TOTAL DESPESAS	**1.064.131**

14.3 - Resumo das Gratuidades - 2019

Conforme já evidenciado nas Notas 14.1 e 14.2, as atividades de benemerência realizadas pela Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus no campo da Educação e da Assistência Social, apresentamos um resumo dessas ações segregadas por área, tomando-se por base os valores aportados e evidenciados na demonstração de resultado do exercício:

ÁREA DE ATUAÇÃO	TIPO DE AÇÃO	N° BENEFI-CIÁRIOS	GRATUI-DADE R$
ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL			
Bolsas de Estudo	Concessão de Bolsas de Estudo a alunos carentes, devidamente validados em processo avaliativo.	502	5.947.142
Benefícios Complementares	Fornecimento de uniformes, alimentação e material didático a estudantes bolsistas em tempo integral.	432	827.485
TOTAL ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL			**6.774.627**
ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Projeto Obra Social Santa Clara e São Francisco de Assis	Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	125	1.064.131
TOTAL ASSISTÊNCIA SOCIAL			**1.064.131**

14.4 - Segregação das informações: Conforme disposto no Art. 33 da Lei nº 12.101/09, a evidenciação da segregação das informações dispostas no balanço patrimonial e demonstração de resultado publicados nas páginas 1 a 3, estão assim dispostas: **14.4.1 - Balanço Patrimonial (segregação das contas patrimoniais)** O balanço patrimonial publicado à página 1 e 2, em conformidade com a estrutura conceitual básica da contabilidade, é informado a seguir, de forma segregada por área:

Ativo	Educação	Assistência Social	Saldo Ex. 2019
Circulante			
Caixa	10.339	-	10.339
Banco Conta Movimento	211.303	82.257	293.560
Aplicações Financeiras	38.897.721	15.005	38.912.726
	39.119.363	**97.262**	**39.216.625**
Clientes e Outros Recebíveis			
Mensalidades a Receber	3.366.273	-	3.366.273
Cheques a Receber	273.569	-	273.569
Títulos Acordados	2.197.116	-	2.197.116
Outros Valores a Receber	1.327.938	-	1.327.938
	7.164.895	**-**	**7.164.895**
Outros Ativos Circulantes			
Adiantamentos	516.416	16.412	532.828
Impostos a Recuperar	1.194	-	1.194
Despesas Antecipadas	33.971	3.689	37.660
Estoque	535.281	-	535.281
	1.086.861	**20.101**	**1.106.963**
Total do Ativo Circulante	**47.371.119**	**117.363**	**47.488.483**
Não Circulante			
Créditos de Longo Prazo			
Consórcios	388.978	-	388.978
Títulos de Capitalização	243.439	-	243.439
Depósitos Judiciais	133.467	-	133.467
	765.884	**-**	**765.884**
Imobilizado			
Tangíveis	13.212.604	300.128	13.512.732
(-) Depreciação Acumulada	(6.169.725)	(113.734)	(6.283.459)
	7.042.878	**186.395**	**7.229.273**
Intangível			
Softwares	563.533	1.517	565.050
(-) Amortização Acumulada	(523.369)	(1.517)	(524.886)
	40.164	**-**	**40.164**
Total do Ativo Não Circulante	**7.848.927**	**186.395**	**8.035.321**
TOTAL DO ATIVO	**55.220.047**	**303.759**	**55.523.804**

Passivo	Educação	Assistência Social	Saldo Ex. 2019
Circulante			
Fornecedores	2.038.202	3.707	2.041.909
Obrigações Fiscais	1.200.543	15.655	1.216.198
Obrigações Trabalhistas	1.761.800	22.803	1.784.604
Provisões de Férias e encargos	2.130.793	51.228	2.182.021
Adiantamento de clientes	7.357.466	-	7.357.466
Outros adiantamentos	77.679	-	77.679
Empréstimos / Cheques Especial	1.017.164	-	1.017.164
Total Passivo Circulante	**15.583.648**	**93.394**	**15.677.041**
Não Circulante			
Prov. Para Contingências	624.857	-	624.857
Total do Passivo Não Circulante	**624.857**	**-**	**624.857**
Total do Passivo	**16.208.505**	**93.394**	**16.301.899**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	28.690.291	843.629	29.533.921
Superávit dos Exercícios	7.285.962	(816.637)	6.469.325
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.035.288	183.373	3.218.660
Total do Patrimônio Líquido	**39.011.541**	**210.365**	**39.221.906**
Total Passivo+P.Liquido	**55.220.047**	**303.759**	**55.523.804**

14.4.2 - Demonstração de Resultado do Período (segregação das contas de resultado do período): A demonstração de resultado do período de 2019 foi evidenciada à página 3, considerando-se os grupos de contas definidos na estrutura conceitual básica da contabilidade. Obedecendo-se ao critério de segregação das contas de resultado por área, é evidenciado a seguir, o resultado de 2019:

Receita Bruta	Educação	Assistência Social	Saldo Ex. 2019
RECEITA BRUTA			
Serviços de Ensino Contratados Onerosamente	67.843.653	-	67.843.653
Serviços de Ensino Contratados Gratuitamente	10.491.339	-	10.491.339
(-) B.E. Integrais - Lei nº 12.101/2009	(5.908.229)	-	(5.908.229)
(-) B.E. Parciais 50% - Lei nº 12.101/2009	(38.913)	-	(38.913)
(-) B.E. Empregados	(3.819.315)	-	(3.819.315)
(-) B.E. Institucionais	(724.882)	-	(724.882)
Receita Prestação Serviço ensino - Lei nº 9.870/1999	**67.843.653**	-	**67.843.653**
Receitas Cursos Livres / Extracurricular	5.570.552	-	5.570.552
Receitas Serviços Ativ. Esportivas	313.844	-	313.844
Receitas de Doações	293.916	1.360	295.276
Receitas Patrimoniais	185.208	-	185.208
Rec. Venda Mercadorias	618.774	-	618.774
Rec. Eventos e Promoções	940.905	-	940.905
Outras Receitas	206.482	244.034	450.516
	75.973.334	**245.394**	**76.218.728**
DEDUÇÕES RECEITA BRUTA			
(-) Devol. Serv. Ensino Contr. Onerosamente	(481.813)	-	(481.813)
	75.491.521	**245.394**	**75.736.915**
CUSTO SERVIÇOS PRESTADOS			
(-) Prestação Serviços de Ensino	(59.581.586)	-	(59.581.586)
(-) Prestação Serviços Atividades Esportivas	(326.185)	-	(326.185)
(-) Mercadoria Vendida - CMV	(84.019)	-	(84.019)
	(59.991.790)	**-**	**(59.991.790)**
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas	(9.966.890)	-	(9.966.890)
	(9.966.890)	**-**	**(9.966.890)**
DESPESAS SOCIAIS			
(-) Benefício Complementares - Educação	(827.485)	-	(827.485)
Projeto Obra Social Santa Clara e São Francisco de Assis	-	(1.064.131)	(1.064.131)
	(827.485)	**(1.064.131)**	**(1.891.615)**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras	3.496.407	2.100	3.498.508
Despesas Financeiras	(915.803)	-	(915.803)
	2.580.605	**2.100**	**2.582.705**
SUPERÁVIT LIQUIDO EXERCICIO	**7.285.961**	**(816.637)**	**6.469.325**

NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto às principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. São Paulo - SP, 31 de dezembro de 2019

Johanna Ruth Brazinski - Presidente

Marilene A. de Souza Arantes - Contadora - CRC 1SP nº 192633/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTABÉIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Nós, membros efetivos do Conselho Fiscal da **ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS - IRMÃS DE SÃO FRANCISCO DA PROVIDÊNCIA DE DEUS**, abaixo assinados, no desempenho de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social, e com a colaboração dos Auditores Independentes, em reunião realizada nesta, examinamos os livros, Documentos e Registros Contábeis, relativos às operações realizadas pela **ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS - IRMÃS DE SÃO FRANCISCO DA PROVIDÊNCIA DE DEUS**, alusivas ao período de 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019, bem como as Demonstrações Financeiras e Contábeis, e demais anexos. Baseados em exames efetuados e nas informações obtidas da Diretoria e dos Auditores Externos, somos de Parecer que as Demonstrações Financeiras e Contábeis e os respectivos anexos merecem a aprovação das Senhoras Associadas.

São Paulo, 08 de abril de 2020.
JOANICE CONCEIÇÃO DOS SANTOS - Conselheira
NEUSA DE SOUZA - Conselheira
ADRIANA APARECIDA DUARTE - Conselheira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores Conselheiros e Administradores da
Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**: A Administração da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não tivemos acesso ao relatório da administração até o encerramento de nossos trabalhos e, portanto, não temos nada a relatar a respeito disso. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus**: • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus** a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 02 de abril de 2020
R&R AUDITORIA E CONSULTORIA - CRC/MG nº 5.198-02 - CVM 8460
Warley de Oliveira Dias - CONTADOR - CRC/MG nº 094.865

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de arte nos dias 25/04 às 14 h e 28/04 às 20 h. www.gmleiloes.com - Alameda Piratinins 628 SP/SP (11) 94435-0642 diretoria@gmleiloes.com

---

Instituto Irmãs Missionárias de Nossa Senhora Consoladora
CNPJ/MF nº 60.790.631/0001-83
Errata

O **Instituto Irmãs Missionárias de Nossa Senhora Consoladora,** informa a correção do Balanço Patrimonial na **Nota Explicativa nº 15 - Item (b) Cálculo das gratuidades,** publicado no jornal O Dia SP do dia 23/04/2020, página 9, devendo ser observada as seguintes modificações: **Educação Básica - 2019 - Quantidades - Número de alunos matriculados; Onde se lê:** 1.172; **Leia-se:** 1.151. **Educação Básica - 2019 - Quantidades - Bolsas integrais da Lei 12.101/2009; Onde se lê:** 170; **Leia-se:** 166. **Educação Básica - 2019 - Quantidades - Total de Bolsas de Estudos Ofertadas - Onde se lê:** 725; **Leia-se:** 721. **Demonstração das Bolsas 5 por 1 - 2019 - Quantidade mínima de bolsas de estudos ((a-b-d) /5)); Onde se lê:** 194; **Leia-se:** 190. **Demonstração das Bolsas 5 por 1 - 2019 - Quantidade ofertada 100% (b); Onde se lê:** 170; **Leia-se:** 166. **Demonstração das Bolsas 5 por 1 - 2019 - Quantidade ofertada 50% (c); Onde se lê:** 62; **Leia-se:** 61. **Demonstração das Bolsas 5 por 1 - 2019 - Total de bolsas concedidas - Lei 12.101; Onde se lê:** 232; **Leia-se:** 227. **Ir. Inês Líbera Smaniotto** - Diretora Presidente - C.P.F. 029.528.398-08; **Flávia Roberta Mendes** - Contador CRC 1SP 221432/O-7 - C.P.F. 151.267.458-32; **Monello Contadores** - CRC 2SP 014827/O-0.

STF adia julgamento sobre cumprimento de pena após condenação por júri

Um pedido de vista (mais tempo de análise) do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), adiou o julgamento sobre o início imediato do cumprimento de pena após condenação pelo tribunal do júri.

O julgamento havia começado na sexta-feira (24) no plenário virtual, ambiente digital em que os ministros tem, em geral, sete dias para votar por escrito. Com o pedido de vista, não há prazo definido para que o processo volte à pauta.

Uma definição sobre o assunto passou a ser mais aguardada desde que o Supremo decidiu em novembro que, nos casos que não vão a júri, a execução de pena deve começar somente após o trânsito em julgado, quando não há mais possibilidade de recurso a tribunais superiores.

Em relação ao tribunal do júri, em que são julgados os crimes dolosos contra a vida, o relator, ministro Luís Roberto Barroso, propôs a seguinte tese: "A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada".

Antes do julgamento ter sido interrompido, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, havia acompanhado o relator. Gilmar Mendes, por sua vez, havia divergido. Os demais ministros ainda não votaram.

Na semana passada, o procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou nova manifestação ao Supremo reforçando a posição do órgão a favor do cumprimento de pena imediato após a condenação pelo júri.

O Supremo já reconheceu que o tema possui repercussão geral. Isso quer dizer que eventual decisão da Corte deverá servir de parâmetro para todos os recursos sobre o assunto em tramitação no país. (Agencia Brasil)

GODOY SEGURANÇA

Alarmes
Monitoramento 24hrs
Câmeras de Segurança
Pronta Resposta
Cerca Elétrica
Manutenção
Controle de acesso

Contato
(11) 3294.8920
(11) 94033.9915
godoyseguranca2015@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1115205-90.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LZ NETO VEÍCULOS - EPP, CNPJ 06.980.457/0001-96 e a LUIZ ZANFORLIN NETO CPF/MF 224.037.248-66 que lhes foi proposta uma ação de Consignação em Pagamento por parte de Claudionor Fontana. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta, para levantar o valor depositado às fls. 38 dos autos, efetuado pelo autor ou oferecer resposta no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002234-04.2016.8.26.0704. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Monica Lima Pereira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aAPARECIDA REGINA MARTINS, Brasileiro, Empresária, CPF 003.287.647-52, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Associação Colégio Espanhol de São Paulo, CNPJ nº 62.938.774/0001-15 (entidade mantenedora do Colégio Miguel de Cervantes) objetivando o recebimento de R$ 102.990,83 (abril/2016), representada pelo instrumento particular de confissão de dívida firmado entre as partes em 2/01/2014. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 3 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da dívida atualizada ou em 15 (quinze) dias embargue a execução. Em caso de pagamento integral da dívida, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, requerer que seja admitido pagar o restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Não havendo embargos à execução, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de abril de 2020. 27 e 28/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010220-52.2014.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Simone de Figueiredo Rocha Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARIA YARA GOMES, RG 10.898.012-1 SSP/SP, CPF 004.066.638-74, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Nicolas Martin Kac Pinto, alegando em síntese, que vendeu o veículo RENAULT CLIO RN 1.6 16V, placa DFV 0597, renavam 774548975, ano 2001, chassi 93YBB1J151J260725, para a ré, tendo ela deixado de transferir o bem para seu nome e de pagar tributos referentes ao veículo, débitos esses que constam em nome do autor. Pretende, então, a condenação da ré ao pagamento de todos os débitos de IPVA, DPVAT, multas por infrações cometidas e demais encargos vincendos, bem com a danos morais a que fora submetido o autor não inferior ao valor de R$ 4.000,00 (quatro mil) reais. Pede, ainda, a abstenção do autor das infrações de trânsito e pontuações em sua CNH do período de 21 de janeiro de 2010 até a presente data, devendo elas serem transferidas para a ré. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de novembro de 2019.

Intimação. Prazo 20 dias. Proc. nº 0058895-52.2017.8.26.0100. A Dra. Christopher Alexander Roisin, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Capital-SP, na forma da lei, etc. Faz saber à AliAhmad AbouAbbas Presentes ME, CNPJ 07.715.622/0001-45, na pessoa de seu representante legal e a, Ali AhmadAbouAbbas, CPF 006.118.959-60 e Lama Ahmad Abou Abbas, CPF 009.409.759- 39, que nos autos do Cumprimento de Sentença, requerido por Banco do Brasil S/A, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, intimados ficam para no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetuarem o pagamento da importância de R$ 157.367,75 (30/08/2017), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Ficam cientes, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. 28 e 29/04

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis dest a Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da SAVONAINCORPORADORA LTDA, FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **SEBASTIÃO ROBERTO DE OLIVEIRA,** agropecuarista, RG nº M-2.164.652-SSP/MG, CPF nº 074.213.546-20, e sua mulher **MIRCE GASPAR DE OLIVEIRA,** economista, RG nº M91124-SSP/MG, CPF nº 012.112.936-53, brasileiros, casados no regime da comunhão universal de bens antes da Lei nº 6.515/77, domiciliados nesta Capital, residentes na Alameda Campinas, nº 701, apartamento nº 101E, Jardins, ficam intimados a purgarem a mora mediante o pagamento referente a 33 (trinta e três) prestações em atraso, vencidas de 10/09/2017 a 05/04/2020, no valor de R$466.662,53 (quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$468.867,47 (quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos), que atualizado até 20/05/2020, perfaz o valor de R$474.499,49 (quatrocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e nove centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo SAVONA INCORPORADORALTDA, para aquisição do imóvel localizado na Rua Doutor Barros Cruz, nº 104, apartamento nº 171, localizado no 17º andar Tipo 04 da Ala Exclusive, integrante do empreendimento denominado Edifício Splendor Klabin, na Saúde – 21° Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 2 na matrícula nº 203.675. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:00hs e das 12:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os devedores desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, SAVONA INCORPORADORALTDA, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 22 de abril de 2020. O Oficial. 23, 24 e 27/04

Maia diz que prioridade da Câmara é votar medidas emergenciais

VALOR

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) em 2020 está estimado em R$ 689,97 bilhões, 7,6% maior em comparação ao resultado de 2019 (R$ 641,35 bilhões). A estimativa tem como base os dados de março e os reflexos da pandemia do Coronavírus.

VIDEOCONFERÊNCIA

Em videoconferência com ministros da Agricultura dos países do G20 para discutir o impacto do Coronavírus sobre o setor, a ministra Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) alertou para a necessidade de rever neste momento barreiras comerciais injustificáveis e subsídios que premiam a ineficiência e podem afetar o abastecimento de alguns países.

NOVA LEI

Lei 13.986, sancionada no dia 7 de abril de 2020, aperfeiçoa a Cédula de Produto Rural (CPR) e os títulos do agro, lançando as bases para um mercado privado de crédito com maior liberdade de contratação e segurança jurídica, menos oneroso e mais transparente, na avaliação do secretário-adjunto da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, José Angelo Mazzillo Jr.

AMÉRICAS

Em videoconferência com ministros e secretários de Agricultura dos países das Américas, a ministra da Agricultura Tereza Cristina destacou as medidas adotadas pelo governo federal para enfrentar a pandemia do Coronavírus e para garantir um cenário positivo pós-crise.

CARTILHA

A necessidade de assegurar o abastecimento e a segurança alimentar dos brasileiros durante a pandemia do Coronavirus intensificou a adoção de cuidados de higiene em toda a cadeia de agrícola, incluindo a atividade de colheita no campo. Para isso, o Ministério da Agricultura, e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) elaboraram uma cartilha com recomendações gerais, durante a colheita, no transporte e no alojamento dos trabalhadores.

IMPACTO

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA), fez uma análise dos impactos da Covid-19 no agronegócio paulista. A análise contou com a participação de 16 pesquisadores do IEA, que mostram o impacto da pandemia no setor de citros, cana-de-açúcar, amendoim, algodão, soja, trigo, café, feijão, leite e derivados e carne bovina.

MOBILIZAÇÃO

O agronegócio está mobilizado para auxiliar na luta contra o novo coronavírus (Covid-19). Além das ações relacionadas ao abastecimento, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo atua para realizar o diagnóstico da doença e discutir junto a associações e especialistas o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) durante a pandemia.

CAQUI

Por meio de sua equipe de extensão rural da CDRS, a Secretaria de Agricultura tem feito levantamentos e identificado os problemas dos produtores de caqui, para balizar ações do poder público com a cadeia produtiva. A região de Mogi das Cruzes, é a maior produtora de caqui do Estado – com uma área de 1.484 hectares, 468 propriedades onde se cultiva caqui das variedades Fuyu, Guiombo e Rama Forte, e uma produção estimada de 65 mil toneladas em 2020.

DIA DA TERRA

Como parte da comemoração do Dia da Terra em 22 de abril, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo destaca ações estimuladas por seus órgãos e listadas no Earth Day Challenge promovido por uma rede internacional que envolve 75 mil parceiros em 190 países em celebração aos 50 anos de criação da data comemorativa.

AUXÍLIO

O auxílio emergencial de R$ 600 criado pelo governo federal para dar suporte as famílias brasileiras em meio à pandemia do novo coronavírus (Covid-19) vai beneficiar agricultores familiares em todo país. O plenário do Senado Federal aprovou, o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 873/2020, que prevê a concessão do benefício.

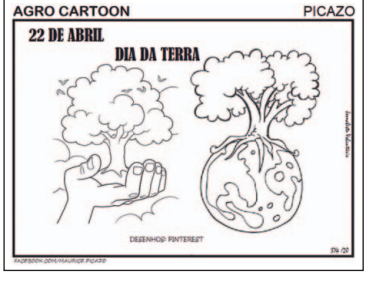
MINIMIZAR

Crédito rural, incertezas jurídicas, investimentos e recuperação judicial foram alguns dos temas abordados no seminário online "Impactos da Covid-19 no Agronegócio", realizado pela Comissão Especial de Direito Agrário e Agronegócio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela revista Justiça & Cidadania.

EDITOR

O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 62 anos, é paulistano do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior; na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor do agronegócio, e agora tem esta coluna semanal de noticias do agronegócio em geral. Também é o autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br.
Email: mauricio.picazo.galhardo@hotmail.com

AGRO CARTOON PICAZO



O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu na segunda-feira (27) que a agenda prioritária da Casa deve focar na votação de projetos e medidas emergenciais voltadas para o combate aos impactos econômicos e sociais da pandemia do novo coronavírus (covid-19). Maia, que não falava com a imprensa desde o dia 16 de abril, disse que passou o período refletindo, e afirmou que não é o momento de polêmicas, que o Parlamento não pode ser um vetor de crises com o Poder Executivo.

"O papel da Câmara [dos Deputados] nos próximos dias é que a gente volte a debater, de forma específica, a questão do enfrentamento ao coronavírus", disse Maia após ser questionado sobre os pedidos de investigação contra o governo, após a saída do ex-juiz Sergio Moro do cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública.

Maia usou como argumento para defender a votação de projetos relacionados ao coronavírus, as projeções de consultorias econômicas de que os impactos econômicos da pandemia devem gerar uma queda de até 10% do Produto Interno Bruto (PIB, todos os bens e serviços prodizidos no país) este ano.

"Isso [a pandemia] vai gerar um aumento do desemprego no Brasil. Já se projeta um aumento da taxa [de desemprego] na ordem de 16%, o que vai significar mais 4, 5 milhões de desempregados; aumento da economia informal, que vai chegando a 50% dos empregos no nosso no país. São números muito dramáticos em relação a vida, empregos e renda dos brasileiros", disse.

Rodrigo Maia disse ainda que ouviu de especialistas na área de saúde que o número de mortes causadas pelo coronavírus deve aumentar nos próximos dias. Segundo o deputado, a Câmara deve focar em debater o envio de recursos para estados e municípios aumentarem o número de leitos de UTI e citou a situação dos estados do Amapá, Pará, Pernambuco e São Paulo.

"É fundamental que isso [a votação] avance rápido para que a gente não tenha um colapso no sistema de saúde. Devemos voltar para a agenda que eu acredito que é a agenda que preocupa todos os brasileiros. Não que os outros temas não possam existir, mas como eu disse, a gente precisa ter paciência para ouvir, refletir e analisar tudo aquilo que os parlamentares e a sociedade encaminham", defendeu.

CPIs

O presidente da Câmara evitou falar sobre os pedidos de aberturas de comissões parlamentares de Inquérito (CPIs) para investigar as acusações do ex-ministro da Justiça de que o presidente Jair Bolsonaro queria usar politicamente a Polícia Federal, e disse que o custo do aumento na crise política seria a aceleração nos indicadores de desemprego e do PIB.

"Ela [crise política] impacta fortemente a confiança dos atores econômicos e dos que financiam a dívida brasileira. É legitimo a sociedade e parlamentares, parte deles tentar repercutir CPIs e outros instrumentos, mas acho que a Câmara deve, sob a minha presidência, respeitando a posição de outros parlamentares, ter a paciência e o equilíbrio para tratar do que é mais importante, a vida dos brasileiros e a renda", afirmou.

Ao comentar a saída de Sergio Moro do Ministério da Justiça, Maia disse que era um "problema" do Executivo. "Nomear e exonerar é problema do governo. Se tem problemas na forma de nomear, você tem uma investigação proposta pelo [procurador-geral da República, Augusto] Aras", disse Maia.

Impeachment

Questionado sobre o aumento no número de pedidos de *impeachment* contra o presidente Jair Bolsonaro, Mais disse que não poderia comentar por ser o "juiz" que vai decidir sobre a questão.

"Quando se trata de um tema sobre o *impeachment*, eu sou o juiz. Não posso ficar comentado temas em que a decisão é minha, de forma independente. Então, é uma questão que a gente tem de tomar muito cuidado". (Agencia Brasil)

Dólar fecha com pequena queda depois de intervenção do BC

Depois de uma atuação de última hora do Banco Central (BC), o dólar comercial fechou com pequena queda em uma sessão marcada pela volatilidade. A moeda americana encerrou a segunda-feira (27) vendida a R$ 5,663, com queda de apenas R$ 0,005 (-0,07%). Na sexta-feira (24), a cotação tinha fechado em R$ 5,668, no maior valor nominal – sem considerar a inflação – desde a criação do real.

A queda do dólar não se refletiu em outras moedas. O euro comercial foi vendido a R$ 6,127, com alta de 1,24%. A libra esterlina comercial fechou a R$ 7,02, superando a barreira de R$ 7 pela primeira vez na história.

A divisa acumula alta de 41,14% em 2020. O dólar oscilou bastante. Na manhã de segunda-feira, operou em queda, depois que o presidente Jair Bolsonaro deu seu aval ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e assegurou a continuidade deste na pasta. A cotação, no entanto, passou a subir no início da tarde, chegando a registrar R$ 5,72 na máxima do dia, por volta das 16h.

A divisa só reverteu a tendência e passou a cair depois que o BC entrou no mercado, leiloando contratos novos de swap cambial – equivalentes à venda de dólares no mercado futuro – nos minutos finais de negociação. Na segunda-feira, a autoridade monetária vendeu US$ 600 milhões das reservas internacionais no mercado à vista e fez outro leilão de swap cambial, ainda de manhã. O BC ofereceu até US$ 1,5 bilhão em swaps durante todo o dia, mas o resultado dos dois leilões no mercado futuro não foi divulgado.

As tensões no mercado de câmbio não se repetiram no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3, a bolsa de valores brasileira, fechou aos 78.239 pontos, com alta de 3,86%. Na sexta-feira, o indicador tinha caído 5,45% depois do anúncio da demissão do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. A bolsa brasileira também seguiu o mercado externo. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, encerrou o dia com ganhos de 1,51%.

Além da renúncia de Moro e das tensões políticas no Brasil, o mercado está sendo influenciado pela perspectiva de queda dos juros. Na última quarta-feira (22), o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse que o cenário para a Selic (taxa básica de juros) mudou depois da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Juros mais baixos tornam menos atrativos os investimentos em países emergentes, como o Brasil, estimulando a retirada de capitais por estrangeiros. As tensões políticas internas também interferiram no mercado.

Há várias semanas, mercados financeiros em todo o planeta atravessam um período de nervosismo por causa da recessão global provocada pelo agravamento da pandemia do novo coronavírus. As interrupções na atividade econômica associadas à restrição de atividades sociais travam a produção e o consumo, provocando instabilidades.

O boletim Focus, pesquisa do BC com instituições financeiras, revelou que os analistas de mercado aumentaram para 3,34% a projeção de queda da economia brasileira para este ano. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001796-62.2019.8.26.0001. O MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Ademir Modesto de Souza, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a FABIO BLESSA FERNANDES LINO,** RG 359452784, CPF 318.930.928-01 que por este Juízo tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Condomínio Edifício Plaza Del Rey. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia fixada na sentença, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de março de 2020.

Aldeia da Colina Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ/NIF 08.411.265/0001-94 - NIRE 35.221.027.082

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 07.04.2020, às 10h, na sede social, Rua do Rocio, 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Delva Gomes de Almeida. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 921.032,00, sendo R$ 271.032,00 direcionados a absorção de prejuízos (Artigo 1.082, I do Código Civil), e R$ 650.000,00 por serem considerados excessivos (Artigo 1.082, II do Código Civil), mediante o cancelamento de 921.032 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 sendo 390.000 quotas da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações** e 260.000 quotas da sócia **Morar Construtora e Incorporadora Ltda.** Passando o Capital Social de R$ 2.440.602,00 **para** R$ 1.519.571,00, dividido em 1.519.571 quotas. Autorizar os administradores a assinar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 07.04.2020. Sócios **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações** por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum, **Morar Construtora e Incorporadora Ltda.** - Delva Gomes De Almeida

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE PARELHEIROS
OFICIAL - ODÉLIO ANTONIO DE LIMA

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

LUCAS CAMARGO DE ALMEIDA E CILENE DIAS DOS SANTOS, ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA AUXILIAR DE PADARIA, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 21/04/1990, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDSON LUIZ DE ALMEIDA E DE MARIA APARECIDA CAMARGO DE ALMEIDA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTONOMA, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 26/03/1988, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOÃO BATISTA COSTA DOS SANTOS E DE ROSINDA DE JESUS DIAS DOS SANTOS.

JOÃO VICTOR PEREIRA DA SILVA E INGRID LEAL FERREIRA DA SILVA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTONOMO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 04/06/1997, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE OSANILDO LEITE DA SILVA E DE NEUSARITA PEREIRA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 01/02/2001, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE JESIVAL FERREIRA DA SILVA E DE LUCIANE LEAL VALADÃO.

CLAUDECI GONÇALVES DE ALMEIDA E GIUCELIA SARAIVA DA SILVA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, PORTEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO EM UBAI, MG, NO DIA 03/11/1983, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ NILSON SARAIVA DE ALMEIDA E DE VILMA GONÇALVES DE ALMEIDA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, CABELEIREIRA, SOLTEIRA, NASCIDA EM UBAI, MG, NO DIA 19/06/1987, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO FRANCISCO, MG, FILHA DE PAULO GONÇALVES DA SILVA E DE MARLENE SARAIVA SILVA.

JOSÉ LUIZ DA SILVA NETO E THAIS NASCIMENTO KLEIN. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTÔNOMO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 31/12/2001, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE CARLOS ROBERTO DA SILVA E DE CRISTIANE ALVES DOS SANTOS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, ESTUDANTE, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 30/12/2001, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE DIMILSON LUZ EDUARDO KLEIN E DE ANDREIA PEREIRA NASCIMENTO.

FABIANO PEREIRA ALVES E JOSELIA DE SOUSA RIBEIRO. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, MONTADOR, SOLTEIRO, NASCIDO EM TERESINA, PI, NO DIA 21/02/1981, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE RAIMUNDO NONATO PEREIRA E DE MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES PEREIRA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DIARISTA, SOLTEIRA, NASCIDAEM SÃO JOÃO DO PIAUÍ, PI, NO DIA23/01/1981, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE ELOI RIBEIRO ANTUNES E DE BENVINDA LAUDELINA DE SOUSA.

PAULO ANDRÉ TRISTÃO DE OLIVEIRA E CRISTIANE MARIA DA SILVA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, DIVORCIADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 03/04/1981, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSE PEDRO TRISTÃO DE OLIVEIRA E DE MARIA ANTONIA TRISTÃO DE OLIVEIRA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, EMPREGADA DOMESTICA, SOLTEIRA, NASCIDA EM JUREMA, PE, NO DIA 15/04/1987, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ ZACARIAS MENDONÇA E DE JOSEFA DEODATO DA SILVA.

FABRICIO RESENDES DE LIMA E MONIK CUNHA SOARES. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AJUDANTE GERAL DE PADARIA, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 30/07/2000, RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE ADENILSON DE LIMA E DE SIMONE APARECIDA DE RESENDES. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, OPERADORA DE TELEMARKETING, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 31/03/2001, RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE E DE CLEIDE CUNHA SOARES.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

CIBRASEC – COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/NIF Nº 02.105.040/0001-23 - NIRE 35300151402

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 183ª SÉRIE DA 2ª EMISSÃO DA CIBRASEC – COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 183ª Série da 2ª Emissão da **CIBRASEC COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO** ("Titulares de CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), a **PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, são convidados a se reunir, em primeira convocação, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em **18 de maio de 2020, às 11h00, de forma remota e eletrônica** (conforme detalhado adiante), a fim de, nos termos da Cláusula Décima Segunda do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários – Certificados de Recebíveis Imobiliários da 183ª Série da 2ª Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Considerando que o prazo, conforme prorrogado e estabelecido no item "a.ii" das deliberações da ata de Assembleia Geral de Titulares dos CRI, realizada em 13 de janeiro de 2020 ("AGT 13/01/20") não foi observado, deliberar sobre a sustação, ou não, dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático das CCBs e, por consequência do CRI, conforme cláusulas 6.2.1 "(i)" e 6.2.3 do Termo de Securitização, em razão da inadimplência pecuniária ocasionada pelo não pagamento da parcela de juros remuneratórios das CCBs devida pela Devedora em 02 de março de 2020 e, consequentemente, não pagamento da parcela de juros remuneratórios aos titulares dos CRI em 02 de março de 2020, com as devidas prorrogações de prazo para pagamento, caso necessárias; b) Considerando que o prazo, conforme prorrogado e estabelecido no item "a.ii" das deliberações da AGT 13/01/20 não foi observado, deliberar sobre a sustação, ou não, dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático das CCBs e, por consequência do CRI, conforme cláusulas 6.2.1 "(viii)" e 6.2.3 do Termo de Securitização, em razão da inadimplência não pecuniária relativa ao cumprimento do disposto na cláusula 1.3.1 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças ("Alienação Fiduciária de Ações"), com as devidas prorrogações de prazo, caso necessárias; c) Caso haja a sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático conforme previsto nos itens "(a)" e "(b)" acima, deliberar sobre a declaração, ou não, do vencimento antecipado das CCBs e, por consequência do CRI, conforme cláusulas 6.2.1 "(ii)" e 6.2.2 do Termo de Securitização, em razão da inadimplência não pecuniária, no prazo concedido no item "(c)" "(ii)" das deliberações da AGT 13/01/20, relativa a não formalização da cessão fiduciária dos recebíveis oriundos da venda das unidades autônomas desenvolvidas pela Jardim do Mar Empreendimento Imobiliário Ltda, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.503.762/0001-52 ("Jardim do Mar") na Emissão ("Nova Garantia"), com as devidas prorrogações de prazo, caso necessárias; d) Caso haja a sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático conforme previsto nos itens "(a)" e "(b)" acima, deliberar sobre a declaração, ou não, do vencimento antecipado das CCBs e, por consequência do CRI, conforme cláusulas 6.2.1 "(iii)" e 6.2.2 do Termo de Securitização, em razão da inadimplência não pecuniária, no prazo concedido no item "(c)" "(i)" das deliberações da AGT 13/01/20, relativa a apresentação à Emissora do termo de liberação da Alienação Fiduciária Existente, devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, acompanhado de cópia do livro de registro de ações da Devedora indicando o cancelamento da Alienação Fiduciária Existente ("Condição Suspensiva"), conforme cláusula 1.3 da Alienação Fiduciária de Ações; e) Caso haja a sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático conforme previsto nos itens "(a)" e "(b)" acima, e caso não seja declarado o vencimento antecipado na forma dos itens "(c)" e "(d)" acima, deliberar sobre a ratificação dos documentos celebrados na data de 05 de novembro de 2019, que refletem o deliberado no item 7.2 da Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI realizada em 08 de maio de 2019, suspensa e retomada em 22 de maio de 2019 ("AGI de 22/05/19"), de forma que a celebração dos documentos realizados fora do prazo previsto no item 7.1 da AGI de 22/05/19 não ensejo o vencimento antecipado do CRI; f) Caso haja a sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático conforme previsto nos itens "(a)", e "(b)" acima, e caso não seja declarado o vencimento antecipado na forma dos itens "(c)" e "(d)" acima, deliberar sobre aprovação, ou não, da proposta apresentada pela OR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.917.143/0001-16 ("Devedora") à Emissora em 01 de abril de 2020, datada de 30 de março de 2020 ("Nova Proposta"), para dação em pagamento de 38 (trinta e oito) unidades imobiliárias ("Imóveis") de propriedade de Hangar Empresarial Empreendimento Imobiliário Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 12.015.199/0001-00 ("Hangar"), no valor de venda, em conjunto, avaliado em R$ 15.461.000,00 (quinze milhões, quatrocentos e sessenta e um mil reais), conforme laudo de avaliação elaborado por Binswanger Brazil, datado de janeiro de 2020, apresentado pela Devedora. A Emissora informa que o saldo devedor integral dos CRI em 27 de abril de 2020, com os acréscimos previstos nas CCBs e demais documentos da operação, é de R$ 46.605.870,39 (quarenta e seis milhões, seiscentos e cinco mil, oitocentos e setenta reais e trinta e nove centavos) e, portanto, se a referida dação em pagamento ocorresse na referida data, o desconto proposto corresponderia ao valor de R$ 31.144.870,39 (trinta e um milhões, cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta reais e trinta e nove centavos); g) Caso seja aprovada a Nova Proposta conforme o item "(f)" acima, deliberar sobre a realização da liquidação do Patrimônio Separado dos CRI, para fins de liquidação dos CRI; e h) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário, em razão das deliberações tomadas pelos Titulares dos CRI acima, para que pratiquem todos os atos necessários ao seu cumprimento. O material necessário para embasar a deliberação dos investidores está disponível (i) no site da Emissora: www.cibrasecgrail.com.br; (ii) no site do agente fiduciário: www.pentagonotrustee.com.br e (iii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A AGE será instalada em primeira convocação, nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização, mediante a presença de investidores que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos CRI em circulação e, em segunda convocação, conforme edital que vier a ser oportunamente publicado, com qualquer número de titulares presentes. Considerando as medidas restritivas relacionadas principalmente ao fluxo e aglomeração de pessoas impostas pelo governo nacional e internacional em face da ampla e corrente disseminação do novo corona vírus causador da Covid-19, bem como observando Ofício-Circular nº 06/2020/CVM/SIN, de 26 de março de 2020, da Deliberação CVM nº 848 de 25 de março de 2020, e a Instrução CVM Nº 622, de 17 de abril de 2020, informamos aos Titulares dos CRI que a assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e virtual, através do sistema Teams de conexão via internet. Nesse sentido, reforçamos que o link para a participação da conferência será enviado àqueles Titulares dos CRI que se cadastrarem previamente com o Agente Fiduciário e/ou com a Emissora do CRI mediante o envio de documentos de representação, emitida por instrumento público ou particular, acompanhado de cópia de documento de identidade do outorgado, através dos e-mails: juridico@cibrasecgrail.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br.

São Paulo, 27 de abril de 2020

CIBRASEC COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO